



UNIVERSIDADE DE
COIMBRA



Bibiana Garcez da Silva

O JORNALISMO ALTERNATIVO ATENTO ÀS MULHERES

UMA ANÁLISE DOS PORTAIS BRASILEIROS *REVISTA AZMINA* E
GÊNERO E NÚMERO

Dissertação de Mestrado em Jornalismo e Comunicação, orientada pela Professora
Doutora Maria João Silveirinha, apresentada ao Departamento de Filosofia, Comunicação
e Informação da Faculdade de Letras da Universidade de Coimbra

Outubro de 2020

FACULDADE DE LETRAS

O JORNALISMO ALTERNATIVO ATENTO ÀS MULHERES UMA ANÁLISE DOS PORTAIS BRASILEIROS *Revista AzMINA* E *GÊNERO E NÚMERO*

Ficha Técnica

Tipo de trabalho	Dissertação
Título	O jornalismo alternativo atento às mulheres
Subtítulo	Uma análise dos portais brasileiros <i>Revista AzMINA</i> e <i>Gênero e Número</i>
Autora	Bibiana Garcez da Silva
Orientadora	Doutora Maria João Rosa Cruz Silveirinha
Júri	Presidente: Doutor João José Figueira da Silva
	Vogais:
	1. Doutora Filipa Mónica de Brito Gonçalves Subtil (Arguente)
	2. Doutora Maria João Rosa Cruz Silveirinha (Orientadora)
Identificação do Curso	2º Ciclo em Jornalismo e Comunicação
Área científica	Jornalismo e Comunicação
Especialidade/Ramo	Investigação
Data da defesa	12-10-2020
Classificação	18 valores



UNIVERSIDADE D
COIMBRA



Agradecimentos

No desenvolvimento desta pesquisa, tornou-se evidente que não é possível fazer nada sozinha. Mais do que isto, que o conhecimento construído coletivamente, a partir do diálogo, tem mais força. Por isso, sou imensamente grata a todas as pessoas que contribuíram direta ou indiretamente para a ampliação do meu saber, seja ele acadêmico ou não.

Dou-me o direito de, nestes agradecimentos, conferir um espaço maior às mulheres da minha vida, que me inspiram, ensinam e questionam constantemente:

Agradeço primeiramente à minha mãe, Gisele, que me possibilitou estar neste lugar — não só de conclusão de um mestrado, mas especialmente de descobrimento sobre mim, tão longe de casa, em Portugal. Que me foi exemplo, antes de eu ter qualquer contato com os feminismos, do que é ser uma mulher forte e independente. No seu nome, agradeço também ao apoio que recebo e sempre recebi da minha família como um todo — meu pai, João, meu irmão, Bernardo, minha avó, Sonia, meu avô, Edson, meu dindo, Fernando, minha dinda, Fernanda — por respeitarem as minhas escolhas e me apontarem caminhos que eu nem sempre via.

Agradeço à minha orientadora, a professora Maria João Silveirinha, que me mostrou que a academia pode ser um lugar de acolhimento e sensibilidade, me abriu portas e me apoiou durante todo o processo deste curso. Agradeço às amigas pesquisadoras, que me mantiveram firme neste caminho. À Monise, especialmente, que me ensina a cada dia e que revisou esta tese com o merecido cuidado.

Agradeço às amigas e amigos jornalistas, companheiras e companheiros de profissão, que me inspiram a pensar e lutar por um jornalismo melhor. Aqui, destaco a minha gratidão e admiração a todas as mulheres que passaram por este campo, abrindo espaços e caminhos para que eu e muitas outras

podéssemos e possamos contribuir para um jornalismo mais diverso e mais justo.

Agradeço às minhas amigas, irmãs, companheiras de luta - Gabriella, Laura, Vika, Renata, Sofia e tantas outras que não serei capaz de citar aqui - que muito me ouviram falar sobre este trabalho, que cuidaram de mim durante este processo e me ajudaram a construir a esperança e a rede necessárias para avançarmos mais e mais, juntas.

Agradeço aos homens da minha vida - meus amigos, colegas e mestres - pelo apoio e aprendizado, pelas oportunidades de diálogo e de mudança.

Agradeço ao lugar de onde venho, parte formadora da minha identidade, ao lugar que me acolheu, e ao flow místico que me trouxe até aqui.

À vida, que também não se faz sozinha!

Resumo

Partindo do conhecimento acumulado sobre ética jornalística e a situação das mulheres no jornalismo, esta dissertação tem como objetivo compreender de que forma se pode configurar o jornalismo alternativo e feminista. Para isto, após uma revisão bibliográfica sobre as duas problemáticas que constituem o nosso enquadramento teórico, analisamos os estatutos editoriais e as reportagens publicadas entre janeiro e maio de 2020 nos portais brasileiros Revista AzMina e Gênero e Número. Para o efeito, recorremos a métodos qualitativos e quantitativos. Através da análise textual, olhamos para os estatutos das duas publicações, como forma de entender os seus posicionamentos éticos que têm em comum a defesa da equidade de gênero. Em seguida, analisamos as reportagens, a fim de verificar de que maneira se aplicam na prática os compromissos firmados e como se aproximam dos conceitos de jornalismo feminista discutidos no referencial teórico. A nossa análise permite concluir que ambas as plataformas realizam enquadramentos com perspectiva de gênero e raça/etnia, valorizam as experiências das mulheres, dão atenção às populações mais vulneráveis, apoiam o movimento, os ideais e as ideias feministas e orientam para a ação. Quantitativamente, inspiramo-nos na metodologia proposta pelo GMMP para analisar as pessoas citadas. Verificamos que ambas as plataformas citam maioritariamente mulheres como fontes e como fontes especialistas. Apesar de haver um enquadramento das reportagens que dá atenção às questões de raça/etnia, verificamos que não há indicação étnico-racial de grande parte das fontes, o que nos sugere que sejam mulheres brancas, em sua maioria. Concluimos que ambas as plataformas produzem, de fato, um jornalismo feminista e alternativo, encontrando novas formas éticas, rompendo de diferentes maneiras com a objetividade jornalística tradicional.

Palavras-chave

Jornalismo; jornalismo alternativo; jornalismo feminista; ética feminista; objetividade jornalística.

Abstract

Based on the accumulated knowledge about journalistic ethics and the situation of women in journalism, this dissertation aims to understand how alternative and feminist journalism can be shaped. In order to do so, following a bibliographic review on the two issues that constitute our theoretical framework, we analyze the editorial statements and the articles published between January and May 2020 of the Brazilian news platforms *Revista AzMina e Gênero e Número*. For this purpose, we use qualitative and quantitative methods. Through textual analysis, we look at the editorial statements of the two publications, to see how their ethical positions include gender equity. Then, we analyze the news stories, to verify how the commitments made are applied in practice and how they relate to the concepts of feminist journalism discussed in the theoretical framework. Our analysis allows us to conclude that both platforms provide framings with a gender and race/ethnicity perspective, value the experiences of women, pay attention to the most vulnerable populations, support the feminist movement, ideals and ideas and guide action. Quantitatively, we were inspired by the methodology proposed by the GMMP to analyze the people quoted in the news stories. We found that both platforms mostly cite women as sources and as expert sources. Notwithstanding a news framing that pays attention to race/ethnicity issues, we found that there is no ethnic-racial identification of most sources, which suggests that they are mostly white women. We conclude that both platforms do produce feminist and alternative journalism, finding new ethical forms and departing in different ways from the traditional concept of news objectivity.

Key-words

Journalism; alternative journalism; feminist journalism; feminist ethics; news objectivity.

Índice

Introdução.....	1
1 Jornalismo, democracia e ética.....	3
1.1 A ética da objetividade: referências históricas e prática jornalística	7
1.2 A questão da objetividade: dilemas e críticas	17
2 Jornalismo e gênero.....	23
2.1 A entrada das mulheres no jornalismo: histórico e dilemas.....	23
2.2 As mulheres no jornalismo hoje: avanços e desigualdade.....	38
2.3 A representação das mulheres no jornalismo.....	51
2.4 O jornalismo como instituição generificada	55
3 Jornalismo alternativo e feminista.....	58
3.1 O jornalismo alternativo no feminino	66
3.2 Ética e epistemologia feminista no jornalismo.....	76
4 O jornalismo feminista das plataformas Revista AzMina e Gênero e Número.....	81
4.1 Metodologia	81
4.2 Jornalismo contra o machismo, pelo debate sobre a equidade de gênero: análise dos estatutos editoriais das plataformas.....	86
4.2.1 <i>Estatuto editorial da Revista AzMina</i>	87
4.2.2 <i>Estatuto editorial da Gênero e Número</i>	90
4.3 Jornalismo atento às mulheres: análise textual das publicações	92
4.3.1 <i>Enquadramento com perspectiva de gênero</i>	93
4.3.2 <i>Valorização da experiência das mulheres</i>	97
4.3.2.1 <i>Atenção à violência doméstica e sexual</i>	99

4.3.2.2 <i>Atenção aos direitos e à saúde reprodutiva das mulheres</i>	103
4.3.3 <i>Enquadramento das reportagens com perspectiva de raça e/ou etnia</i>	107
4.3.4 <i>Atenção às populações mais vulneráveis</i>	111
4.3.5 <i>Apoio ao movimento, ideais e ideias feministas</i>	115
4.3.6 <i>Orientação para a ação</i>	118
4.4 <i>Jornalismo que valoriza a voz das mulheres: análise quantitativa das pessoas citadas nas publicações</i>	120
4.4.1 <i>Análise quantitativa da Revista AzMina</i>	121
4.4.2 <i>Análise quantitativa da Gênero e Número</i>	123
Considerações finais	126
Bibliografia	130

Lista de Tabelas

Tabela 1. Nove maneiras de abordar questões de jornalismo e gênero – uma tipologia.....	56
Tabela 2. Detalhamento do corpus de reportagens coletadas na Revista AzMina	83
Tabela 3. Detalhamento do corpus de reportagens coletadas na Gênero e Número	83
Tabela 4. Resultados da análise qualitativa das pessoas e especialistas nas reportagens da Revista AzMina	122
Tabela 5. Resultados da análise quantitativa das faixas etárias das pessoas nas reportagens da Revista AzMina.....	123
Tabela 6. Resultados da análise qualitativa das pessoas e especialistas nas reportagens da Gênero e Número.....	124
Tabela 7. Resultados da análise quantitativa das faixas etárias das pessoas nas reportagens da Gênero e Número.....	125

Introdução

A participação das mulheres no jornalismo tem crescido gradualmente nas últimas décadas, mas ainda hoje as jornalistas encontram inúmeros de constrangimentos no trabalho, ficando majoritariamente restritas à cobertura de tópicos de editorias de menor importância, ocupando cargos de menor responsabilidade e enfrentando dificuldades na conciliação da vida familiar com a profissional. Ademais, a representação das mulheres no conteúdo jornalístico mantém vivos estereótipos e desigualdades, dando menos destaque a mulheres fontes, principalmente especialistas.

Porque entendemos o jornalismo como um pilar de manutenção e fiscalização das democracias, entendemos que a adoção de um ponto de vista neutro não permite que se faça uma representação justa das pessoas que são a base dessas democracias. Publicações alternativas, que atuam com um ponto de vista definido, mostram outras formas de pensar o jornalismo e a sua ética, de se relacionar com os contextos em que se inserem, de agir e representar as sociedades. O jornalismo alternativo feminista, por exemplo, constitui um espaço importante neste sentido, especialmente no que tange à criação de uma esfera pública feminista.

Tendo isto em consideração e estando atentas ao desenvolvimento da pesquisa nesta área, o nosso objetivo nesta dissertação é compreender de que forma se pode configurar o jornalismo alternativo e feminista. Para isto, no primeiro capítulo, abordaremos o papel democrático do jornalismo e a sua ética baseada no tradicional ideal de objetividade, procurando pensar a sua prática e revendo as críticas que esta abordagem recebe, uma vez que este princípio serve a grande parte do jornalismo atualmente.

Considerando o nosso foco nas questões de gênero, no capítulo dois trataremos da atuação das jornalistas histórica e atualmente, assim como a representação das mulheres feita no jornalismo tradicional. Em causa estará uma

análise do jornalismo como uma instituição generificada, que valoriza o masculino nas suas proposições básicas.

A partir disso, e conjugando estas duas áreas, voltar-nos-emos para formas de rompimento com a objetividade tradicional no capítulo três, através da presença de advocacy no jornalismo, do jornalismo alternativo e de novas proposições éticas para a prática. Neste tópico, daremos ênfase ao jornalismo alternativo feminista e às contribuições da ética feminista para a profissão.

Mas que formas pode assumir um jornalismo deste tipo? Para responder a esta questão, procederemos para a parte empírica desta dissertação, no capítulo quatro, em que analisamos os estatutos editoriais e as reportagens publicadas durante cinco meses de duas plataformas brasileiras – a Revista AzMina e a Gênero e Número - ambas nativas digitais que se posicionam “contra o machismo” e a favor da “equidade de gênero”, respectivamente. Por fim, procederemos a um conjunto de observações sobre o trajeto que efetuamos nesta dissertação.

1 Jornalismo, democracia e ética

A mudança de paradigmas políticos totalitários para a democracia foi central para o desenvolvimento do jornalismo como ele existe hoje. Historicamente, remonta-se a expansão do jornalismo para junto do nascimento das primeiras sociedades democráticas, frente a queda de regimes autoritários, na Europa do século XVII (McNair, 2009). Nesta linha de pensamento, a presença de um jornalismo livre é definidora das culturas democráticas uma vez que, para que estas funcionem, é necessário haver a possibilidade de escolhas informadas por parte do povo (McNair, 2009). Por este motivo, entende-se que a história do jornalismo dentro de regimes democráticos é fulcral para o entendimento e a discussão da profissão no contexto atual.

Durante o período feudal, até o século XVII, a produção jornalística era controlada pelo regime monárquico, que considerava que esta poderia ser uma atividade perigosa para a manutenção do poder (McNair, 2009). Com a ascensão da burguesia e dos ideais liberais, no entanto, o cenário passa a ser outro. É importante destacar, no entanto, que este movimento não aconteceu ao mesmo tempo em todas as localidades, sendo necessário que se façam recortes geográficos. Aqui, abordaremos, inicialmente, o contexto europeu.

Na Europa, um dos principais marcos para a história do jornalismo em regime democrático é a Guerra Civil Inglesa na Grã Bretanha, conflito que ocorreu de 1642 a 1649 entre o rei Carlos I e seus seguidores contra os parlamentaristas, liderados por Oliver Cromwell, culminando na morte do monarca e na instituição da Commonwealth of England, governo republicano mantido até o ressurgimento da monarquia, em 1660. No mesmo século, ocorre a Revolução Gloriosa, em 1688, que garante o fim do absolutismo monárquico britânico. Neste processo, em meio à ascensão da burguesia e dos discursos dos liberais, o jornalismo ganha força especialmente com as discussões sobre a liberdade de expressão, tornando-se parte de uma esfera pública

fundamental para o funcionamento de sociedades democráticas, como já referido. Neste momento, ressalte-se, o ideal de participação democrática era restrito aos homens das elites.

Conceito discutido amplamente por Habermas (1974; 1989; 2006, citado por McNair, 2018), a esfera pública compreende “o espaço comunicativo comunitário no qual uma sociedade organiza a distribuição e a discussão da informação necessária para que uma democracia deliberativa funcione” (McNair, 2018, p. 150)¹. É a partir do conteúdo jornalístico político, entre outras influências presentes na esfera pública, que as discussões podem ser feitas a fim de se chegar ao consenso que caracteriza, numa perspectiva habermasiana, a opinião pública.

Para McNair (2018), o jornalismo deve cumprir cinco diferentes funções na esfera pública: informar, interpretar, interrogar, representar e defender. No entanto, é necessário atualizar o entendimento da esfera pública para/nos dias de hoje, especialmente com a possibilidade de conectividade por uma grande parte da população. Vivemos, para este autor, em linha com muitos outros fatores, em uma esfera pública conectada em rede, que amplia o acesso à participação, ainda que haja dúvidas e discussão em relação à qualidade das informações colocadas em rede.

Atualmente, a compreensão de que o jornalismo fortalece a democracia é patente entre público, jornalistas e veículos de comunicação, os diferentes participantes do processo comunicacional, de acordo com Reginato (2018). Esta finalidade é apontada como a mais importante para as/os leitoras/es², que entendem que “o jornalismo tem um papel cívico a desempenhar e deve estar ligado ao interesse público e não aos interesses individuais” e “serve para fiscalizar o Estado e fortalecer o sistema democrático” (p. 7). Para jornalistas e veículos, a finalidade principal da prática jornalística é “esclarecer o cidadão e apresentar a pluralidade da sociedade”, posicionando-se em um lugar de poder (p. 6). Outros propósitos identificados pela autora são informar de modo qualificado, investigar, verificar a veracidade das informações, interpretar e analisar a realidade, fazer a mediação entre os fatos e a/o leitora/or, selecionar o que é relevante, registrar a história e constituir memória, ajudar

¹ Todas as traduções citadas nesta dissertação são de nossa autoria, exceto quando destacado o contrário.

² Neste trabalho, optamos por utilizar os termos no masculino e no feminino, como uma forma de rejeitar o “masculino genérico ou universal”.

a entender o mundo contemporâneo, integrar e mobilizar as pessoas e defender a/o cidadã/ão.

Para Pinto (2013), a imprensa tem como mais relevantes as funções políticas, divulgando ao público o que é relativo ao poder político, de subsídio da/o cidadã/ão para suas escolhas políticas e de fixar a agenda política da sociedade. Estes fatores são coerentes com aqueles referidos por Reginato (2018), ainda que a proposição de uma agenda política, na concepção desta autora, esteja mais centrada na seleção conforme “relevância”.

Pensar na função do jornalismo dentro das democracias é também pensar sobre a ética jornalística. Como elucida Ward (2009), a compreensão das finalidades do jornalismo irá afetar a forma de se chegar a estes objetivos, ou seja, as orientações de como agir eticamente, definindo a ética como “atividade normativa que objetiva resolver problemas, integrar valores e auxiliar as pessoas a viverem corretamente, como indivíduos e como sociedades” (p. 295). Novos valores postos em causa pelas mudanças sociais irão também afetar as compreensões do que é ético.

De acordo com McNair (2009), durante a já citada Guerra Civil Inglesa, um dos principais impactos no jornalismo foi a flexibilização do controle sobre as publicações, permitindo um aumento no número e na diversidade de títulos. Havia uma demanda crescente, por parte do público, por notícias e análise, ainda que já na década de 1640 houvesse uma separação formalizada entre notícias e comentário (p. 238). Como aponta Ward (2009), as produções eram ligadas a ideologias político-partidárias, em que os editores “garantiam aos leitores [homens] que imprimiam a verdade imparcial baseada nos fatos” (p. 297). Pensando o recorte da Europa Ocidental durante os séculos XVI e XVII, o autor considera este o primeiro estágio da ética jornalística.

Segundo Schudson (2001), neste mesmo período, nos Estados Unidos, a prática jornalística não tinha, por parte dos proprietários dos jornais, “propósitos ou princípios consistentes” (p. 153). As publicações buscavam evitar conflitos, publicando principalmente notícias estrangeiras, vindas da Inglaterra, seguindo a perspectiva protestante vigente, ainda que houvesse conteúdo de colunistas de outros países. A imprensa liga-se mais fortemente com a política a partir do processo de independência do território, iniciado em 1775. É quando se torna, como refere Schudson (2001,

p.154), “mais problemático... ser neutro do que ser partidário; quase todo mundo se sentiu compelido a escolher um lado”.

O segundo estágio da ética jornalística, de acordo com Ward (2009), ocorre no fim do século XVIII, após as revoluções nos Estados Unidos mencionadas anteriormente, e na França, em 1766 e 1799, respectivamente. No caso da França, o processo da revolução, movida por princípios de “liberdade, igualdade e fraternidade”, culmina na queda da monarquia e na ascensão da república. É importante pontuar a relevância do movimento Iluminista neste período, com a valorização da razão, da racionalidade e da ciência.

A ética jornalística neste momento volta-se para o público e para a ideia de que os jornalistas cumprem um papel de “dar voz” à população, protegendo a sua liberdade contra os abusos de poder. Esta é a base para que o jornalismo seja visto como um quarto poder, independente, fiscalizador das ações das outras forças políticas, “equilibrador dos outros três poderes” (Serrano, 2006, p. 64). É a partir desta ideia que se desenvolve o conceito do jornalismo como watchdog, cão de guarda, protetor do povo.

Mais uma vez, é importante ressaltar os recortes históricos e situacionais do jornalismo. Enquanto a mídia voltava-se para o público na Europa, no Brasil, contexto da análise posterior deste trabalho, o governo colonial português ainda não permitia a importação de máquinas de impressão. Apenas em 1808, com a chegada da corte portuguesa no território brasileiro, é que foi permitida a impressão do primeiro jornal do qual se tem registro: a Gazeta do Rio de Janeiro, controlado pela coroa (Barbosa, 2013, citada por Martinez, 2017).

Já no século XIX, no âmbito estadunidense e europeu, passou-se para o terceiro estágio da ética jornalística, no qual a teoria liberal da imprensa ganhou espaço: “a mídia precisa ser livre para que possa proteger as liberdades do público, para além da promoção de uma reforma liberal” (Ward, 2009, p. 297). Segue-se o ideal da imprensa como fiscalizadora do poder político e defensora do público. Esta teoria, defendida por autores como John Milton, David Hume, John Stuart Mill, entre outros, centra-se no livre mercado de ideias, servindo para jornais de diferentes ideologias, como os de elite liberal e a imprensa popular igualitária (Schudson, 1978, citado por Ward, 2009).

A partir do século XX, neste contexto, Ward (2009) considera que se entra no quarto estágio, em que há crítica e, ao mesmo tempo, fortalecimento da perspectiva liberal da imprensa. É neste momento que se fixa a ideia de uma ética profissional do jornalismo objetivo. Entretanto, desenvolve-se também uma rejeição a esta orientação, especialmente por jornalistas que praticavam gêneros mais interpretativos, como o jornalismo investigativo ou ativista.

Para Ward (2009), desde o fim do século XX vivenciamos o quinto estágio da ética jornalística. Com a internet, vive-se o que o autor chama de “mixed media”, com “crescentes números de jornalistas cívicos e blogueiros não profissionais envolvendo-se com o jornalismo, desafiando ideias de verificação cautelosa e de gate-keeping” (p. 297). A discussão sobre a ética é evidentemente ampliada pela conectividade, considerando novas dinâmicas, valores sociais e as mudanças no jornalismo especialmente nos âmbitos da comercialização, da digitalização e da profissionalização que, como pontua Örnebring (2018), fomentaram diversos questionamentos sobre as formas do fazer jornalístico, das organizações, dos limites, e, claro, da ética.

Por estas e outras razões, não há hoje um consenso sobre o que deve ser a ética jornalística (Ward, 2009). Diferentes teorias são postas em debate, com o surgimento de novas propostas e possibilidades (Camponez, 2014; Ward, 2019; Wasserman, 2013). Estas novas perspectivas éticas serão abordadas posteriormente, no terceiro capítulo. Antes, no entanto, abordaremos em maior profundidade a instituição da ética profissional voltada à objetividade como norma moral do jornalismo.

1.1 A ética da objetividade: referências históricas e prática jornalística

Como destacado anteriormente, as proposições éticas para o jornalismo modificaram-se ao longo do tempo. No entanto, mantém-se forte a teoria de uma ética profissional calcada na objetividade, na imparcialidade e no distanciamento. Considerando a proeminência deste discurso ainda hoje, a objetividade será aqui analisada em maior profundidade. O jornalismo é “um domínio social e discursivo complexo” (Schudson, 2001, p. 164). Falar, então, de mudanças teórico-práticas neste contexto em direção

à adoção da objetividade exige abordar perspectivas variadas. No desenvolvimento deste tópico, abordaremos a definição do conceito, a sua trajetória, aplicação prática e o amplo criticismo que recebeu desde o início do seu processo de adoção.

A objetividade é definida de diferentes formas, seja como uma ideologia (Glasser, 1984; Iggers, 1999), um ideal moral (Schudson, 2001), uma teoria ética (Ward, 2009), uma série de procedimentos — um ritual (Tuchman, 1972) —, uma série de normas e regras de observação da realidade (Sponholz, 2003), entre outras perspectivas possíveis. No entanto, a premissa central em todas estas é a de que há uma separação entre fatos e opinião, incluindo-se o processo jornalístico e o texto enquanto um resultado desse. O trabalho da/o jornalista objetiva/o é de “reportar algo chamado de ‘notícia’ sem comentá-la, enviesá-la ou moldar a sua forma de qualquer maneira” (Schudson, 2001, p. 150). Assim, verdade, fatorialidade, neutralidade, imparcialidade, distanciamento, precisão, equilíbrio e justiça são conceitos ligados à objetividade jornalística (Maras, 2013; Wien, 2005).

Enquanto teoria ética, a objetividade pode ser entendida como uma proposta liberal, que tentava “responder a uma desilusão com a esperança liberal de que uma imprensa sem regulação seria um educador responsável dos cidadãos, no que tange o interesse público” (Ward, 2009, p. 298). Esta teoria compreende a criação de códigos de ética, ainda hoje visíveis no jornalismo. Baseia-se na ideia de um contrato social firmado entre a sociedade, que receberá a cobertura de assuntos importantes, e as/os jornalistas, que têm o direito de reportar livremente. Esta lógica implica pesar dois tipos de princípios: proativos e restritivos, a partir dos quais considera-se que a liberdade e o dever de publicar assuntos considerados “de interesse público” devem ser equilibrados com a minimização de danos das pessoas envolvidas, especialmente as mais vulneráveis.

A aplicação da objetividade no jornalismo tem uma relação próxima com a objetividade na ciência e a ideologia positivista (Glasser, 1984; Muñoz-Torres, 2012; Ward, 2019; Wien, 2005). Proposta principalmente pelo filósofo francês Auguste Comte, essa perspectiva teve proeminência no século XIX, até pelo menos a Primeira Guerra Mundial (Silvino, 2007), ainda que sua influência seja visível ainda hoje em áreas diversas.

Opondo-se, sobretudo, à teologia e à metafísica, o positivismo valorizava o conhecimento científico como a única forma de conhecimento verdadeiro. Os fatos

observáveis e as normas que os regiam seriam os únicos pontos de partida válidos para a geração do saber. A objetividade científica, apesar de ter recebido outras influências, calcava-se neste entendimento de um mundo observável, em que era possível subtrair a parte subjetiva do processo de geração de saber (Cupani, 1989). Neste movimento intelectual, o conceito de objetividade torna-se binário, estando em um dualismo entre objetividade e subjetividade. É também neste sentido que, no jornalismo, verifica-se um dualismo entre fatos e opiniões (Wien, 2005).

Apesar da força que o positivismo conquistou, a objetividade na ciência foi bastante criticada. Na perspectiva de Kuhn (1974), a noção de objetividade quase perde o seu sentido quando confrontada com o conceito de “paradigmas” particulares, construções vigentes de quais métodos são válidos, por exemplo (citado por Cupani, 1989). Na crítica proposta pela Escola de Frankfurt, deve observar-se a variável de classe nas discussões sobre objetividade. A teoria denuncia “o caráter alienado-alienante de uma Ciência concebida como instrumento de domínio teórico-prático da realidade”, sustentando o argumento de que o saber científico seria produzido pelas classes de elite, que buscam o domínio (Cupani, 1989, p. 21).

Para Cupani (1989), ainda que a relação entre a objetividade e o positivismo seja clara e profunda, é necessário ter cuidado ao estabelecer ligações entre elas na atualidade na medida que a ideologia positivista está circunscrita historicamente (Silvino, 2007) e as discussões sobre a objetividade na ciência e em outros âmbitos são tópicos ainda muito debatidos na sociedade atual. No jornalismo, por exemplo, a utilização do conceito positivista da objetividade é bastante presente (Wien, 2005).

Esta perspectiva, no entanto, nem sempre esteve ligada ao fazer jornalístico. Historicamente, o conceito de objetividade foi aplicado inicial e mais amplamente no jornalismo estadunidense, sendo considerado uma das “características identificadoras do jornalismo nos Estados Unidos e talvez a maior contribuição do jornalismo americano para o resto do mundo” (Muñoz-Torres, 2012, p. 567).

De acordo com Schudson (2001), é a partir dos anos 1920 que a objetividade começa a ser compreendida e defendida como uma norma moral para o jornalismo no país, ainda que já se incluísse e recomendasse práticas de reportagem objetiva anteriormente. Ao longo do século XIX e a primeira metade do século XX, ela era colocada como ideal ético nos Estados Unidos e Canadá, mas ainda era pouco

popular na Europa (Ward, 2009, p. 298). Seria necessário pelo menos mais duas gerações até que fosse incorporada no continente europeu (Schudson, 2001). No entanto, é importante pontuar que não é a norma profissional central para o jornalismo em diversos lugares, como mostram estudos realizados na China, no Egito, na Tanzânia e no Nepal, onde o profissionalismo jornalístico existe igualmente (Schudson & Anderson, 2009).

Pensar a adoção da objetividade exige abordar o jornalismo historicamente, com atenção para as mudanças políticas, os desenvolvimentos tecnológicos, e os processos de comercialização e profissionalização deste. Apesar de o surgimento desta ser relacionado com o uso do telégrafo e com os interesses comerciais (Amaral, 1996; Shaw, 1967; 1968; 1971, citado por Schudson, 2001), entende-se que pensá-la apenas desta forma, baseada apenas em uma visão técnica, economicista e, de certa forma, determinista, seria simples e superficial demais. Mais ainda, seria pensa-la a partir de uma visão que explicaria a mudança de normas sociais, como o estilo, mas não necessariamente o estabelecimento da objetividade como uma nova conduta moral (Schudson, 2001).

Como já mencionado anteriormente, o jornalismo teve, inicialmente, uma forte ligação com partidos políticos, o que dominava a forma como as reportagens eram feitas. Nos Estados Unidos, relembramos, um maior posicionamento ideológico dos jornais inicia-se no conflito pela independência do país contra a Inglaterra, em 1766. Naquele contexto, e até ao final do século XIX, a neutralidade poderia ser um “conselho prudente”, mas não uma norma moral (Schudson, 2001). Pela década de 1830, com o desenvolvimento de novas tecnologias de impressão, como a prensa rotativa e a prensa a vapor, mais jornais passaram a ser impressos, aumentando a competitividade entre os títulos. Este “comercialismo agressivo” teria favorecido o surgimento de uma ideologia da objetividade e justiça. Neste momento, no entanto, esta ideia ainda era limitada à “justiça estenográfica” (Schudson, 2001, p. 155), e o foco do jornalismo as notícias em vez da promoção de partidos políticos.

A discussão sobre a comercialização ou a comodificação do jornalismo, não será abordada, de todo, no escopo deste trabalho. No entanto, é importante ressaltar que, em função deste processo, o conteúdo noticioso e, com efeito, “a visão jornalística” seguiram-se do mecanismo de financiamento [capitalista], produzindo um

jornalismo que via o público como consumidor em vez de como cidadãos (Kaplan, 2002, citado por Schudson & Anderson, 2009). A declaração de que “nenhum jornal pode se dar ao luxo de ofender um grande grupo de leitoras/es”³ feita pelo jornalista Charles Griffith Ross no livro *The Writing of News; A Handbook with Chapters on Newspaper Correspondence and Copy Reading* (1911) publicado na fase inicial do processo de educação em jornalismo nos Estados Unidos (Vos, 2012; Wien, 2005), é um exemplo disso.

Há uma relação próxima entre o processo de comercialização do jornalismo e a profissionalização das/os jornalistas. De acordo com Vos (2012, p. 440), “o esforço da Era Progressiva pela profissionalização identificou a eficiência e a coordenação como valores centrais para a gestão de negócios ... Uma operação comercial coordenada eficiente exigia objetividade”.

Nos Estados Unidos, contexto que acabaria por influenciar o jornalismo enquanto prática global, a educação universitária jornalística também cumpriu um papel determinante neste processo, que é discutido amplamente na academia, inclusive no âmbito da sociologia das profissões, campo em que “estudos neomarxistas enfatizaram o lugar da educação não em treinar indivíduos para adquirirem conhecimento ou habilidades técnicas adequadas para a economia moderna, mas para adquirirem capital cultural para justificar a sua alta posição na ordem social” (Schudson & Anderson, 2009, p. 90). O histórico da objetividade passa também, então, por este âmbito, na medida que “a objetividade tem sido, por muito tempo, um ponto focal da educação do jornalismo” (Vos, 2012, p. 436).

O primeiro curso de jornalismo foi fundado na Universidade de Breslau, na Polônia, a partir de 1806 (Silveirinha, 2012). Nos Estados Unidos, logo após a Guerra Civil, na década de 1860, é criado um curso no Washington College que, interrompido, foi depois reestruturado e oferecido permanentemente a partir da década de 1920; na Universidade do Missouri, um curso de jornalismo foi mantido entre os anos de 1879 a 1884 (Wien, 2005). Em uma análise dos textos iniciais do processo de educação em jornalismo, até 1920, percebe-se que, apesar de enquadrarem a objetividade como a forma de se fazer jornalismo, dando centralidade aos fatos e a uma rotina de

³ No original, em inglês: “No paper can afford to offend a large group of readers” (citado por Vos, 2012, p. 440). Note-se que se utiliza o verbo *to afford*, ligado à ideia de ter dinheiro suficiente para algo, poder pagar, dispor-se ou permitir-se.

produção, eles permitem um “embelezamento” ou “melhoria” das notícias para que estas se tornem mais interessantes e/ou atraentes. Expressões como “adicionar cor”, “uma forma de arte jornalística” e story telling são utilizadas (Vos, 2012). É válido sinalizar a ligação, à época, da/o jornalista com a literatura.

Com efeito, Schudson (2001) aponta que, no final dos anos 1890, apesar de já ser citada como um princípio a ser seguido, a objetividade “estava longe de ser uma prática ou um ideal estabelecido” (p. 156). Passa-se por uma importante mudança neste período, com o desenvolvimento de práticas específicas do jornalismo estadunidense, como a inserção de entrevistas nos textos, que não eram comuns anteriormente, especialmente na Europa. Este processo espalha-se principalmente com a Primeira Guerra Mundial (1914–1918). Até mesmo tomar notas, hoje uma prática quase estereotipada do jornalismo, não era comum. Junto disso, media events começam também a ser desenvolvidos, pressagiando “a nova dedicação dos repórteres a um senso de habilidade e a nova localização em uma cultura ocupacional com suas próprias regras, suas próprias recompensas e seu próprio espírito” (Schudson, 2001, p. 156), isto é, o posicionamento de práticas comuns entre jornalistas, como construção de uma cultura profissional.

A década de 1920 compreende mudanças importantes nesse panorama. É neste período em que, segundo Schudson (2001), há a fixação da norma da objetividade como um ideal moral e ético que a torna um “ideal ocupacional totalmente formulado, parte de um projeto ou missão profissional [...] finalmente um código moral” (p. 163). De acordo com o autor, é possível olhar para a adoção da objetividade como norma jornalística a partir de duas perspectivas: de coesão social, como uma forma de definir e diferenciar determinado grupo, ou de controle social, no sentido de as/os superiores/es controlarem as/os subordinadas/os uma vez que o “controle político encoraja a emergência de normas formalizadas” (p. 152).

Este é, ainda, o período em que Ward (2009) localiza o quarto estágio da ética jornalística, no qual se adota uma ética profissional ligada à objetividade, como já abordado anteriormente. Os livros didáticos a partir de 1920 nos Estados Unidos manifestam também esta mudança (Vos, 2012). Eles passam a apresentar a objetividade como a solução para os problemas do jornalismo: “Os textos mitologizavam a objetividade, retratando-a como um processo mecânico

supervisionado por jornalistas que eram como cientistas e professores. Jornalistas objetivos eram figuras heroicas... que tinham conexões místicas com as necessidades e desejos do público” (Vos, 2012, p. 445). Tratava-se, portanto, de um processo de “naturalização da objetividade” em que, ainda que nem todos os jornais tivessem adotado esta como uma norma ética, os textos a colocavam como uma “norma ocupacional exclusiva, quebrada apenas por alguns jornais partidários ou sensacionalistas” (Vos, 2012, p. 445), universalizando-a.

Na década de 1930, os editores de jornais também passam a defender a objetividade, mas como uma forma de controlar a associação dos trabalhadores aos sindicatos — “como uma/um repórter poderia ser ‘objetivo’ se ingressasse a Associação de Jornais?” (Schudson, 2001, p. 163). Destaca-se aqui a perspectiva de controle social destacada anteriormente. No entanto, neste período e também durante os anos 1940 há uma resistência à adoção da objetividade com o fortalecimento da defesa da interpretação no jornalismo. Abraçando a perspectiva liberal de que é necessária uma imprensa livre, que possa esclarecer os cidadãos, avança-se para a necessidade de explicar os acontecimentos de “um mundo cada vez mais complexo” (Ward, 2009, p. 299), combinando fatos com análise.

Na década de 1950, cabe ressaltar o desenvolvimento do movimento Novo Jornalismo (Domingues, 2012) como uma forma de quebra com a objetividade (Wien, 2005). Propondo a utilização de estratégias literárias para contar histórias reais, este gênero era chamado, inclusive, de “literatura de não-ficção”, como exemplifica a publicação *A Sangue Frio* (2003 [1965]), do jornalista estadunidense Truman Capote. De acordo com Domingues (2012), este estilo de escrita contava com o uso de descrições extensivas dos acontecimentos, transcrições dos diálogos entre jornalistas e fontes, apresentação detalhada dos costumes sociais e das/os personagens, assim como, por vezes, a criação de descrições em terceira pessoa para situar os acontecimentos.

A partir dos anos 1960, considerando todas as mudanças políticas, sociais e culturais da época, também ganha força o jornalismo ativista, baseado na ideia de que informar o público consiste em confrontar o status quo e promover mudanças sociais (Ward, 2009) — tema que será abordado em maior profundidade no terceiro capítulo.

Passamos agora para uma reflexão sobre a objetividade na prática jornalística, afinal, ela pode, também, ser entendida como um padrão visível nos textos (Schudson, 2001, p. 149). Novamente, destaca-se a ideia de que a objetividade está baseada em uma separação entre fatos e opiniões. Andrén, Hermánus et. al. (1979) consideram que algo é objetivo se contém afirmações verdadeiras e essenciais, não é enganoso e é minucioso (citado por Wien, 2005). Os principais conceitos ligados à prática, conforme Westertahl (1983), são a factualidade, que se desdobra em verdade e relevância, e a imparcialidade, que será atingida através de equilíbrio e não-partidarismo, assim como uma apresentação neutra.

Para isso, entende-se que a/o jornalista objetiva/o deve manter-se afastada/o das problemáticas envolvidas nas notícias, a fim de apresentar um “retrato” não interpretado da realidade. Ward (2006) considera que isto se trata de um processo de absorver conteúdo e divulgá-lo da mesma forma em que foi recebido, utilizando a metáfora de que a/o jornalista objetiva/o busca ser um “instrumento de gravação perfeito” (p. 262). Há, nesta concepção, uma perspectiva passiva em relação à notícia na medida que esta é considerada algo que já existe e aguarda ser reportada. Como agentes passivos, “as/os jornalistas não devem fazer reclamações, se envolver em discussões ou fazer julgamentos entre posições conflitantes” (Hackett & Zhao, 1998, citados por Maras, 2013, p. 123).

Uma pesquisa sobre mídia e democracia realizada em 1992 exemplifica como estas ideias se materializam nas crenças da profissão (Schultz, 1998, citada por Maras, 2013, p. 163): em um grupo de jornalistas australianas/os questionadas/os, à época, sobre quais afirmações sobre “bom jornalismo” estavam relacionadas àquilo que entendiam por “objetividade”, 33% consideraram que seria “expressar justamente a posição de cada lado em uma disputa política”; 23%, “não permitir que as crenças políticas da/o jornalista afetem a apresentação do tema”; 22%, “reportagem que vai além das declarações dos lados em uma disputa política, focando nos fatos concretos”; 21%, “questionamento das posições de cada lado em uma disputa política igualmente minuciosos”; e, para apenas 3%, “deixar claro qual lado em uma disputa política tem a melhor posição”. De acordo com Ryan (Ryan, 2001), as/os profissionais objetivas/os “reúnem fatos e opiniões que se conflitam, verificam a informação

cuidadosamente, buscam determinar porque os lados entram em conflito e qual reflete a realidade mais precisamente, avaliam e identificam as fontes” (p. 5).

Tuchman (1972) considera que, na prática, a objetividade foi adotada por jornalistas como um “ritual estratégico”, visando principalmente evitar a perda de prazos, desenvolver problemas legais ou serem repreendidos por suas/seus superiores/es. Por ritual, a autora entende “um procedimento rotineiro que tem relativamente pouca ou apenas relevância tangencial para o fim procurado”, tendo adesão compulsiva (Tuchman, 1972, p. 661). Pode-se pensar sobre esta questão sob a perspectiva de que as rotinas de produção têm o mesmo peso, talvez, do que estatutos éticos (Cohen-Almagor, 2008), ou então de que a objetividade facilita a standardização dos produtos jornalísticos, o que “poupa energias à organização porque, em princípio, as notícias elaboradas passam pela hierarquia do jornal sem grandes alterações” (Traquina, 2012, p. 142). Para Tuchman (1972), no entanto, há quatro procedimentos podem ser elencados no que tange à aplicação deste “ritual”, ainda que “exista uma discrepância distinta entre os fins buscados e os alcançados” (p. 676).

O primeiro deles seria a apresentação de “possibilidades conflitantes”, ou seja, a apresentação de diferentes perspectivas sobre um mesmo fato. É aqui que se concentra a ideia de “apresentar os dois lados”, ainda que saibamos que nem sempre as discussões são dualistas ou maniqueístas. Esta estratégia pode ser utilizada, por exemplo, caso a/o jornalista não consiga verificar a informação recebida. Consistiria, então, em deixar a audiência “decidir” em quem acreditar. Esta atitude deve ser observada com cautela, no entanto. Para Tuchman (1972), é problemático que se considere que este procedimento leva à objetividade uma vez que torna-se difícil verificar se determinadas alegações são factuais ou verdadeiras. No entanto, entendendo-se o fato como o ato de fala da fonte, passa-se a entender as alegações como “reivindicações de verdade”, muito embora Iggers (1999) argumente que, com a objetividade, o questionamento da verdade só pode ser feito quando há uma oposição material, um questionamento vindo de outra parte, como, por exemplo, de partidos políticos opositores.

Este procedimento pode levar ainda à acumulação de diferentes pontos de vista, ocasionando uma maior dificuldade de entendimento ou de julgamento das/os

leitoras/es: “um convite para os consumidores exercerem uma percepção seletiva” (Tuchman, 1972, p. 666), equivalendo “a declarar implicitamente que todas as opiniões possuem o mesmo valor” (Muñoz-Torres, 2012, p. 576), o que pode ser perigoso na apresentação de discursos de ódio, por exemplo.

A apresentação de provas auxiliares sobre determinado assunto obtidas pela/o jornalista e socialmente entendidas como verdadeiras também é uma das estratégias utilizadas para “demonstrar objetividade” (Tuchman, 1972). Estes seriam os “fatos que falam por si mesmos”. Aqui, vale a pena apontar a importância da verificação dos fatos apresentados pelas fontes no jornalismo. Esta atividade tem ganhado espaço e destaque atualmente, com as agências de *fact-checking*, especialmente no contexto de disseminação de desinformação (Wardle & Derakhshan, 2017).

Para além desta estratégia, destaca-se também o uso de citações diretas das fontes de informação, com o uso de aspas. Por meio desta prática, transfere-se a responsabilidade do que está sendo veiculado na reportagem para a própria pessoa de modo que “adicionando mais nomes e citações, a/o repórter pode remover suas opiniões da história fazendo com que as/os outras/os digam o que ela/ele pensa” (Tuchman, 1972, 9. 668).

Por fim, apresentar a notícia em uma certa ordem também é entendido como uma prática de manifestação de objetividade. Seria a construção do lead, na lógica da pirâmide invertida: “a/o jornalista deve relacionar suas noções de conteúdo ‘importante’ ou ‘interessante’. Até certo ponto, as dificuldades da/o jornalista são atenuadas pela fórmula familiar de que as notícias dizem respeito a ‘quem, o que, quando, onde, por que e como’” (Tuchman, 1972). Esta seleção do que é mais importante, interessante ou do que deve, por outro critério de noticiabilidade, ter mais destaque, implica uma visão subjetiva, permeada por um julgamento de valor que a/o própria/o jornalista há de fazer para hierarquizar os fatos (Muñoz-Torres, 2012; Tuchman, 1972). Em resposta a críticas, esta prática costuma ser defendida sob o argumento de que a aplicação dos critérios de noticiabilidade é feita através de um “método científico”, considerando que há um conhecimento técnico detido pelas/os jornalistas (Tuchman, 1972; Vos, 2012; Altheide, 1976, citado por Wolf, 1987, p. 169). No entanto, para Tuchman (1972, p. 675), este “conhecimento profissional específico é uma defesa inadequada contra críticas, uma vez que os críticos frequentemente atacam esse mesmo conhecimento”.

A autora reconhece que mesmo com a aplicação dessas estratégias, não se pode considerar que o jornalismo é, com efeito, objetivo. No entanto, é possível pensar na objetividade, como já anteriormente destacado, a partir de vários prismas. Defende-se que, ainda que inatingível — “uma impossibilidade absoluta” (Muñoz-Torres, 2012, p. 575) —, a busca pela objetividade ainda é produtiva para o jornalismo (Ryan, 2001), especialmente por ter cristalizado esta como uma (ou a) forma aceitável ou respeitável de reportar (Glasser, 1984). É, por isso, necessário adentrar de forma mais ampla no âmbito das críticas feitas ao conceito e prática, como exploraremos a seguir.

1.2 A questão da objetividade: dilemas e críticas

Apesar de ser entendida como uma forma de tornar o jornalismo responsável através dos princípios de imparcialidade e distanciamento, a objetividade é considerada um obstáculo para isso (Glasser, 1984; Iggers, 1999). Para Maras (2013), o foco do jornalismo objetivo acaba por ficar em perspectivas de inatividade e não envolvimento em vez de no lugar de pontos de partida amorais ou apolíticos. Em uma defesa da objetividade, Ryan (2001) pontua que as/os jornalistas objetivas/os “recusam-se a servir ou apoiar qualquer interesse político, social, econômico ou cultural, mesmo aqueles que parecem a alguns observadores como elogiosos” (p. 4), como é o caso de temas como o controle de armas, aborto ou causas em que se dá espaço para grupos de pessoas socialmente marginalizadas.

A partir deste ponto de vista, ao não dever ou mesmo poder inserir sua opinião e seus valores sobre os temas em pauta, a/o jornalista objetiva/o estaria abdicando do seu papel cívico enquanto membra/o ativa/o de uma sociedade. Afinal, como se vê na perspectiva de Ryan (2001), o envolvimento político e social da/o repórter com os problemas dos grupos onde se inserem é desencorajado. Individualmente, considera-se que a ideologia da objetividade retirou das/o jornalistas a sua cidadania, criatividade, imaginação, paixão e perspectivas (Glasser, 1984).

Considerando que a defesa de um jornalismo objetivo passa pelo discurso de um conhecimento que seria exclusivo a este grupo, é possível ainda abordar a atuação prática, seguindo este preceito, como uma atividade meramente técnica. Há, segundo

Glasser (1984), uma maior preocupação e responsabilidade com a forma de apresentação das notícias (vide discussão anterior, de a prática objetiva estar mais ligada a um ritual estratégico com objetivos de proteção) do que com o conteúdo manifesto nestes textos.

A respeito disso, é importante destacar a perspectiva de que o jornalismo produz representações *sobre* a realidade (Moretzsohn, 2000) e não representa a realidade exatamente como ela é, como acreditava-se na Teoria do Espelho (Castro, 2013). O jornalismo, inclusive o objetivo, constrói um discurso sobre o real (Edgar, 1992), ou, ainda, sobre a “realidade em si” (Tuchman, 1978, citada por Iggers, 1999). Pontua-se que as notícias transformam ocorrências em eventos noticiosos ou noticiáveis (Iggers, 1999). Esta construção está diretamente ligada com a determinação de critérios de noticiabilidade ou “valores-notícia”, parâmetros pelos quais as ocorrências serão analisadas e consideradas válidas da atenção jornalística e, conseqüentemente, em certo nível, do grande público. Wolf (1987) destaca que estes valores estão presentes em todo o processo de construção jornalística, seja para seleção dos fatos ou para a construção texto enquanto resultado material final.

Para Traquina (2013), a relevância de determinado fato na vida das pessoas, a notabilidade/visibilidade do acontecimento, a atualidade, a proximidade, seja em termos geográficos ou culturais, e a notoriedade das/os envolvidas/os são alguns dos fatores que influenciam na escolha dos assuntos que irão compor a pauta do dia. Para além destes, aqueles acontecimentos que se enquadram como inversão, insólito, inesperado, que demonstram excesso ou escassez, e que representam conflito ou infração também terão destaque. O autor destaca ainda fatores que são importantes como critérios de seleção no que tange à construção da notícia em si: a possibilidade de simplificação, amplificação, relevância, personalização, dramatização e consonância.

A partir desses critérios, destaca-se a preferência do jornalismo pela cobertura de eventos (Iggers, 1999), em especial das instituições que são reconhecidas como fontes de notícia e que têm a possibilidade de promover conferências de imprensa, por exemplo. De acordo com Fishman (1982), a forma de noticiar baseia-se em “esquemas de interpretação com origem nas/os funcionárias/os das instituições e usados pelas/os funcionárias/os das instituições às quais as/os jornalistas dão

cobertura” (citado por Traquina, 2013, p. 91). No que diz respeito a este ponto, é necessário que se questione em que contexto estão sendo inseridos estes eventos noticiados pelo jornalismo.

Há uma forte tendência para basear-se nas fontes como geradoras de fatos ou destes eventos: “as fontes fornecem o sentido e a substância das notícias do dia” (Glasser, 1984, s. p.). Reforça-se, a este respeito, que as fontes frequentemente utilizadas se restringem às instituições oficiais, de conhecimento já validado socialmente e que, por isso, já detêm poder de fala — ou seja, restringem-se às elites. Isto “contraria a importante suposição democrática de que declarações feitas por cidadãos comuns são tão valiosas quanto declarações feitas pelas/os que têm destaque e pela elite” (Glasser, 1984, s. p.). Vale aqui destacar a proeminência de fontes do gênero masculino nas notícias: nos casos em que são enquadradas como especialistas ou porta-vozes, as mulheres representam, respectivamente, apenas 19% e 20% dos casos analisados em 2015 (Macharia, 2015).

É possível apontar também uma série de pressões nas rotinas de trabalho que afetam o resultado da produção, como identifica Tuchman (1972), nos prazos e na defesa de eventuais processos judiciais, por exemplo. Pensar neste ponto à luz da precarização do trabalho jornalístico é essencial (Crestani, 2016; C. M. da Silva, 2014). A “tirania do fator tempo”, como menciona Traquina (2013), deve ser levada em consideração, especialmente no contexto da produção jornalística online na atualidade. Para Cohen-Almagor (2008, p. 143), “a objetividade, no sentido de cobrir todos os aspectos de uma determinada notícia de uma forma justa, verdadeira e decente, pode tornar-se algo relativamente pequeno a renunciar quando há a urgência para produzir”.

Vale aqui destacar o fator da simplificação: “quanto mais o acontecimento é desprovido de ambiguidade e complexidade, mais possibilidades tem a notícia de ser compreendida” (Traquina, 2013, p. 88). Percebe-se que, em razão disso, e de um foco em eventos, o jornalismo, de forma geral, apresenta dificuldade para introduzir e lidar com questões complexas (Cohen-Almagor, 2008; Traquina, 2013).

Para Hartley (1982), os critérios de noticiabilidade não são naturais ou neutros, e podem ser entendidos como “um código ideológico” (citado por Traquina, 2013, p. 83). Hall (1984) considera que se trata de uma ampla estrutura invisível, que permite

criar fronteiras “consensuais” sobre o que pode ser considerado normal ou não, legítimo ou não (citado por Traquina, 2013, p. 84). Para além disso, é necessário que se considere a pressão capitalista que se coloca sobre a produção jornalística (Iggers, 1999), uma vez que grande parte dos veículos de comunicação constituem-se como empresas privadas. Schudson (2001) já mencionava isso sobre a primeira metade do século passado, com a impressão dos penny papers, mas na atualidade essa questão deve ser ainda mais levada em consideração, haja vista a crise em que o jornalismo se encontra quanto às mudanças do paradigma de financiamento através da publicidade.

A construção desta série de critérios para a noticiabilidade de ocorrências consiste, entre outros fatores, em um determinado enquadramento dos “fatos” por parte da mídia. No jornalismo dito objetivo, entendendo-se que há uma separação entre o jornalista, ideologias e o “fato” em questão, pode-se falar na criação da imagem de um enquadramento invisível: “a objetividade é atrativa precisamente porque oferece uma perspectiva aparentemente sem agenda do mundo” (Maras, 2013, p. 155). É neste mesmo sentido que argumenta Moretzsohn (2000, p. 3):

exatamente por apresentar-se como aquilo que não é, o jornalismo consegue legitimar-se e assegurar seu lugar de autoridade, como mediador ‘neutro’ definido pelo conceito de ‘quarto poder’, e garante foros de ‘verdade’ aos fatos que divulga — e que supostamente ‘falam por si’ — elidindo as mediações discursivas (ideológicas) que dão a esses fatos o status de notícia.

A defesa do jornalismo objetivo já é por si só o comprometimento ético em relação a uma ideologia, que toca em pontos dos quais o jornalismo depende para funcionar ou existir como o é hoje, como a liberdade de expressão e de imprensa (Hackett & Zhao, 1998, citados por Maras, 2013, p. 144). Assim, entende-se que a objetividade no jornalismo pode operar na defesa de uma ideologia liberal e hegemônica que domina o senso comum, principalmente por colocar-se em uma posição de neutralidade. Em outras palavras, o jornalismo pode atuar na manutenção do *status quo*. Este posicionamento torna invisível o real poder da mídia (Friedman, 1998, citado por Ryan, 2001) e vai contra a definição do próprio jornalismo de fiscalizar dos poderes (Glasser, 1984), fortalecendo o aparato ideológico capitalista (McNair,

2017). Para Maras (2013, p. 148), “a objetividade é muito compatível com um comprometimento com a política, ainda que seja alinhado com interesses hegemônicos”. McNair (2017) argumenta que os vieses estruturais e inconscientes que se encontram enraizados na prática da objetividade derivam de algumas ideias e pressupostos das rotinas jornalísticas, como os relativos às fontes de informação que devem ter prioridade.

Para Glasser (1984), a ideia de que a notícia já existe e aguarda ser exposta está na essência da objetividade jornalística, e, por si só, afasta a noção de responsabilidade do jornalismo — o que torna difícil a discussão de ética e moral da profissão. A discussão sobre responsabilidade só poderá ser feita quando entender-se que as notícias são criadas por esta comunidade. Ele vê a objetividade como “mais um costume do que um princípio”, um fardo que não serve aos interesses da sociedade como um todo ao defender os interesses de um grupo, de elite, dos proprietários de veículos de mídia.

Justamente por este debate não estar em causa, é possível que a defesa (ou uma percepção acrítica) do senso comum seja inconsciente, como pontua Cohen-Almagor (2008, p. 144): “não se percebe que se está tomando lado em um debate ao utilizar certa terminologia ou ao evitar a utilização de outros termos”. O autor considera que não se deve utilizar a objetividade como princípio ético no jornalismo ao se tratar de temas como terrorismo, racismo, canibalismo, genocídio e escravidão, por exemplo. Defendemos aqui, ainda, a importância de se tratar as questões de gênero também a partir dessa perspectiva. Os valores básicos da mídia devem, nestes e em outros casos, sobrepor-se à demanda pela objetividade.

Há temas que não recebem espaço no jornalismo, especialmente os mais complexos, como mencionado anteriormente. Podemos pensar nestes tópicos como aqueles que, de fato, necessitam de debate no grande grupo social, inclusive para que se coloque em causa o que é sensato ou justo, e o que é importante (Iggers, 1999). Entendendo, então, que a ética normativa adotada pelo jornalismo tradicional não é efetiva neste sentido, abordaremos novas perspectivas éticas no capítulo três, assim como o jornalismo que propõe quebras com a noção tradicional de objetividade. Considerando o enfoque de gênero e dos feminismos neste trabalho, procedemos

antes para uma revisão da situação das mulheres no jornalismo, relacionando também este tópico com as proposições básicas do jornalismo e a sua ética.

2 Jornalismo e gênero

Na sequência das discussões feitas anteriormente, importa aqui abordar a questão de gênero no jornalismo. Falar sobre o desenvolvimento deste enquanto uma prática profissional de forma descontextualizada em relação ao gênero pode ser, mais uma vez, uma forma de silenciamento das mulheres, ou do apagamento da história destas e das desigualdades por elas enfrentadas no âmbito dos acessos e da permanência na profissão.

Como referem Ruoho e Torkkola (2018), a pesquisa no campo dos estudos sobre jornalismo e gênero é mais problemática do que se poderia prever. Ao pensar sobre a situação das mulheres na profissão, entendemos ser necessário questionar as bases de proposição do jornalismo, passando pela história da entrada destas na área, bem como pelas suas culturas profissionais, organizacionais e as rotinas produtivas (Lelo, 2019; Ruoho & Torkkola, 2018). Tendo isto em consideração, procederemos para uma análise do jornalismo enquanto uma ‘instituição generificada’, visando entender que “vantagem e desvantagem, exploração e controle, ação e emoção, significado e identidade, são modeladas através e em termos de uma distinção entre homens e mulheres, masculino e feminino” nesta determinada instituição social e profissional (Acker 1990, citada por Lavie & Lehman-Wilzig, 2005, p. 82).

2.1 A entrada das mulheres no jornalismo: histórico e dilemas

Pensar o desenvolvimento do jornalismo tradicional historicamente exige recuperar uma tradição de dominação masculina na profissão, afinal, a cultura jornalística estrutura — ou é estruturada por — uma visão dos homens como norma e das mulheres como intrusas (Ross, 2001). Como refere Covert (1981, citada por Silveirinha, 2012), a história do jornalismo é assim contada de forma a refletir a

experiência masculina e não feminina, ocultando as contribuições das mulheres (Silveirinha, 2012). Neste sentido, ainda que hoje vejamos uma crescente participação destas no jornalismo — tendência muito forte no contexto brasileiro, por exemplo (Pontes, 2017) —, o equilíbrio do poder simbólico em relação ao gênero no campo mantém-se longe da realidade (Robinson, 2008, citada por Hanitzsch & Hanusch, 2012), sobretudo quando falamos em termos de tomada de decisão. Falar da história da entrada das mulheres no jornalismo é, então, necessário (Geertsema-Sligh, 2018).

O objetivo desta recuperação histórica não será detalhar profundamente a trajetória das mulheres no jornalismo, mas sim compreender o processo tendo como foco principal as influências que marcaram os avanços para as jornalistas afim de traçar um paralelo entre estes e a atual condição das mulheres no âmbito do jornalismo “tradicional” — “um certo tipo de discurso” (Silveirinha, 2012) específico e, de certa forma, restrito e restritivo. Neste percurso, daremos ênfase, inicialmente, ao processo de entrada das mulheres na profissão nos Estados Unidos, uma vez que, como já dito, o modo de fazer jornalismo neste contexto se espalharia, depois, para resto do mundo. Assim, tendo-se em conta que a pesquisa no Brasil sobre este tema ainda é bastante deficitária, especialmente em uma perspectiva histórica, tomaremos o jornalismo estadunidense como um ponto de partida para refletir sobre a situação das mulheres e sobre o jornalismo feminista no Brasil na atualidade, ainda que a partir de pontos de vistas outros.

É na fase da sua industrialização, sobretudo nos Estados Unidos, que o jornalismo se constitui como uma profissão masculina (Silveirinha, 2012). Mesmo que, como já veremos, algumas mulheres pudessem ocasionalmente participar na imprensa — muitas vezes sob pseudônimos —, a recuperação histórica mostra que até o fim do século XIX o jornalismo tradicional de forma geral esteve fechado ou indiferente às mulheres como cidadãs, reforçando a ideia ou a norma de que as mulheres deveriam estar circunscritas à esfera privada (Geertsema-Sligh, 2018). Em um espectro mais amplo, a participação das mulheres na esfera pública ainda era restrita (McNair, 2009). Assim, quando falamos do jornalismo tradicional naquela altura, estamos falando de uma prática majoritariamente feita por homens, para homens, sobre homens.

Isto não é dizer que as mulheres não participavam de todo no jornalismo: nos Estados Unidos, no período colonial, ou seja, até o século XVIII, algumas mulheres conseguiam adentrar no campo através da relação com familiares editores ou proprietários de publicações. Mais tarde, no século XIX, podemos também destacar alguns marcos, como a trajetória de Margaret Fuller que, nos Estados Unidos, foi editora literária do *New York Tribune* a partir de 1844 e, em 1846, tornou-se a primeira mulher correspondente estrangeira. Na Inglaterra, Harriet Martineau é considerada a primeira mulher jornalista do país, tendo sido empregada pelo jornal *Daily News* como *lead writer* em 1853 (Chambers et al., 2004; Silveirinha & Ferreira, 2019). Durante o século XIX, o trabalho jornalístico mais comum às mulheres era o de colunista, sob anonimato, cobrindo temas relacionados a causas sociais e políticas (Silveirinha, 2012). Devemos resistir, como sugere Silveirinha (2012), ao impulso de considerar como casos isolados a atuação destas mulheres que estiveram dentro do mundo jornalístico quando ainda era amplamente dominado por homens — é antes necessário pensá-las como parte de uma história de “profunda negação da sua paridade na sociedade” (p. 166).

O século XIX foi um período de profundas mudanças na sociedade estadunidense, sendo o movimento abolicionista central para entender as principais discussões colocadas à época. Como refere Angela Davis (2016 [1981]), muitas mulheres brancas e de classe média envolveram-se com a discussão acerca da abolição da escravidão e, especialmente a partir das resistências que encontravam, por serem mulheres, para se manifestar politicamente, organizaram-se para reivindicar direitos para o seu grupo social, focando-se, naquele momento, principalmente no direito ao voto. É então que, pelos anos 1840, desenvolve-se o que hoje chamamos de movimento feminista. Importa, nesta linha do tempo, falar ainda da Guerra da Secessão (1861-1865) que levou ao fim da escravidão em 1863 e contribuiu para uma maior industrialização do país, seguindo uma tendência que já se colocava com força na Europa. Assim, passa a crescer a classe operária no país, da qual fazem parte as mulheres.

É preciso destacar que mesmo após o fim da escravidão nos Estados Unidos, grande parte da população negra continuou realizando, de forma mal remunerada, trabalhos similares aos que realizava anteriormente. Para além disso, a grande maioria das mulheres negras que não trabalhavam no meio rural estavam restritas ao

trabalho doméstico — fato ainda visível no Brasil de hoje, onde quase 60% das/os mais de 6 milhões de trabalhadoras/es domésticas/os são mulheres negras⁴. O racismo existente à época, continua vigente em sociedades incapazes de curar as feridas abertas pela escravidão, como a estadunidense e a brasileira. Com efeito, a participação de pessoas negras e especialmente das mulheres negras no jornalismo tradicional foi e permanece ainda deficitária⁵.

No fim do século XIX, mulheres brancas, de classe média e educadas formalmente passam a reivindicar e precisar de papéis mais ativos fora de casa, encontrando no jornalismo uma opção (Chambers et al., 2004). À época, a entrada na profissão não dependia de qualificações específicas, o que facilitava a entrada de mulheres no ramo, considerando-se que o acesso à educação era desigual entre elas e os homens (Chambers et al., 2004; Silveirinha, 2012). Assim, entre os anos 1880 e 90, vê-se um aumento das mulheres no meio (Steiner, 2017a). Contudo, devemos olhar para este fato também à luz das transformações que ocorreram neste mercado na época, como o surgimento do Novo Jornalismo, uma segunda geração dos periódicos populares (a *penny press*) (Sousa, 2008). O poder das transformações tecnológicas e dos interesses comerciais marca fortemente os processos de avanço das mulheres na profissão, mas também de resistência a sua presença seja neste primeiro momento, seja com o surgimento da rádio, da televisão ou da internet. Assim, como sugere Covert (1981), devemos olhar para o aumento da participação das mulheres no jornalismo como ciclos de avanço e recuo, e não como um processo linear (citada por Silveirinha, 2012).

Joseph Pulitzer é, talvez, o principal nome ligado ao processo de emergência do Novo Jornalismo nos Estados Unidos — ele compra o jornal *The World*, de Nova Iorque, em 1883, que chegaria a tiragem diária superior a um milhão de cópias na viragem para o século XX (Sousa, 2008). Este jornalismo unia características da primeira geração da imprensa popular e da imprensa de elite (Chambers et al., 2004) com o objetivo de atingir novos públicos, veicular mais publicidade e, assim, aumentar

⁴ Disponível em: <https://bbc.com/portuguese/brasil-43120953>. Acesso em 29/08/2020.

⁵ Em 2012, somente 5% das/os jornalistas no Brasil autodeclaravam-se pretas/os e 18%, pardas/os (Mick & Lima, 2013, citados por Pontes, 2017). De acordo com Pontes (2017, p. 10), “[a]s jornalistas pretas são as que recebem as piores remunerações. Os dados apontam que a categoria precisa enfrentar as desigualdades de gênero e de raça”.

seus lucros. Para além de uma estética forte, com visual mais apelativo, o jornal de Pulitzer veiculava conteúdos que voltavam-se à emoção: crimes, escândalos, sexo, exploração e miséria, entre outros (Sousa, 2008). É o sensacionalismo que se destaca como marca deste tipo de publicação. Na Inglaterra, refere-se que o movimento esteve ligado à premissas de reforma social, o que não necessariamente ocorre nos Estados Unidos (Chambers et al., 2004).

Com a busca de um aumento do público, as mulheres passam a ser consideradas um potencial nicho leitor dos jornais. Assim, é criada a primeira página feminina nos Estados Unidos, no *New York World*, inspirada nas páginas de sociedade presentes na *penny press* anteriormente. A primeira deste tipo que podemos referir foi criada pelo *New York Herald*, em 1835, um dos principais jornais populares da primeira geração da *penny press*. Na Inglaterra, o *Daily Mail* cria também entre os anos 1880 e 1890 uma página feminina, seguindo os mesmos moldes do jornal estadunidense. Entretanto, inicialmente essas publicações femininas nem mesmo foram escritas ou editadas por mulheres (Silveirinha, 2012), tornando-se importantes espaços para estas posteriormente, quando passaram a ser alguns dos únicos postos superiores de trabalho geralmente ocupados por elas.

Os conteúdos voltados para o “feminino” partem de uma visão essencialista e unificada do que são as mulheres ou pelo que se interessam. Geertsema-Slight (Geertsema-Sligh, 2018) ressalta o foco do conteúdo dessas publicações, de forma geral, em torno de quatro temáticas: comida, moda, mobília e a família (em inglês, os quatro “Fs”: *food, fashion, furniture, family*). O que se demandava das mulheres era o “ângulo feminino” ou o “toque feminino” pautando-se numa ideia de que as mulheres têm mais interesse naquilo que é de interesse humano.

Esta perspectiva era fixada em relação as mulheres como consumidoras e não como cidadãs (Steiner, 2017a; Volčić, 2008) que deveriam estar inseridas no debate sobre a vida pública. Para os homens jornalistas, as mulheres não tinham “faro para notícias”, e afirmavam até mesmo que a profissão iria as masculinizar ou dessexualizar (Steiner, 2009, 2017a). As “longas e irregulares horas” de trabalho também eram destacadas: a “retórica da prevalência destas difíceis condições de trabalho — os ‘rigores do jornalismo’ — não só servia como base de definição da profissão como servia também, precisamente, para o manter como um domínio

masculino” (Silveirinha, 2012, p. 173). A partir disso, fica mais evidente o entendimento de que a produção de conteúdo e a consequente entrada das mulheres no jornalismo tinha uma origem de interesse comercial e não de integração ou emancipação. Para além disso, a criação de uma página feminina reflete não só que se considerava que os interesses das mulheres eram outros, mas também que o jornalismo “real” era produzido em outra esfera, pelos homens.

É interessante refletir sobre as mulheres no jornalismo nesta época à luz do que nos traz Angela Davis (2016 [1981]) sobre a construção do que pode ser considerado feminino como um subproduto da industrialização: enquanto que “a ideologia da feminilidade [...] se popularizou e se disseminou por meio das novas revistas femininas e dos romances, as mulheres brancas passaram a ser vistas como habitantes de uma esfera totalmente separada do mundo do trabalho produtivo” (pp. 24-25).

No entanto, importa pensar, ainda, sobre a criação de um papel duplo das mulheres no jornalismo a partir desse processo: o das mulheres como leitoras e como produtoras de conteúdo (Silveirinha, 2012), o que tem como impacto a criação de um público (feminino) mais consciente e mais participativo na esfera pública ainda que, neste primeiro momento, estejamos falando uma participação mais restrita.

Como destacam Chambers et al. (2004, p. 17), as “mulheres jornalistas começaram a ser apreciadas por sua habilidade de atrair leitores através do seu estilo de escrita e abordagem das histórias”. Uma das personagens a serem destacadas neste sentido é Elizabeth Cochran Seaman, conhecida pelo pseudônimo de Nellie Bly. Nos Estados Unidos, podemos considerar que ela foi uma pioneira do que hoje conhecemos jornalismo investigativo. O investimento neste tipo de cobertura é uma das marcas do Novo Jornalismo, de acordo com Sousa (2008). O trabalho de Bly, que ficou conhecida como uma das principais *stunt girls*, consistia em inserir-se pessoalmente no ambiente e no assunto que por ela seria reportado, como um hospício, uma prisão feminina e, inclusive, uma volta ao mundo de navio durante 72 dias (Chambers et al., 2004; Silveirinha, 2012). Ainda que não estivesse cobrindo assuntos necessariamente ligados à vida privada das mulheres, a escritora tratava dos fatos “da vida urbana plenos de emoção e escândalo” (Silveirinha, 2012, p. 175), como era relevante para a ideia de sensacionalismo utilizada para a maior venda de

jornais. Sousa (2008) ainda refere que uma das práticas utilizadas com frequência pelo *New York World* era a da autopromoção, e a volta ao mundo de Bly foi altamente divulgada à época neste sentido.

Parece-nos interessante considerar que a abordagem desta jornalista compreendia um conhecimento situado, com corpo. Para além disso, é possível fazer um cruzamento com o tipo de prática utilizada pelo jornalismo gonzo, estilo protagonizado pelo jornalista e escritor estadunidense Hunter Thompson nos anos 1960, e com o jornalismo literário como um todo. Voltamos, aqui, para o que diz Covert (1981) sobre o fato das inovações propostas por mulheres não terem sido de todo atribuídas a elas (citada por Silveirinha, 2012)— o jornalismo investigativo e o jornalismo literário, seriam, depois, dominados pelos homens.

Ainda assim, Nellie Bly não “abriu as portas do jornalismo às mulheres estadunidenses” (Silveirinha, 2012, p. 176). Como ela, outras *stunt girls* foram úteis à guerra pelo público entre jornais, mas apesar de demonstrarem uma ampliação dos temas que as mulheres poderiam cobrir, este tipo de jornalismo passa a ser progressivamente marginalizado, o que poderíamos relacionar com a ascensão da norma da objetividade. De forma geral, os conteúdos produzidos por mulheres dificilmente chegavam às capas ou às primeiras páginas dos jornais, exceto quando, como no caso de Bly, “o seu ‘ponto de vista feminino’ poderia ajudar a vender os jornais” (Silveirinha, 2012, p. 176).

Também no âmbito do jornalismo investigativo, na passagem do século surge o *muckraking* (Sousa, 2008), uma forma de jornalismo investigativo de denúncia, mais voltado à fiscalização do poder, de exposição da corrupção. Um nome forte neste processo é o de Ida Tarbell, que “defendia pensar e agir como eles [homens]” (Silveirinha, 2012, p. 187), propondo uma quebra com a ideia de uma abordagem feminina às notícias.

Neste período, entre os séculos XIX e XX, para fazer um cruzamento com as proposições éticas abordadas anteriormente, passava-se uma transição entre o terceiro estágio da ética jornalística, com destaque para a teoria liberal e da imprensa como fiscalizadora do poder, e o quarto estágio, momento em que se fixa uma ética profissional do jornalismo objetivo (Ward, 2009). Cabe aqui lembrar que o processo de adoção da objetividade irá fixar uma comunidade profissional jornalística e que este

período terá relação direta com a industrialização e a ampla comercialização dos jornais (Chambers et al., 2004; Schudson, 2001). Conforme Schudson (2001), a objetividade aparece como norma profissional institucionalizada nos anos 1920.

O século XX marca, para as mulheres, mais uma vez, ciclos de avanços e recuos. Nos anos 1800, ainda que de forma não linear, elas tenham conquistado maior espaço na profissão e, com efeito, na sociedade, a participação das mulheres na política através do voto, por exemplo, ficou restrita até a viragem para o século XX. O primeiro local a permitir o sufrágio feminino foi a Nova Zelândia, em 1893. No Reino Unido, o mesmo acontece em 1918, e, nos Estados Unidos, em 1920. Já no Brasil, mulheres casadas puderam começar a votar em 1932, possibilidade ampliada a todas as mulheres em 1934. O voto feminino, no entanto, passou a ser obrigatório apenas em 1946.

No jornalismo, o impacto das guerras do século XX é central para pensarmos na participação das mulheres, assim como o desenvolvimento de novas mídias, como o rádio e a televisão, que apresentam diversas aberturas para a sua participação, mas também novos constrangimentos e resistência. Podemos apontar, como apontam Chambers et al. (2004), que um paradoxo se apresenta para as mulheres na primeira metade deste século:

Aquelas que recusavam-se a aceitar restrições sobre o que podiam escrever e que não eram adequadamente femininas no trabalho eram rotuladas de pessoalmente desviantes, enquanto as que aceitavam as limitações impostas a elas e se deixavam tratar como femininas eram profissionalmente marginalizadas (p. 21).

Durante a Primeira Guerra Mundial (1914-1918), a presença das mulheres na frente de guerra não era permitida. Grande parte dos homens estavam, então, envolvidos com a cobertura de guerra, muito ligadas à propaganda militar. Para repor a força de trabalho esvaziada com grande parte dos homens servindo ao exército, as mulheres ocupam mais cargos dentro das organizações jornalísticas — aqui, falamos de jornais impressos. Assim, elas começam a reportar sobre a guerra, tratando do impacto do confronto na população civil, contribuindo para um novo estilo de cobertura de guerra (Chambers et al., 2004; Steiner, 2017b).

Logo após a guerra, no entanto, com o retorno dos homens, muitos dos cargos conquistados até aquele momento foram retirados das mulheres — em algumas situações, inclusive “devolvidos” para os homens que os ocupavam antes da guerra ou até mesmo ocupados por novos aplicantes (homens) (Chambers et al., 2004). O desenvolvimento de uma nova mídia, a rádio, abriu portas a elas neste período — o primeiro departamento de radiojornalismo desenvolve-se em 1920 nos Estados Unidos, e, no Reino Unido, a BBC é criada em 1922 (Sousa, 2008).

No período da Segunda Guerra Mundial (1939-1945), ocorre uma situação bastante similar. Mais uma vez, as mulheres não estão no fronte de guerra e devem ocupar cargos nas redações, que, em parte, lhes seriam retirados mais tarde. Vale destacar, como refere Steiner (2017a), que uma das justificativas utilizadas para barrar as mulheres do fronte era de que não havia banheiros femininos nestes locais. A partir de 1939, impõe-se um racionamento de impressão, que dura até 1955, diminuindo o escopo dos jornais e as oportunidades de trabalho.

Neste período, as rádios já haviam conquistado grande importância, especialmente nos Estados Unidos. Em 1946, as mulheres compunham 28% da força de trabalho nas rádios, ainda que poucas pudessem apresentar as notícias (Sanders & Rock, 1988, citadas por Chambers et al., 2004). Para as instituições, a voz das mulheres não possuía “autoridade” suficiente para a apresentação das notícias. De fato, o próprio desenvolvimento dos microfones não foi pensado para vozes mais agudas — mas as empresas também consideravam que o tom de voz de muitas mulheres deveria estar ou estaria mais associado à fofoca (Shingler & Wieringa 1998, citadas por Chambers et al., 2004).

Assim, a entrada das mulheres nas rádios foi marcada pelo desenvolvimento de nichos específicos, de forma similar ao que ocorreu com as páginas de mulheres nos jornais impressos. Na rádio, no entanto, podemos apontar um afastamento do foco nas tarefas domésticas, com o conteúdo “feminino” voltando-se para a atividade sexual (Chambers et al., 2004). A premissa era evidente, como afirmam Chambers et al. (2004, p. 42): “as mulheres deveriam ouvir, mas não serem ouvidas”.

No Reino Unido, com a instituição de uma rádio pública, a BBC, as oportunidades para as mulheres eram menores. Com efeito, até 1974 a empresa proibia que mulheres lessem as notícias no ar, sendo estas apenas permitidas a

apresentar programas de entretenimento. Seria somente nesta década que, considerando interesses comerciais, talvez, as mulheres conquistariam mais espaço no radiojornalismo.

Após a Segunda Guerra, com o fim do racionamento, as publicações buscavam ampliar, novamente, o seu público. A rádio e, mais tarde, a televisão crescem e passam a disputar verbas publicitárias com os jornais impressos, que gozavam da criação de uma “sociedade com fome de notícias” (Chambers et al., 2004, p. 31). Nos anos 1940 interessava às empresas uma abordagem mais “leve” das notícias, o que impulsionaria a contratação e promoção de mulheres nas redações. O espectro de temas cobertos é ampliado principalmente nos jornais de elite, o que acaba por favorecer a inclusão de “questões sociais de interesse direto das mulheres” (Chambers et al., 2004, p. 31). Essa mudança marca mais um dos ciclos de avanço para as mulheres, que não mais estariam confinadas às páginas e aos assuntos ditos femininos. No entanto, há um impacto para as que ocupavam cargos de chefia, uma vez que as páginas voltadas para o público feminino eram as editorias nas quais elas ocupariam, via de regra, posições de edição (Steiner, 2009).

No entanto, nos anos 1950, no Reino Unido, jornais como *The Guardian* passam a ter páginas femininas, que antes se restringiam à imprensa popular — apesar de terem repórteres mulheres, estes jornais não abordavam, antes desta época, questões referentes ao público feminino, esperando que o trabalho das repórteres fosse semelhante ao dos homens (Whitehorn, 1997, citada por Chambers et al., 2004). Recebendo influências da segunda onda dos feminismos, os assuntos das páginas femininas alargam-se para além daqueles restritos à esfera privada, tratando, assim, de temas políticos importantes para as mulheres da época.

Nos Estados Unidos, em comparação com o Reino Unido, a manutenção dos cargos das mulheres no pós-guerra foi maior, o que terá relação com o fato de que o país optou pelo desenvolvimento privado das rádios e promoveu, como vimos, uma ampliação dos temas cobertos. Pode haver relação, também, com a ocorrência próxima da Guerra do Vietnam (1955-1975). Com mais uma guerra, mais jornalistas do sexo masculino retornariam para o fronte, deixando cargos abertos para as mulheres no país (Chambers et al., 2004). É também na Guerra do Vietnam que as jornalistas começam ir para a cobertura direta (Steiner, 2017b, 2017a), processo que

se intensificou ainda mais na viragem do milênio, com maior interesse em conflitos no Afeganistão, Iraque e Síria, possibilitando inclusive que um maior número de mulheres árabes ocupassem esses postos de trabalho (Geertsema-Sligh, 2018).

Importa falar também do jornalismo televisivo, que ganha espaço com o barateamento dos televisores em torno da década de 1950. Assim como nas rádios, o trabalho das mulheres neste âmbito estava voltado mais à produção, ou seja, ao trabalho fora do ar, sem a sua voz e/ou a sua imagem. De acordo com Dick (2001), as mulheres encontravam oportunidades para trabalhar na televisão como “garotas do tempo”, ainda que não tivessem nenhum treinamento em meteorologia, sendo contratadas com base na aparência física (citado por Chambers et al, 2004). Nos Estados Unidos, a primeira mulher a ser empregada como repórter televisiva foi Pauline Frederick, em 1948. Ela cobriu as convenções políticas daquele ano, o primeiro em que houve cobertura televisionada, para depois cobrir as Nações Unidas até 1974, quando se aposentou. No Reino Unido, a primeira mulher a apresentar um boletim no ar foi Barbara Mandell, em 1955, lido em frente a uma pintura de cozinha doméstica. Na BBC, a primeira mulher no país a regularmente apresentar notícias foi Angela Rippon, em 1975 (Chambers et al., 2004). Vale enfatizar que as mulheres que ocupavam estes espaços eram predominantemente brancas e de classe média. A aparência física, considerando etnia e idade, era — e ainda é, via de regra — um dos critérios centrais para a escolha das mulheres que trabalham com jornalismo na televisão.

Os anos 1960 foram de grande importância para o movimento das mulheres do contexto estadunidense. No início da década, a primeira pílula anticoncepcional começou a ser comercializada no país após controversos testes em mulheres de Porto Rico, já que os contraceptivos eram proibidos nos Estados Unidos até então. Em 1965, 6,5 milhões de mulheres estadunidenses já utilizavam o método⁶. No ano seguinte, em 1966, é fundado o *National Organization for Women* (Organização Nacional pelas Mulheres — *NOW*, na sigla em inglês), por Betty Friedan e Pauli Murray. Era a mobilização da segunda onda do feminismo que, pelo menos neste país, duraria até os anos 1990.

⁶<https://nexojornal.com.br/explicado/2017/09/15/P%C3%ADlula-anticoncepcional-da-revolu%C3%A7%C3%A3o-sexual-%C3%A0-revis%C3%A3o-de-seu-uso>

Como veremos no capítulo três, proliferam-se periódicos feministas neste período. À época, também, como já referido, desenvolve-se o jornalismo literário. Apesar de trazerem características similares à prática das *stunt girls*, por exemplo, com a inserção da/do repórter na reportagem, poucas foram as mulheres que se destacaram neste movimento, “talvez porque as mulheres não sejam autorizadas ou não se permitam desfrutar da liberdade e do senso de experimentação literária que é permitido ou reivindicado por homens” (Chambers et al. 2004, p. 41). Entre as que o fizeram, estão Dorothy Day, Lillian Ross, Jane Kramer, Joan Didion e Sara Davidson (Chambers et al., 2004).

A partir dos anos 1970, a presença das mulheres no jornalismo cresce ainda mais. Nos jornais impressos, nesta década, as mulheres representavam 22,4% das/os funcionárias/os da redação nos Estados Unidos (Lacy et al., 1998). No entanto, registra-se uma estagnação no aumento dos números de mulheres ocupando cargos de edição ou publicação, que haviam crescido a partir do fim dos anos 1940. Neste período, como mencionado anteriormente, verifica-se ainda uma mudança no que tange à participação das mulheres no jornalismo de rádio e televisão. Se antes considerava-se que elas não teriam autoridade para apresentar as notícias, passa-se a considerar que ter uma mulher nesta posição forneceria equilíbrio, para além de adicionar “textura ao resto do programa” (MacGregor, 2002, citada por Chambers et al., p. 44). Com efeito, é somente em 1974 que a britânica BBC retira a proibição de que as mulheres apresentem notícias na televisão ou na rádio.

Inspiradas pelo movimento feminista, é nos anos 70 que as jornalistas elaboram reivindicações às empresas jornalísticas desafiando a discriminação de gênero em diversos âmbitos através de sindicatos e associações. Processos contra o jornal *The New York Times* e a agência de notícias *Associated Press*, entre outras empresas foram abertos (Lacy et al., 1998). “As jornalistas usaram canais regulatórios e legais para desafiar práticas de contratação e promoção excludentes” e tiveram decisões favoráveis a elas (Steiner, 2017a, p. 4).

Nos anos 1980, as mulheres já representavam 34,4% da força de trabalho jornalística nas redações da imprensa estadunidense (Lacy et al., 1998). Cabe lembrar que esta data marca cem anos do período de entrada em maior número das mulheres na profissão, iniciado em 1880. Nesta década, no fim do século XX, mais

mulheres marcam presença na televisão, especialmente como correspondentes internacionais — havia “geralmente uma [repórter] por canal de televisão estadunidense” (Chambers et al., 2004, p. 52) — , ainda que elas não tivessem o mesmo espaço e tempo de antena ocupado pelos homens jornalistas. Ainda, a porcentagem de jornalistas mulheres ocupando cargos superiores nos jornais impressos volta a subir (Lacy et al., 1998).

Neste mesmo período, dos anos 1970 e 1980, vê-se uma reestruturação das páginas femininas nos Estados Unidos (Harp, 2007, citada por Steiner, 2009), voltando a tratar de assuntos mais triviais, como moda, estilo de vida, design e casa, partindo de um entendimento de que os assuntos políticos e sociais que interessam às mulheres já estavam no jornal como um todo (Steiner, 2009, p. 41). Steiner (2009) refere que esta foi uma tentativa de reinserir as páginas de mulheres por motivos comerciais, direcionando estes espaços à propaganda. A exclusão anterior dessas páginas teria levado ao fechamento da única editoria na qual as mulheres tinham maior facilidade em chegar a cargos superiores, como editoras. Este poderia ser um dos motivos para a manutenção da estagnação do aumento da participação das mulheres verificado nas décadas anteriores conforme apontado por Lacy et al. (1998). As/os autoras/es também relacionam esta estagnação a uma resistência dos homens, referindo o conceito de *backlash* (no seu sentido original, o termo refere-se a repercussão, em inglês) apresentado por Faludi (1999, citada por Lacy et al., 1998). Aqui, podemos mais uma vez relembrar a proposição de Covert (1981) de que a história das mulheres no jornalismo se faz em ciclos de ciclos de avanço e recuo (citada por Silveirinha, 2012).

Importa reforçar que a segunda onda do feminismo inspirou muitas mulheres a entrarem na academia, desenvolvendo pesquisas sobre a história, cultura e trabalho das mulheres (Steiner, 2009). As pesquisas organizacionais no campo do jornalismo passam, nesta época, a considerar o gênero como categoria de análise (De Bruin, 2000), questionando principalmente as práticas e rotinas profissionais a fim de verificar, por exemplo, se a atuação de mulheres e homens é diferente na seleção de notícias, na produção de conteúdo e na gerência das organizações. Naquele momento, o foco das pesquisas não era, assim, os “símbolos, valores, significados” utilizados no jornalismo (de Bruin, 2000, p. 225), uma perspectiva que, no entanto, desenvolve-se posteriormente.

Uma discussão importante à época foi a teoria da massa crítica, termo inspirado na física nuclear. Buscava-se “quantificar a que ponto as mulheres líderes poderiam formar alianças e assim oferecer novas visões e implementar novos métodos de gerência” (Steiner, 2012, p. 211). Apesar de algumas pesquisas apontarem que qualquer número absoluto acima de três seria suficiente para promover mudanças, estabeleceu-se que, em média, atingindo 30% da ocupação na profissão, seria possível que as mulheres modificassem as práticas jornalísticas e desafiassem a realidade masculinizada da profissão. Isto implicaria em transformações no tipo de jornalismo produzido, voltando-se para características atribuídas ao “feminino” dentro de uma perspectiva tradicional de gênero (e, portanto, essencialista). Essas características aplicadas às áreas dominadas por mulheres acarretariam em “melhorias na igualdade salarial, menor discriminação de gênero e mais mulheres executivas” (p. 216), o que não ocorreu no jornalismo apesar do crescimento das mulheres a nível ocupacional nesta profissão. Sobre este ponto, Steiner (2012) questiona a emergência de um feminismo cultural, que defenderia que as características ditas femininas seriam superiores àquelas definidas como masculinas. Em paralelo a esta discussão, e talvez como forma de resistência a esta tendência, surge uma preocupação de que o jornalismo se tornaria um “gueto de colarinho rosa” — a feminização da profissão faria com que os salários e o status do jornalismo diminuíssem.

De fato, ao mesmo tempo em que as mulheres marcaram maior presença no jornalismo, importantes mudanças aconteceram na prática. Na recapitulação histórica do jornalismo industrial nos Estados Unidos, vimos que as mulheres foram incorporadas à profissão a partir de mudanças com foco na ampliação do público leitor e no desenvolvimento de novos meios de transmissão da informação — e, logo, novos enfoques e estilos nos textos jornalísticos. Mais tarde, Gill (2007) aponta diferenças entre um estilo jornalístico tradicional, de notícias sérias, racionais, com foco na informação de interesse público e nos fatos, e o que seria o estilo contemporâneo, com maior enfoque na emoção, no entretenimento, no interesse humano, com barreiras mais tênues entre fato e ficção e maior sensacionalismo. Algumas dessas características do “estilo contemporâneo” podem ligar-se ao que Van

Zoonen (1998) aponta como aspectos ligados a uma conceitualização *mainstream* do feminino no jornalismo, como o foco em interesse humano e *consumer news*.

Van Zoonen (1998) argumenta que as transformações que se colocaram em relação ao conteúdo jornalístico não são uma consequência da entrada das mulheres na profissão, mas sim de uma maior viragem do jornalismo aos interesses do mercado. Seria, então, a partir dessas mudanças de cunho comercial que as mulheres conseguiram entrar em maior número no jornalismo. No mesmo sentido, Ross (2004) defende que a tendência de “um estilo mais informal e pessoal de reportagem com uma abordagem de interesse humano” tem maior relação com razões comerciais do que com a presença ou as ações das mulheres jornalistas (citada por Chambers et al., 2004, p. 9).

De acordo com Örnebring (2018), o jornalismo passou por um momento de maior estabilidade durante os anos 1970 e 1980 que duraria até o início dos anos 1990. Desde então, passa por um processo de “mudança revolucionária” que afeta a “sua organização, status econômico, autoridade cultural, papel democrático, textos e audiências” em um curto período de tempo (pp. 556-7). Uma das transformações chave, para o autor, é justamente a tendência de comercialização — “maior domínio dos imperativos comerciais sobre outros imperativos, o que é demonstrado pelo fato de que esses imperativos comerciais parecem mudar práticas e textos jornalísticos” (p. 563). No entanto, importa destacar que o jornalismo foi (e é) tratado como uma *commodity* desde a metade do século XIX, especialmente no contexto estadunidense, como já dito. Outra das mudanças chave apontadas pelo autor é a digitalização do jornalismo, que se inicia com a invenção da *World Wide Web*, em 1994, cenário que abordaremos em maior profundidade no subtópico seguinte.

Em 1995, as mulheres representavam 41% das funcionárias empregadas por jornais impressos estadunidenses (Lacy et al., 1998) e, de acordo com pesquisa do GMMP, a nível global 43% das notícias analisadas de jornais impressos, rádios e televisão haviam sido produzidas por mulheres (*Global Media Monitoring Project: Women’s Participation in the News*, 1995). A média apontada como necessária para mudanças estruturais no jornalismo, a partir da teoria da massa crítica, de 30% da ocupação, já havia sido alcançada dez anos antes, mas as mulheres estão longe de uma posição de igualdade em relação aos homens nesta profissão, bem como na

sociedade. De acordo com o *Global Gender Gap Report* (World Economic Forum, 2020), seguindo as taxas atuais a paridade de gênero só será alcançada em cem anos.

No próximo subtópico, abordaremos a realidade das mulheres no jornalismo hoje, fazendo um pequeno salto temporal e partindo para uma perspectiva contextual para além dos Estados Unidos.

2.2 As mulheres no jornalismo hoje: avanços e desigualdade

Revisitando a trajetória das mulheres no jornalismo industrial, podemos verificar os constrangimentos que foram impostos a elas, assim como a influência que as mudanças tecnológicas e os interesses comerciais colocaram para o jornalismo em si e para as mulheres nesta profissão. Desde 1880, as jornalistas vêm conquistando mais espaço neste âmbito, mas como argumentam Del Vecchio-Lima e de Souza (2017, p. 132), “mesmo com o avanço que integrou a mulher à esfera socioeconômica, [...] persistem as lógicas de desigualdade, hierarquização profissional e permanência de estereótipos ligados ao gênero”, como veremos a seguir. Importa, por isso, compreender a atual situação das jornalistas neste campo em escala mais ampla, além dos Estados Unidos, à luz do percurso traçado até o momento, o qual, em parte, elucida as razões pelas quais a situação atual se constitui desta maneira (Geertsema-Sligh, 2018).

Falar da situação das mulheres nesta área nos dias de hoje é também falar da condição do jornalismo neste momento, afinal, como defende Steiner (2009), pensar o gênero no jornalismo é também pensar os seus contextos. Nas últimas décadas, como já mencionado, o jornalismo passou por profundas transformações e atualmente atravessa um momento de crise, situação denunciada desde o início dos anos 2000, atravessa um momento de crise — ainda que possamos fazer a ressalva de que é o modelo tradicional do jornalismo que está em risco (Leal et al., 2014). Esta crise manifesta-se em diversas frentes: no modelo de negócios do jornalismo tradicional, nas suas rotinas produtivas, assim como nos seus valores e na sua ética (Leal et al., 2014; Miranda, 2017). Com efeito, e como já destacado, vivemos hoje o quinto estágio

da ética jornalística, marcado por “discordâncias sobre as noções mais básicas sobre o que é jornalismo e para que servem os jornalistas” (Ward, 2009, p. 297).

O advento da internet promoveu transformações em diversas, senão em todas áreas, e o jornalismo não é exceção. Para Anderson, Bell e Shirky (2013), o jornalismo estadunidense da atualidade pode ser considerado pós-industrial, uma conceitualização que facilmente poderia ser transposta para ecossistemas noticiosos em diversos pontos do globo, como o Brasil, âmbito da análise deste trabalho. No entanto, não se pode apontar para um efeito principal, universal, da digitalização da mídia: “As mudanças trazidas pela internet e pelo celular, e por aplicativos erguidos sobre cada plataforma dessas, são diversas e disseminadas o bastante para frustrar qualquer tentativa de pensar a atual transição como uma força ou um fator único” (Anderson et al., 2013, p. 70). Com efeito, a mobilidade e a ubiquidade (Pellanda et al., 2017) impõem desafios cada vez mais frequentes seguindo a evolução dos aparelhos celulares, para a qual as/os jornalistas precisam encontrar soluções a nível de linguagem e distribuição.

Na atualidade, podemos considerar que o jornalismo constitui-se em rede, seguindo a conceitualização proposta por Heinrich (2012). Para a autora, com a conectividade hoje existente, o modelo tradicional unidirecional do jornalismo deixou de fazer sentido, uma vez que na internet o conteúdo noticioso e/ou jornalístico coexiste com variadas fontes de informação, cenário ainda mais complexo no cenário da globalização a nível informacional: “como todos estão em rede – fontes noticiosas, jornalistas e o público — todos influenciam e são influenciados pelos demais atores envolvidos no processo, independentemente do grau e do suporte” (Barsotti, 2018, p. 144). Neste cenário, Recuero (2011) alerta que, “[c]om a quantidade de novos emissores publicando informações, novas informações circulando e muito mais acesso, há um novo recurso em exaustão: a atenção” (p. 7).

As redes sociais, tornaram-se, então, polivalentes para o jornalismo, servindo como produtoras de informação, filtros de informação e espaços de divulgação do conteúdo (Recuero, 2009, citada por Miranda, 2017). No entanto, têm apresentado novas e grandes questões sobre a prática ao mesmo tempo. De fato, como evidenciam Aguiar e Barsotti (Aguiar & Barsotti, 2017), grande parte do público de leitoras/es chegam em sites de notícias a partir das redes sociais, processo que vem

diluindo o impacto das home pages dos jornais que, atualizadas incessantemente, reúnem e hierarquizam as principais notícias do dia.

As rotinas produtivas no jornalismo, como antes mencionado, são diretamente afetadas por este processo de digitalização e as transformações que promove. A “tirania do fator tempo” (Traquina, 2013, p. 80) é agora exacerbada por um fluxo constante de produção (Barsotti, 2018) e atualização, uma situação que deve ser ainda analisada à luz da precarização do trabalho jornalístico (Dantas et al., 2018). Como possível consequência da ruptura nas formas de financiamento tradicionalmente utilizadas pelo jornalismo industrial, como a publicidade agora deslocada principalmente para plataformas digitais e redes sociais, diversas empresas jornalísticas vem reduzindo suas equipes e exigindo cada vez mais das/os profissionais. De acordo com Lima (Dantas et al., 2018), cinco indicadores apontam para a precarização no Brasil: jornadas de trabalho excessivas, intensidade do trabalho, vínculos empregatícios precários, baixos salários e indícios de multifunção.

A nível mais amplo, vivemos uma era marcada pela interligação entre a desinformação (Wardle & Derakhshan, 2017), a pós-verdade (d’Anconna, 2017; S. A. da Silveira, 2017) e a ascensão de políticas da extrema-direita (Solano, 2018). Apesar dos diversos constrangimentos colocados na atualidade, este é, sem dúvida, um daqueles momentos em que o jornalismo responsável e de qualidade é crucialmente necessário, como abordaremos no capítulo seguinte.

De acordo com a última pesquisa do *Global Media Monitoring Project* (GMMP), de 2015, mulheres jornalistas foram responsáveis por 37% das notícias analisadas em jornais impressos, televisão e rádio globalmente (Macharia, 2015). Este número mantém-se o mesmo desde a edição de 2005 da pesquisa, sugerindo que as profissionais atingiram um “teto de vidro” (*glass ceiling*, em inglês), ou seja, há uma barreira para o crescimento além desta porcentagem. Na América Latina, entretanto, houve um grande aumento no número de mulheres no jornalismo entre 2000, quando elas reportavam 28% das notícias, e 2015, quando eram responsáveis por 43% dos conteúdos publicados. Na América do Norte, em contrapartida, uma queda de 8% no número de mulheres repórteres e apresentadoras foi registrada no mesmo período.

Em portais na internet e no Twitter, também analisados pelo GMMP, as mulheres eram responsáveis por, em média, 42% das notícias analisadas a nível

global em 2015. Mais especificamente, na América Latina, o número era de 40%. A Ásia foi o continente com maior ocupação de mulheres jornalistas no ambiente digital, com 53%. Por outro lado, no Oriente Médio, localidade com a menor ocupação, as mulheres eram responsáveis por apenas 26% das publicações jornalísticas na internet.

É necessário fazer a ressalva de que o jornalismo é “um processo complicado, institucional, completamente mediado e parcialmente anônimo” (Steiner, 2009, p. 125), o que significa que ao se analisar as publicações de conteúdo jornalístico diretamente não se tem acesso às complexidades das rotinas produtivas, aos entraves que se colocam e às múltiplas pessoas e etapas envolvidas neste processo. Na pesquisa acadêmica, esta tendência de pesquisa quantitativa tem sido referida como uma forma de *body count*, que não explicita os constrangimentos que existem por trás dos números. Apesar disto, este tipo de levantamento permite refletir sobre os avanços e constrangimentos colocados às mulheres jornalistas através dos anos e comprovar que a desigualdade de gênero na profissão existe a nível global, ainda que os números mostrem as importantes particularidades de cada região. Com efeito, Djerf-Pierre (2011, p. 48) afirma que “a proporção de mulheres reportando as notícias é principalmente determinada por algo além do nível de igualdade de gênero em uma sociedade”.

No Brasil, a Pesquisa Perfil do Jornalista Brasileiro aponta que houve um processo de feminização do jornalismo mais intenso nos últimos vinte anos (Pontes, 2017). Nos dados de 2012, a pesquisa revelava uma grande participação das mulheres na profissão — 64% das pessoas trabalhando na profissão eram mulheres —, mas também evidencia uma série de desigualdades estruturais. De acordo com essa mesma pesquisa, as jornalistas brasileiras são majoritariamente jovens, brancas, solteiras, com altas taxas de escolaridade e, em todas as faixas etárias e funções, com remunerações mais baixas que as dos homens. Pontes (2017) ainda refere a baixas taxas de participação política das mulheres jornalistas brasileiras, o que poderá estar conectado com a adoção da ideologia da objetividade, ou seja, de uma identidade profissional, como discutiremos a seguir.

Neste cenário, afirma Steiner (2009, 2017a), o gênero deixou de servir como fonte de diferenciação entre as/os profissionais do jornalismo para tornar-se

irrelevante. A pesquisa científica com atenção ao gênero nesta área, no entanto, aumentou consideravelmente. Indo contra as alegações anteriormente discutidas de que a presença de mulheres iria “feminizar” o jornalismo, Hanitzsch e Hanusch (2012), a partir de 1800 entrevistas com jornalistas de 18 países, incluindo o Brasil, afirmam que “não foi possível encontrar suporte substancial para a suposição de que mulheres e homens são significativamente diferentes na forma em que abordam os seus trabalhos” (p. 272). Entre as conclusões do estudo, foram negadas as hipóteses de que as mulheres tendem a ser mais ligadas às necessidades das audiências, como havia sido proposto por Weaver (1997, citado por Van Zoonen, 1998), e de que tendem a valorizar mais a importância da subjetividade, análise e opinião.

É válido destacar a confirmação da hipótese de que as mulheres jornalistas tendem a valorizar menos o distanciamento em comparação aos homens, o que, contudo, “não implica que se beneficiem de uma abordagem mais envolvida” (p. 264) para com as pautas ou as fontes. Relacionando com a discussão sobre a feminização da profissão bastante presente no último século (Steiner, 2012; van Zoonen, 1998), abordada no subtópico anterior, os autores defendem que, aparentemente, “a chave para a feminização do jornalismo não reside necessariamente no aumento do número de mulheres no jornalismo” (Hanitzsch & Hanusch, 2012, p. 275).

É possível refletir sobre as conclusões do estudo a partir da relação entre as identidades de gênero, profissionais e organizacionais, como propõe De Bruin (2000). Importa, então, diferenciar brevemente os conceitos de identidade profissional e organizacional, que aparentam estar em conflito. O primeiro faz referência à lógica de profissionalismo jornalístico, construída principalmente a partir do processo de industrialização da profissão (Sousa, 2008). Como refere Ward (2009), foi na terceira etapa da ética jornalística, a partir do século XX, que se estabeleceu uma norma ética profissional. De acordo com De Bruin (2000), as características que compõem o profissionalismo “aparentam ser definidas principalmente focando nos valores profissionais da ‘objetividade’ e do ‘distanciamento’”. Já o conceito de identidade organizacional refere-se às organizações ou empresas jornalísticas em um sentido individualizado, tratando-se, portanto, de um conceito relacional e comparativo (Whetten & Godfrey, 1998, citados por De Bruin, 2000).

É necessário atentar, contudo, para o fato de que “o que jornalistas acreditam ser uma ideologia profissional única [...] pode muito bem ser um *proxy* para valores *ocupacionais* com os quais elas/es identificam-se” (De Bruin, 2000, pp. 228-229), especialmente em tempos de forte influência econômica na área (Örnebring, 2018). Para além disso, os valores organizacionais podem modificar-se com maior rapidez, sem que necessariamente as noções de profissionalismo alterem-se ao mesmo passo. Cabe destacar a autonomia como um fator central à ideologia profissional, mas que se reduz dentro das organizações — o julgamento das/os jornalistas sobre o que pode ser considerado notícia é cada vez mais limitado pelas políticas organizacionais, que visam ao lucro (De Bruin, 2000).

Para De Bruin (2000), as identidades de gênero no jornalismo serão, então, formadas e mantidas em conjunto com as demais estruturas, nomeadamente a organização, a cultura e a prática. A este respeito, importa referir a existência de uma naturalização dos binarismos de gênero no jornalismo (Lobo et al., 2017; Ruoho & Torkkola, 2018). Este processo envolve a compreensão de que existem características “inatas e inevitáveis” que diferem entre homens e mulheres, uma visão que torna-se obsoleta ao considerar o gênero como uma construção social e histórica (Scott, 1995), ou, ainda, um ato constante de performance de gênero (Butler, 1990).

A partir da compreensão de que os homens são a norma e as mulheres as “intrusas” na profissão, como destacou Ross (2001) e como evidenciado na recuperação histórica da profissão feita no subcapítulo anterior, podemos falar em uma cultura jornalística — isto é, “um conjunto de regras baseadas em valores mútuos, símbolos e crenças que são conscientemente ou inconscientemente adotadas pelas/os empregadoras/es e influenciam fortemente seu comportamento” (De Vuyst & Raeymaeckers, 2019, p. 24–25) — que se estrutura a partir de valores tidos, dentro dessa binariedade, como masculinos.

Sendo assim, a construção das identidades profissional e organizacional serão também centradas no masculino e as mulheres julgadas a partir desses critérios. Isto é dizer que, de certa forma, as jornalistas são confrontadas com uma dupla exigência: a de enquadrarem-se nessa construção do feminino, provando que são “mulheres de verdade”, mas também a de mostrarem que são (boas) profissionais (Ross, 2001; Steiner, 2012; van Zoonen, 1998), precisando confrontar diferentes identidades. Isto

leva ao entendimento de que as mulheres têm identidades profissionais mais fragmentadas e contraditórias do que os homens (Van Zoonen, 1998) e de que a cultura organizacional será mais influente do que a identidade de gênero (Weaver, 1997, citado por Ross, 2001). Dessa forma, e considerando a tendência de o gênero tornar-se irrelevante no jornalismo (Steiner, 2009, 2017a), a atribuição de determinadas características supostamente “femininas” como intrínsecas às jornalistas torna-se mais problemática e complexa, “exigindo [das mulheres jornalistas] uma adesão aos valores jornalísticos criados por uma proporção masculina dominante ao longo dos séculos” (Hanitzsch & Hanusch, 2012, p. 274).

Considerando o gênero como uma forma de capital simbólico, como propõe Toril Moi (1991), Djerf-Pierre (2007) aponta que “onde a feminilidade tem um valor simbólico, uma mulher pode ‘compensar’ esse sinal negativo adquirindo outras formas de capital: profissional, cultural, econômico ou social” (p. 82). De fato, a estratégia de adoção do profissionalismo ligado aos valores masculinos faz sentido dentro dessa interpretação, assim como os maiores índices de formação superior pelas mulheres jornalistas no Brasil (Pontes, 2017). Neste contexto, podemos pensar sobre a objetividade como um “ritual estratégico”, como proposto por Tuchman (1972), a partir de um espectro mais amplo, como referem Jenkins e Finneman (2018), entendendo a adoção das lógicas profissionais (e masculinas) do jornalismo também como uma forma de proteção das mulheres jornalistas.

Sobre a questão da “feminilidade” imposta às mulheres dentro do jornalismo, é necessário ainda questionar o estreitamento do que cabe neste conceito de normatividade. Em um estudo que entrevistou mulheres jornalistas da Índia, Canadá e Austrália, Mahtani (2005) refere que “uma certa representação de ‘mulher’ é promovida nas redações” (p. 304), a qual a autora chama de “mulher segura e atraente” por não colocar em causa os valores “masculinos” da profissão. Segundo o estudo, as contratações dessas mulheres estariam em alta, o que serviria para apresentar números de paridade de gênero na redação, ao mesmo tempo em que não se questiona o *status quo*.

Na linha das reflexões sobre a manutenção do *status quo*, podemos pensar também nas lógicas de segregação vertical na profissão. Mesmo que o número de mulheres jornalistas trabalhando em redações ao redor do mundo tenha crescido, os

cargos de maior responsabilidade nas organizações jornalísticas ainda são marcados pela desigualdade de gênero (Byerly, 2011; De Vuyst & Raeymaeckers, 2019; Mahtani, 2005; Ruoho & Torkkola, 2018; Silveirinha & Simões, 2016; Steiner, 2017a). Esta tendência dá-se, de fato, a nível global: um levantamento em mais de 500 empresas em cerca de 60 países realizado pela *International Women in the Media Foundation* (Byerly, 2011) evidenciou que as mulheres ocupavam altos cargos de gerência nas organizações em apenas 27% dos casos. Em outras palavras, 73% destes cargos estão nas mãos de homens. O mesmo estudo identificou o estabelecimento de “tetos de vidro” para a ascensão profissional das mulheres em 20 dos 59 países analisados. Ressaltamos, como exceção, que na África do Sul as mulheres ocupam 79,5% dos cargos de alta gerência.

Se pensarmos na feminização como um processo de mudanças nos valores e nas práticas da profissão, rompendo com a lógica masculinista do jornalismo, é imprescindível que as mulheres estejam em posições de tomada de decisão. Mais do que isso, é preciso que elas estejam nestes lugares de responsabilidade sem precisar descartar a sua identidade de gênero para fazer uso das identidades profissional e organizacional, para fazerem-se ouvidas ou mesmo sentirem-se seguras em suas posições. É neste mesmo sentido que Hanitzsch e Hanusch (2012) argumentam que o aumento da participação das mulheres no jornalismo não é suficiente para esta feminização, sugerindo que “desenvolvimentos sociais mais amplos que incentivam um papel mais ativo e empoderado para as mulheres na sociedade” (p. 275) podem ser necessários para que se verifique transformações no campo.

Em um estudo realizado em redações portuguesas, Silveirinha e Simões (2016) referem que a “falta de representação [das mulheres] em posições de autoridade, apesar da crescente feminização profissional, é vista principalmente como um problema para as mulheres” (p. 43), e não pelos homens. As autoras ainda referem que as jornalistas entrevistadas consideram que para uma mulher aceder a um cargo de chefia é necessário que ela seja uma profissional extraordinária, enquanto para um homem, bastaria ser um profissional “razoável”. Nota-se aqui uma desvalorização das características tidas como femininas nos cargos de gerência (Lelo, 2019), que Fröhlich (2004) denomina de “armadilha da simpatia”:

Quando as mulheres ingressam no jornalismo, são valorizadas por certas capacidades associadas à feminilidade, como buscar o diálogo e o consenso, a honestidade e a sensibilidade. Essas características, entretanto, são frequentemente interpretadas como capacidades de liderança fracas. Em posições de tomada de decisão, as características tipicamente associadas à masculinidade, como competitividade e assertividade, são consideradas mais valiosas (citada por De Vuyst & Raeymaeckers, 2019, p. 26)

Ainda que se considere que a gestão feita por mulheres será “mais interpessoal, democrática e construtiva” (Steiner, 2017a, p. 10), como Everbach (2006) evidencia no seu estudo da redação do *Sarasota Herald-Tribune* — jornal estadunidense que, à época do estudo, era gerido por uma equipe inteiramente composta por mulheres —, esta perspectiva denota um entendimento dicotomizado de gênero. Para além disso, no estudo de Everbach, o conteúdo jornalístico do periódico continuava a privilegiar uma perspectiva masculina. Ou seja, as mudanças promovidas pela gerência transformaram o ambiente de trabalho, mas não as práticas profissionais. Por outro lado, Rocha (2007) refere à “necessidade da chefe incorporar um estilo masculino para exercer o poder. É preciso masculinizar a função de comando para ser respeitada. A falta de poder, na forma como a mulher é vista, exige dela o uso de mais força para [...] impor-se” (citada por Lelo, 2019, p. 7), fazendo-nos olhar, mais uma vez, para as disputas entre identidades de gênero, profissional e organizacional. Para Splichal e Garrisson, “talvez as mulheres que alcançam cargos de gerência, como seus colegas homens, sejam recompensadas pela sua conformidade, para além das suas realizações” (1995, citados por Craft & Wanta, 2004).

As jornalistas entrevistadas por Silveirinha e Simões (2016) apontam também que o foco na carreira frente à vida pessoal e familiar é mais acessível para os homens, o que facilitaria a ascensão profissional destes. A construção do ideal de que o jornalismo nunca para, e, por isso, exige disponibilidade total das/os suas/seus profissionais (De Vuyst & Raeymaeckers, 2019) conflita justamente com as responsabilidades familiares, como também apontam Lobo et al. (2017) e Lelo (2019). Com efeito, de acordo com Ruoho e Torkkola (2018), o “fato de que mulheres não buscam posições editoriais sênior tem sido frequentemente atribuído as suas

responsabilidades familiares” (p. 74) ainda que, a partir de entrevistas em redações finlandesas, identifiquem mudanças geracionais nas lógicas de equilíbrio entre a vida pessoal e profissional, o que pode estar relacionado a mudanças culturais de forma mais ampla no país.

Acker (1998) defende que existem subestruturas de gênero que, nas organizações, “operam para auxiliar na reprodução das divisões e desigualdades de gênero” (p. 197) na sociedade. A autora considera que essa tendência está “ancorada no privilégio das organizações e em suas reivindicações bem-sucedidas de não responsabilidade pela reprodução e sobrevivência humana” (p. 198) dentro de uma lógica neoliberal também associada à lógica do trabalho de cuidado não remunerado. Como afirma Federici (2018, p. 43), “[o trabalho doméstico] foi transformado em um atributo natural da psique e da personalidade femininas [...] foi transformado em um atributo natural em vez de ser reconhecido como trabalho, porque foi destinado a não ser remunerado”.

Voltamos a referir a importante ligação que existe entre este cenário e a naturalização dos binarismos de gênero, assim como com uma maior valorização das características tidas como “masculinas” no jornalismo, a partir deste mesmo binarismo. Espera-se que as mulheres se acomodem a uma série de características associadas à “docilidade” no trabalho, vinculadas, por sua vez, a uma construção social da feminilidade, bem como espera-se delas a manutenção do trabalho reprodutivo. É neste sentido, então, que se denuncia a existência de uma dupla ou tripla jornada de trabalho das mulheres na sociedade, as quais são responsáveis em grande parte pelos cuidados da casa e da família, o que “corresponde a um enxugamento ainda mais expressivo dos tempos de lazer, com sobrecarga de responsabilidades e acentuação de desgaste físico e psicológico” (Lelo, 2019, p. 6).

A exigência das mulheres sobre o trabalho reprodutivo, de cuidado, reflete-se de diversas maneiras nas experiências profissionais das jornalistas. Em estudo realizado a partir de entrevistas com jornalistas australianas/os, North (2009) destaca o impacto generificado que as mudanças estruturais que se colocam no jornalismo têm sobre as mulheres, especialmente na conciliação do trabalho com a maternidade. Um dos exemplos apresentados pela autora é a redução das horas de trabalho, mas não das atividades, em razão das obrigações familiares. Similarmente, a partir de

entrevistas em redações portuguesas, Lobo et al. (2017) destaca que “as mulheres costumam adotar estratégias de sobrevivência que incluem a antecipação e negociação de horários, notícias ou tarefas” (p. 1159). As jornalistas, dessa forma, estão mais sujeitas à precarização do trabalho, como também afirma Steiner (2017a).

Para além disso, e voltando para a proposição de North (2009) sobre as mudanças na indústria e os impactos do neoliberalismo, é preciso também sublinhar que, considerando que há desigualdades estruturais na profissão, a adoção de um discurso individualizado de que as jornalistas fazem “escolhas pessoais” em relação às dificuldades de equilíbrio da vida pessoal e profissional é problemática. Com efeito, Neveu (2000, citado por Lelo, 2019, p. 4) aponta para o “abandono precoce da profissão por parte das mulheres impelidas a conciliarem forçosamente suas jornadas com uma sobrecarga de atividades domésticas e familiares” (Lelo, 2019, p. 4) como parte da lógica da divisão sexual do trabalho. Este fenômeno de evasão é chamado de “efeito da porta giratória” (*revolving door effect*, em inglês).

Esta realidade torna-se mais evidente frente aos dados de que, como vimos anteriormente, a maioria das mulheres empregadas em redações no Brasil são jovens e sem filhos (Pontes, 2017). Na Bélgica, De Vuyst e Raeymaeckers (2019) destacam que a idade média das mulheres jornalistas é de 41 anos, cinco anos a menos que a média para homens, sendo que o “motivo que as entrevistadas deram para a saída prematura das mulheres estava conectada ao equilíbrio entre o trabalho e a vida pessoal” (p. 28), ainda que o mesmo estudo tenha identificado que as mulheres mostram-se mais satisfeitas com suas posições nas organizações jornalísticas em comparação com os homens. A tendência de que as jornalistas sejam jovens é ainda mais forte no jornalismo televisivo (Macharia, 2015), destacando, neste âmbito, a valorização dada à imagem física das jornalistas e o padrão de beleza comumente aceito, relacionado com juventude.

Importa também tratar da segregação horizontal generificada que ocorre no jornalismo (Mahtani, 2005; Ruoho & Torkkola, 2018; Silveirinha & Simões, 2016; Steiner, 2017a; Volčić, 2008). As mulheres jornalistas concentram-se em editorias de menor status, principalmente aquelas que se convencionou chamar de *soft news*, em contraposição às *hard news*, como política e economia, as quais têm um status elevado (De Vuyst & Raeymaeckers, 2019). Com efeito, Ruoho e Torkkola (2018)

referem que “a vida profissional diária é baseada nas diferenças de gênero ligadas a outras dicotomias — privada e pública, *soft* e *hard*, íntima e distante, sentimento e fato, subjetiva e objetiva, séria e popular” (p. 74). Esta visão dualística, que está relacionada com as construções tradicionais de “feminino” e “masculino”, não traz apenas “expressões da diferença, como afirmam Lobo et al. (2017, p. 1157), mas também representam personificações da experiência”, o que fará com que as mulheres, por vezes, percebam esta faceta “feminina” como uma forma de empoderamento.

De acordo com De Vuyst e Raeymackers (2019), a menor exigência de disponibilidade de tempo das editoriais de *soft news* pode “privilegiar” as mulheres em certo aspecto, considerando as já abordadas obrigações a elas atribuídas quanto ao trabalho reprodutivo. A este respeito, Mano (2017) argumenta ainda que “[s]e mais mulheres do que homens recebem as tendências de moda, estilo de vida, culinária, educação ou saúde, não surpreende que as jornalistas sejam vistas (inclusive por elas mesmas) como boas e interessadas” (p. 539) por estas áreas. No entanto, esta prática pode ter relação direta com a segregação vertical, uma vez que é mais provável que as reportagens de *hard news* tenham mais destaque na hierarquização das notícias (Leite, 2017, citada por Lelo, 2019).

O levantamento apresentado no GMMP de 2015 evidencia que as jornalistas são responsáveis por 50% das notícias sobre ciência e saúde; 39% das notícias sobre economia; 39% das notícias sobre temáticas sociais e legais; 34% das notícias com foco em celebridades, arte, mídia e esportes; 33% das notícias sobre crime e violência; e, enfim, 31% das notícias sobre política e governo (Macharia, 2015).

Frente ao dado de que 37% do total das reportagens analisadas pelo estudo foram produzidas por mulheres, torna-se evidente uma maior atribuição das pautas de saúde e ciência para estas, o que pode estar justamente associado ao entendimento de que o cuidado é algo essencialmente feminino. Por outro lado, verifica-se uma disparidade maior na cobertura da editoria de política. Cabe a crítica à metodologia da pesquisa de enquadrar as notícias sobre celebridades, artes e mídia conjuntamente com esportes, uma vez que, ainda que esta possa ser considerada uma área de *soft news*, esta última é também dominada por homens (De Vuyst & Raeymaeckers, 2019; Geertsema-Sligh, 2018; Steiner, 2017a).

Para Steiner (2017), o que se destaca é que essa divisão generificada “representa categorias tautológicas obstinadas, mas construídas. A diferença é apenas o que há muito tempo é associado a mulheres e homens” (p. 6). Isto liga-se com a ideia de que homens são mais frequentemente responsáveis pela cobertura política e pela política em si. Como vimos anteriormente, as discussões necessárias para a criação de uma esfera pública mantiveram-se centradas nos homens de elite por um longo período de tempo (McNair, 2018) e os cargos da política representativa são ocupados, ainda hoje, majoritariamente por homens. A proposição da autora também é verossímil no que diz respeito a maior ocupação de homens no jornalismo esportivo (Whiteside & Hardin, 2015) onde, não por acaso, as mulheres frequentemente encontram problemas com colegas jornalistas e fontes (Hardin & Shain, 2006, citadas por Steiner, 2017a).

É imprescindível abordar também as situações de assédio, abuso e violência sexual sofridas por mulheres no exercício do trabalho jornalístico como parte das experiências das mulheres na profissão, mas também como parte desta segregação horizontal. De acordo com o relatório *Attacks and Harassment: The Impact on Female Journalists and Their Reporting*, 63% das jornalistas entrevistadas pelo levantamento, realizado com cerca de 600 mulheres mundialmente, indicaram já terem sido ameaçadas ou assediadas na internet, 58%, pessoalmente, e 26% indicaram terem sido atacadas fisicamente (Ferrier, 2018). Ainda que este tema não seja abordado com a frequência necessária, talvez porque não seja costumeiro que o jornalismo se torne notícia, importa falar das consequências que estas violências têm sobre as profissionais. Segundo o relatório, “[a]s vítimas podem ter que mudar as suas rotinas diárias, locais de trabalho, suas casas ou mesmo deixar os seus países para protegerem-se... elas experienciam uma série de consequências imediatas e de longo prazo que afetam a habilidade de fazer o seu trabalho” (Ferrier, 2018, p. 35). Lelo (2019) destaca que, para evitar essas situações, “algumas jornalistas optam por manterem uma distância de campos sociais nos quais a prática é frequente (como o campo político, o esportivo, o policial etc.), com o ônus de se verem frequentemente apartadas da cobertura noticiosa nesses espaços” (p. 10), o que também pode ser decidido por parte das/os suas/seus superiores. Esta atitude é confirmada pela pesquisa: 37% declararam evitar a cobertura de algumas notícias como forma de

proteção (Ferrier, 2018).

De acordo com Steiner (2009), as mulheres podem ignorar o assédio em nome do profissionalismo. É o que mostram, também, os dados do relatório *Attacks and Harassment: The Impact on Female Journalists and Their Reporting*: 35% das entrevistadas que sofreram com situações de violência mais de uma vez nunca as reportaram para suas/seus superiores, e menos de 20% denunciaram as situações para a polícia. Para além disto, 29% das mulheres entrevistadas indicaram que as ameaças e ataques recebidos fizeram-nas considerar deixar a profissão, especialmente jornalistas mais jovens (Ferrier, 2018).

2.3 A representação das mulheres no jornalismo

Também importa olhar para a representação das mulheres no jornalismo. Afinal, uma das influências do processo de feminização do jornalismo seria o uso de mais fontes do sexo feminino, assim como maior promoção de funcionárias mulheres, o que não se verifica na prática, como discutido anteriormente. Para além disso, olhar para as formas de representação das mulheres na mídia de massa é entender, de acordo com Tuchman (2000), os valores sociais dominantes, inclusive e especialmente em relação ao gênero. Na década de 1970, a autora argumentava que a forma de representação das mulheres pela mídia, limitada e baseada em estereótipos de gênero, pode proceder com uma forma de “aniquilação simbólica” das mulheres, limitando a visão ou a aceitação das possibilidades e potencialidades nestes contextos não representadas.

Calculada na objetividade, a ideologia profissional do jornalismo estabelece, inclusive na relação com fontes, que não se pode “promover interesses, experiências ou valores específicos e, nesse sentido, [o jornalismo] será neutral ao gênero” (Silveirinha & Simões, 2016, p. 41). Ryan (Ryan, 2001) defende que a seleção das fontes é uma das estratégias sistemáticas utilizadas para obter um resultado imparcial ou objetivo nos produtos jornalísticos, mas a partir da gritante disparidade no uso de fontes mulheres e homens (Humprecht & Esser, 2017; Shor et al., 2015; Macharia, 2015) podemos referir, mais uma vez, o caráter “masculino” das notícias.

Os dados do GMMP 2015 demonstram esta disparidade, sendo que em nenhuma editoria e em nenhuma função as mulheres são maioria das pessoas nas notícias (Macharia, 2015). A pesquisa concentra, nos mesmos números, as mulheres fontes e as mulheres “sujeitos” das matérias, ou seja, quando as notícias são sobre estas pessoas. Nas rádios, televisões e jornais impressos, a presença das mulheres nas notícias restringe-se a meros 26%, ainda que este número represente um aumento de dez pontos percentuais nos últimos 20 anos. Na América Latina e no Caribe, elas estavam presentes em 29% das notícias, sendo estas as regiões com maior representação feminina no jornalismo. Na internet, a presença das mulheres é levemente mais baixa, de 25%. Neste caso, a América do Norte destaca-se com a maior representação, de 40% das pessoas nas notícias sendo mulheres.

A pesquisa mostra ainda que mulheres jornalistas inserem mais mulheres nas suas produções, mas esta diferença é mínima: 29% das pessoas nas notícias produzidas por mulheres jornalistas são do sexo feminino, e 26% das pessoas referidas nas notícias produzidas por homens jornalistas são mulheres. No entanto, as mulheres jornalistas produzem com mais frequência reportagens centradas em mulheres do que os homens: 14% das notícias de repórteres mulheres focam principalmente nas mulheres em contraste com 9% das notícias dos homens (Macharia, 2015).

Em entrevistas em redações portuguesas, Lobo et al. (2017) apontam que “o gênero quase nunca foi considerado um critério para selecionar fontes, porta-vozes, comentaristas ou mesmo notícias, em oposição a outros critérios de representação, como diversidade geográfica, cultural ou racial, que por sua vez foram considerados importantes pela maioria dos entrevistados” (p. 1153). Pesquisas recentes (Humphrecht & Esser, 2017; Shor et al., 2015) relacionam a menor representação das mulheres no conteúdo midiático com a sua posição na sociedade, ainda marcada pela existência de “tetos de vidro”.

As áreas em que as mulheres estão mais presentes nas notícias analisadas pelo GMMP são as de ciência e saúde, com 35% nos meios tradicionais (rádio, televisão e jornais impressos) e 41% nos meios online (sites e Twitter). Reiteramos a problemática de uma maior atribuição dos cuidados às mulheres, como anteriormente mencionado. No entanto, em todas as outras áreas — nomeadamente social e legal;

crime e violência; celebridades, artes e esporte; economia; política e governo — as mulheres são menos de 30% das pessoas na notícia (Macharia, 2015). A política é a área com maior discrepância, estando as mulheres presentes em apenas 16% das reportagens dos meios tradicionais e 19% das reportagens nos meios online (Macharia, 2015).

A pesquisa do GMMP 2015 ainda enquadra a função das pessoas na notícia. As mulheres não são maioria em nenhuma delas, sendo sujeitos centrais da notícia em apenas 26% dos casos — o que é dizer, em outras palavras, que homens são sujeitos centrais em 74% dos casos. Para além disso, as mulheres são mais utilizadas como fontes que apresentam sua experiência pessoal, em 38% das matérias nos meios tradicionais e online, ou uma opinião popular, em 37% dos casos nos meios tradicionais e 42% nos meios online. As funções com menor representação feminina são as de porta-vozes e especialistas. Como porta-vozes, elas estão presentes em 20% e 18% dos casos, nos meios tradicionais e online, respectivamente; como especialistas, em apenas 19% e 21% dos casos nos meios tradicionais e online, respectivamente (Macharia, 2015).

Neste ponto, é necessário refletir sobre a dependência do jornalismo para com fontes oficiais e autoridades, seja na polícia, na política, na economia, na academia, no esporte ou em outras áreas de cobertura. Como referem Shor et al. (2015), coloca-se em destaque apenas as pessoas que estão no topo de suas áreas, o que, considerando a distribuição de poder nas sociedades, frequentemente significará que homens ocuparão estas posições de destaque — a proporção, de acordo com o estudo, é de uma mulher para cerca de três homens ouvidos/citados. Sobre este aspecto, é fulcral pensar nas rotinas produtivas mais aceleradas na atualidade — “as/os repórteres procuram cobrir indivíduos em posições estratégicas importantes, com as/os quais já estão familiarizados e a quem podem ter acesso fácil” (Shor et al., 2015, p. 964). Para Van Zoonen (1998), apesar da crescente participação das mulheres no mundo do trabalho produtivo, a “escolha de fontes e porta-vozes é vista como um reflexo das redes pessoais de jornalistas homens, em vez de ser uma representação das divisões reais de gênero entre as fontes” (pp. 35–36).

Com efeito, a pesquisa anteriormente citada, a qual analisou o conteúdo de treze jornais estadunidenses de 1983 a 2009, assim como mais de dois mil sites de

notícias em inglês entre 2004 e 2009, aponta que cerca de 40% da cobertura jornalística centra-se em apenas 1% dos nomes (Shor et al., 2015). Ao longo do período de análise do estudo, mais mulheres passaram a ser citadas pelas notícias, mas representando escalões mais baixos, fora deste domínio de fontes recorrentemente presentes na mídia, como podemos verificar nos dados do GMMP 2015, com um aumento através dos anos na utilização de fontes mulheres nas funções de experiência pessoal, opinião popular e testemunha ocular (Macharia, 2015).

As pesquisas quantitativas, no entanto, não são capazes de demonstrar o processo de seleção das fontes e os constrangimentos que se colocam nas rotinas produtivas, assim como os processos de edição, como relembra Steiner (2012, p. 204): “[n]ão se considera que [...] que o maior uso de fontes mulheres possa acontecer porque fontes homens não garantem entrevistas, porque homens jornalistas não levam fontes mulheres à sério ou se porque mulheres dominam as editorias em que fontes mulheres são mais importantes”. Para além disso, no nível das subjetividades a forma de representação das mulheres não pode ser deferida pelos dados percentuais.

No entanto, o GMMP 2015 traz alguns dados interessantes neste sentido, ainda que não sejam definidores da forma em que as mulheres são enquadradas. A pesquisa mostra que estas têm costumeiramente três vezes mais chance de serem descritas a partir de suas relações familiares, como mães, filhas ou esposas, por exemplo, de alguém, geralmente um homem. Neste ponto, cabe lembrar a ideia da mulher como “o Outro marginal” na sociedade desenvolvida por Simone de Beauvoir (2016 [1959]). O relatório também destaca que há maiores chances de as mulheres serem fotografadas ou representadas com fotografias nas notícias, cerca de 30% dos casos, do que homens, 23% dos casos (Macharia, 2015). Ainda que a diferença entre gêneros não seja tão gritante em números, existe uma tendência de as mulheres serem representadas a partir de uma perspectiva de sexualização e objetificação, isto é, despidas ou como pessoas indefesas, em posições de vítima, ao contrário dos homens, que costumam ser representados a partir de imagens que demonstram força ou autoridade, por exemplo (Macharia, 2015).

Outras perspectivas sobre a situação do trabalho das mulheres no jornalismo e sobre a representação que o conteúdo jornalístico faz das mulheres poderiam ser

abordadas neste trabalho. Assim, ainda que não seja possível abordar toda a problemática no espectro desta dissertação, esta discussão poderia (e deveria) estender-se também às questões de raça, classe, sexualidade e deficiência no jornalismo, também invisibilizadas. No entanto, a revisão aqui apresentada serve como base para entendermos uma série de diferenças e dificuldades que se colocam quanto ao gênero no jornalismo. A partir disso, podemos olhar para o este como uma instituição generificada, como será defendido no próximo subtópico.

2.4 O jornalismo como instituição generificada

Como vimos no decorrer deste capítulo, falar sobre a situação das mulheres no jornalismo hoje, em um momento de estrangimentos e readequações da prática, é refletir sobre uma série de complexidades, avanços e desigualdades. Ao mesmo tempo em que as jornalistas crescem em número no universo tradicional (Macharia, 2015), com altas qualificações (Pontes, 2017), mantém-se uma lógica de que um determinado tipo de “feminilidade”, nomeadamente o que refere aos papéis tradicionais de gênero atribuídos ao sexo feminino, não é compatível com a ideologia que rege o jornalismo. As segregações que se colocam na prática, seja de modo horizontal ou vertical, reforçam a ideologia de que as mulheres são “intrusas” na profissão (Ross, 2001) a partir de um entendimento essencialista e binário do “masculino”. Trata-se, portanto, de uma “histórica condição de desprivilégio das mulheres” (Lelo, 2019, p. 3), que, como pontua Geertsema-Sligh (2018), ainda hoje determina a participação feminina na profissão. A representação desigual que o jornalismo, que se diz objetivo, faz das mulheres demonstra qual a ideologia que está por trás desta “neutralidade”: a do *status quo* (Glasser, 1984) masculino.

Por esta razão, é necessário entender que, apesar de se entender como uma profissão “moderna” (Lobo et al., 2017), o jornalismo é uma instituição generificada (Allan, 1998; De Vuyst & Raeymaeckers, 2019; Jenkins & Finneman, 2018; Lelo, 2019; Mahtani, 2005; Ruoho & Torkkola, 2018; Silveira & Souza, 2017). Lelo (2019) sistematiza as assimetrias de gênero no jornalismo em quatro áreas: no campo da divisão sexual do trabalho; nas culturas organizacionais; nas culturas profissionais e nas rotinas produtivas. Similarmente, Ruoho e Torkkola (2018) criticam o jornalismo

como “cultura, prática profissional, agência humana e instituição generificadas” (p. 71), propondo uma tipologia de análise a partir de nove pontos, que reproduzimos integralmente, com tradução própria, na tabela abaixo:

Tabela 1. Nove maneiras de abordar questões de jornalismo e gênero – uma tipologia

TERMOS E CONDIÇÕES	ORGANIZACIONAL	PROFISSIONAL	INDIVIDUAL
Termos e condições culturais	Símbolos	Ideias	Expectativas
Termos e condições estruturais	Gestão	Práticas	Convenções
Agência prática	Especializações	Rotinas	Reflexividade

(In Ruoho & Torkkola, 2018, p.72).

Para as autoras, a “diversidade do jornalismo como uma instituição generificada somente pode ser entendida totalmente tendo em mente que cada tipo oferece apenas uma perspectiva única sobre o jornalismo” (p. 72). Ou seja: a natureza generificada da profissão manifesta-se de diversas e complexas formas.

De fato, a própria “política de verdade” do jornalismo pode ser entendida como uma estrutura generificada, como proposto por Allan (1998). A partir do entendimento de Bakhtin (1963) de que a verdade deve ser construída no diálogo – “a verdade [...] nasce entre pessoas que buscam coletivamente a verdade, num processo de sua interação dialógica” (citado por Allan, 1998, p. 124) —, o autor critica a imposição de uma verdade monológica pelo jornalismo que se diz objetivo, obtida a partir da observação desinteressada dos “fatos”. Assim, a própria separação entre fatos e valores pode ser vista como problemática, e, como defende Allan (1998), terá “como premissa uma configuração masculinizada de verdade” (p. 125), uma vez que alegações de verdade compreendem compromissos ideológicos. O autor ainda defende que dessa forma, “é provável que essas práticas de construção generificadas continuem sendo mantidas muito tempo depois que as mulheres tiverem alcançado igualdade de emprego com seus colegas do sexo masculino” (p. 131).

Para Allan (1998), sair do âmbito de um jornalismo generificado implica repensar (ou abolir) a objetividade e, assim, a ética jornalística como a conhecemos hoje como um todo, além de pensar sobre “a ordem da vida comum” e “refazer nossos relacionamentos com a verdade, de gerar maneiras radicalmente novas de ouvir as

múltiplas vozes do mundo social” (p. 135). Parece ser um indicativo de que um jornalismo mais diverso e mais voltado para o cuidado pode representar, de fato, uma forma de modificar as relações de gênero na profissão, assim como o papel e o entendimento do jornalismo na sociedade.

Defendemos, assim, a necessidade de alargar-se a definição de jornalismo, para além da sua ética objetiva e de sua lógica comercial. No próximo capítulo, como uma forma de ampliar o que cabe no conceito do jornalismo e a necessidade de se pensar uma ética jornalística feminista, especialmente em momentos de crise, discutiremos o jornalismo alternativo, de forma geral, e aquele produzido por mulheres.

3 Jornalismo alternativo e feminista

Apesar de estar envolta em críticas e discussões, a objetividade jornalística ainda serve a grande parte do jornalismo produzido hoje como ideal ético a ser alcançado. Neste sentido, pensar na objetividade como algo intrínseco, fixado na identidade jornalística, pode bloquear reflexões sobre outras formas de fazê-lo e promover mudanças dentro do campo (Thomas, 2018). Pensando-o como participante da construção das realidades, entendemos que novas formas de fazer jornalismo e outras perspectivas éticas afetarão, também, os sistemas em que se vive. Assim, ao passo que existem possibilidades outras, em que a objetividade não é central, cabe aqui refletir sobre quebras com esta abordagem.

Aprofundarmo-nos sobre essas outras perspectivas sobre o fazer jornalístico torna-se especialmente importante se considerarmos (e problematizarmos) o papel social e institucional fulcral que lhe foi atribuído historicamente para a manutenção das democracias (Ruoho & Torkkola, 2018), como abordado no primeiro capítulo deste trabalho. De fato, se entendemos o jornalismo como uma instituição generificada (Allan, 1998; De Vuyst & Raeymaeckers, 2019; Jenkins & Finneman, 2018; Lelo, 2019; Mahtani, 2005; Ross, 2001; Ruoho & Torkkola, 2018), que internamente coloca constrangimentos à participação integral das mulheres e externamente realiza uma representação injusta delas, baseando-se em uma ética da objetividade, torna-se mais evidente que a função de estabelecer um ambiente de debate justo e de fiscalização da sociedade não é realizada considerando as desigualdades sociais que recaem sobre as mulheres e, ainda, a outras minorias políticas. É por esta razão que, mais uma vez, destacamos a necessidade de ampliação do conceito de jornalismo, a fim de podermos considerar iniciativas que realizam uma abordagem mais inclusiva, diversa e justa. Fazer isto implica justamente repensar a abordagem que se pretende imparcial e desinteressada.

Ainda que hoje a objetividade sirva globalmente como um padrão ético, mesmo que seja necessário considerar as realidades individuais e específicas, esta não foi

sempre a abordagem adotada. Até a ascensão da objetividade jornalística, entre o fim do século XIX e XX (Schudson, 2001), o jornalismo atuava abertamente em defesa de ideais político-partidários. No entanto, com a ascensão da objetividade a partir do final do século XIX, como vimos, o jornalismo que não se enquadrasse nas características propostas era posto às margens do sistema noticioso (Waisbord, 2009). Sobre esta questão, faz-se necessário ainda ponderar a atuação das mulheres jornalistas durante o processo de ascensão da objetividade tendo-se em conta que era esperado que elas apresentassem sua “visão feminina”, ou seja, que elas não faziam parte da orientação de eximir a subjetividade dos textos.

Como aponta Iggers (1999), é a objetividade no jornalismo que serve como o padrão a ser comparado com outros paradigmas. Aqui, podemos acrescentar a problematização em relação ao gênero no jornalismo tendo-se em conta que a perspectiva masculina é a que serve como padrão. À luz deste ponto de vista, podemos referir a consideração de Silva (2009), nas discussões sobre o campo do jornalismo, ao afirmar que "grande parte das respostas para explicar o Jornalismo é metonímica, tomando a parte pelo todo" (p. 204).

Pensar em uma abordagem jornalística que não envolva a objetividade implica pensar justamente no seu oposto: a defesa de uma causa, se considerarmos que uma abordagem desinteressada e distanciada dos temas é uma (tentativa de) manifestação desta objetividade. Com efeito, Janowitz (1975) refere dois modelos profissionais que têm dado forma a maneiras algo diferenciadas de fazer do jornalismo: a do *gatekeeper*, que está ligado à objetividade, à separação entre fatos e opiniões e à seleção dos acontecimentos de acordo com critérios de noticiabilidade; e a de *advocate*⁷, em que a/o profissional agiria na defesa de uma causa, de uma mudança, sem que isso coloque em causa a procura dos fatos que sustenta o jornalismo. Na compreensão do autor, ambas integram um *continuum* ou espectro entre as duas possibilidades como extremos.

⁷ Em inglês, *to advocate* significa defender ou advogar. Neste caso, entende-se o termo no sentido de que, no jornalismo, se estaria a agir como uma/um advogada/o de alguma causa. Por isto, o jornalismo associado com esta posição denomina-se *advocacy journalism*. O conceito será aqui aplicado em inglês.

Fisher (2016) refere este espectro em defesa da ideia de que, de maneiras mais ou menos sutis, o *advocacy* está presente na maioria dos textos jornalísticos, localizados dentro deste espectro. Podemos ainda argumentar que todo jornalismo performa um tipo de *advocacy*, porque “todo jornalismo é persuasivo” (Thomas, 2018, p. 406), especialmente considerando que a objetividade em si mesma consiste na defesa de uma ideologia, ainda que esta seja baseada em um enquadramento invisível de manutenção do *status quo* (Glasser, 1984; Waisbord, 2009). Neste sentido, é necessário compreender que o discurso midiático faz intervenções na esfera pública, mas também é moldado pela vida em sociedade e, claro, pela localização social (Anderson, 2020) do veículo e da/o jornalista. Desta forma, para Fisher (2016), diversos são os fatores que irão influenciar os processos jornalísticos, no sentido da presença do *advocacy*: fatores macro, como o clima político, econômico e social de determinado recorte; organizacionais, relacionados à lógica de cada veículo de comunicação; fatores ligados à produção jornalística, como o formato da notícia, as fontes e a linguagem utilizadas, os prazos, entre outros; influências ligadas às fontes, como a localização, disponibilidade, legitimação, confiabilidade, entre outros; para além dos fatores pessoais da/o repórter, como, por exemplo, idade, educação, experiência, valores e, inclusive, o posicionamento da/o profissional em relação aos modelos propostos por Janowitz (1975).

Isto é dizer, mais uma vez, que a objetividade, no seu sentido tradicional e absoluto da separação entre o sujeito e o objeto, não é possível e nem está presente em grande parte dos textos jornalísticos. Afinal, todas as possíveis influências apontadas por Fisher — as quais podem não se manifestar ao mesmo tempo —, são partes (trans)formadoras do processo de construção das notícias e reportagens. É preciso, então, pensar em rompimentos com esta objetividade tradicional, porque consideramos que esta abordagem ética não é suficiente para obtermos o que se espera do jornalismo enquanto pilar de sustentação das democracias. De fato, as possibilidades de rompimento serão muitas, uma vez que não há um conceito universal que serve a todas as propostas jornalísticas, nem a todas as localizações espaciais e sociais, da mesma forma que a objetividade, como vimos, também não servirá.

Para Ward (2009), temos três opções no que tange a uma mudança da ética jornalística, considerando a disfuncionalidade observada da objetividade: “abandonar a objetividade e substituí-la por outros princípios; ‘retornar’ para a objetividade tradicional nas redações; redefinir a objetividade. Retornar para a objetividade tradicional não é realista. Abandonar a objetividade sem uma substituição não é uma opção” (p. 302). Neste ponto, podemos questionar o que seria a objetividade tradicional do jornalismo, afinal, seguindo a linha de raciocínio que traçamos até o momento, entendemos que a objetividade proposta para o jornalismo não atinge, atingiu ou atingiria os objetivos colocados. No entanto, abordaremos os rompimentos com esta ética a partir dos outros dois caminhos apontados pelo autor: o de substituição de uma lógica objetiva por outros critérios e o de uma redefinição da objetividade.

Pensando na primeira opção, referimos a Iggers (1999), que propõe que o jornalismo se foque na precisão e na justiça, sem ter como base a objetividade jornalística, assim como a Cohen-Almagor (2008), que afirma que é preciso pensar, no lugar de neutralidade dentro de uma lógica objetiva, em uma ética que seja mais cuidadosa para com os indivíduos.

Pensando na segunda, referimos a proposta de redefinição da objetividade feita pelo próprio Ward (2019), dez anos depois da constatação de que este seria um caminho produtivo, sugerindo uma objetividade holística ou pragmática, que visa um jornalismo engajado democraticamente. Nesta linha, de acordo com o teórico as/os jornalistas devem ter uma causa a defender de forma evidente, o que podemos ligar com a proposição de presença do *advocacy* no jornalismo. Para o autor, esta causa deve ser a defesa de uma democracia participativa, local e globalmente de maneira que, nesta perspectiva, o bom jornalismo é definido pela aplicação de métodos objetivos na luta para alcançar esta ampliação democrática.

A objetividade tal qual proposta por Ward (2019) quebra dualismos impostos pela lógica positivista da objetividade tradicional: objetivo contra subjetivo, fatos contra opiniões, racionalidade contra emoção, observação contra ação, etc. Por outro lado, se baseia na experiência das/os jornalistas enquanto agentes, em contraposição à posição destas/es apenas enquanto observadoras/es, que praticam investigação e avaliações objetivas com base em critérios explícitos para produzir interpretações

informadas. Destaca-se, ainda, a necessidade da imparcialidade, não no sentido de negação completa de qualquer posicionamento, mas como algo crucial para o envolvimento, que permite a crítica e a avaliação justa dos temas. Mais ainda, a proposta de Ward (2019) considera que apelos à compaixão e à empatia devem ser parte das discussões racionais sobre decisões éticas; que o jornalismo deve focar-se na precisão e na verificação das informações veiculadas; e que um jornalismo democraticamente engajado pratica “uma defesa informada e justa pelo bem comum” (p. 41), e se manifesta em diversos formatos.

No âmbito desta proposta, o autor aponta que existem seis tipos de necessidades midiáticas em uma democracia: reportagem factual e investigações aprofundadas; jornalismo explicativo; exposição a uma variedade de perspectivas informadas, afim de ampliar as perspectivas das/os leitoras/es; jornalismo de defesa [*advocacy journalism*] e reforma; um sistema de mídia no qual cidadãos/ãos possam participar na produção jornalística e nas discussões midiáticas; e, por fim, formas dialógicas de discussão midiática (p. 43–4).

Como apontam Schudson e Anderson (2009), ainda que este seja um tópico complexo e com importantes discussões ainda em andamento, “o fim da objetividade, mesmo que chegue, pode não sinalizar o fim do jornalismo profissional” (p. 94). As críticas e propostas feitas, para além de colocar em causa a objetividade, focam-se em uma democracia mais participativa, em que é possível o diálogo, e é fulcral que o jornalismo se posicione como uma ferramenta em direção a isto.

Neste sentido, cabe abordar o conceito de jornalismo de *advocacy* que, de acordo com Thomas (2018), ainda que não seja consensual entre teóricas/os, é um “jornalismo que tem um ponto de vista” (p. 393), isto é, implica, pela sua própria definição, um rompimento com um posicionamento objetivo. Esta vertente, juntamente do jornalismo literário e do jornalismo *underground*, são considerados por Hackett e Zhao (1998, citados por Maras, 2013) como movimentos que desafiam o ethos da objetividade, caminhando juntamente de um jornalismo crítico ou adversário.

Thomas (2018) propõe categorizações do *advocacy* no jornalismo em dois eixos: o primeiro seria a forma de pensar sobre o *advocacy* como algo que complementa as notícias, o que denomina como “*news plus*”, análise ou contextualização — “uma forma de tornar as notícias mais compreensíveis”

(Stonecipher, 1979, citado por Thomas, 2018, p. 399) — ou como “agente de crítica e mudança” (p. 402). Nessa segunda possibilidade, para além de contextualizar os acontecimentos, busca-se destacar uma perspectiva específica. Aqui, entra a lógica de o jornalismo colocar-se na posição de porta-voz daquelas/es que não têm espaço de fala, considerando os sistemas de poder vigentes. Pode haver um viés de denúncia, no sentido de que “algo precisa ser feito sobre um problema social em particular” (Thomas, 2018, p. 403). A este respeito, pode-se entender jornalismo como uma intervenção política.

O outro eixo de enquadramento do jornalismo *advocacy* proposto por Thomas (2018) é em relação a “onde” este se insere. No modelo segmentado, aparece como totalmente separado da reportagem objetiva, em uma seção específica. Pode-se interpretar esta conduta como uma forma de marginalização do jornalismo *advocacy*, colocando esta em oposição a uma “forma pura” de jornalismo (Waisbord, 2009). Por outro lado, verifica-se que, em alguns casos, o *advocacy* está diretamente ligado com a identidade do veículo jornalístico — modelo denominado pelo autor como “*woven advocacy*” (Thomas, 2018).

A partir desta categorização, pode-se olhar para o *advocacy* no jornalismo a partir de mais de uma forma, estabelecendo cruzamentos entre elas. Apesar da defesa de uma conduta objetiva na corrente do jornalismo *mainstream*, o viés interpretativo — o “*news plus*” (Thomas, 2018) — mostra-se presente em grandes jornais, talvez por estar em uma “zona cinza” quanto à definição e à objetividade (Thomas e Hindman, 2015, citados por Thomas, 2018). Igualmente, identifica-se uma maior relação entre veículos que têm uma proposta de quebra total com a objetividade tradicional — os que apresentam “*woven advocacy*” (Thomas, 2018) — e o entendimento do jornalismo como fonte de crítica e agente nas mudanças sociais.

Ao pensarmos nos veículos que apresentam o *advocacy* como definidor central da sua prática, estamos referindo-nos a iniciativas que não estão inseridas na definição tradicional do jornalismo profissional. Inclusive, neste ponto, podemos problematizar a objetividade justamente a partir do entendimento de que esta foi uma proposição que ganhou espaço com a crescente profissionalização do jornalismo, como referimos no primeiro capítulo, fixando-se como uma ética profissional. Ou seja, se pensarmos no jornalismo que não se posiciona de forma tradicional, que

geralmente se insere em uma lógica comercial, encontramos outras expressões que nos podem ser úteis. Com efeito, Cagé (2016) considera que uma forma de “salvar” o jornalismo é pensar em novas formas de financiamento e organização, especialmente através de organizações com fins não-lucrativos ou, ainda, no modelo de “sociedade de mídia” que propõe, mas que não será aqui abordada.

Acker (1998) refere às subestruturas de gênero que se colocam nas organizações de forma geral, mas que podemos aplicar ao jornalismo, como vimos no capítulo anterior. A autora discute a possibilidade de uma nova forma de organização do trabalho, com menos hierarquias e outras formas de funcionamento das equipes, como uma forma de emancipação da ideologia de valorização do masculino que é patente hoje nas organizações. Assim, abordar iniciativas que não necessariamente se posicionam dentro do espectro de organização formal do trabalho jornalístico, ou mesmo do trabalho jornalístico não-profissional, especialmente tendo em conta o foco deste trabalho, que é a relação entre gênero e jornalismo, nos é imprescindível. Por isso, abordaremos, a seguir, o jornalismo alternativo, que se liga a noções de “responsabilidade social, substituindo uma ideologia de objetividade com evidente *advocacy* e práticas oposicionistas” (Atton, 2003, p. 267).

Esta vertente, de forma geral, ainda que não necessariamente uniforme, opõe-se “às noções hierárquicas, centradas na elite, de que o jornalismo é um negócio” (Atton, 2003, p. 268). Para além do conteúdo alternativo, com frequência é possível verificar formas de organização diversas, inclusive aproximando produtoras/es das/os consumidoras/es da informação (Harcup, 2003). Há, aqui, um importante viés relacionado à criação, fortalecimento ou organização de comunidades, especialmente no jornalismo alternativo de âmbito local (Atton, 2003). Ligando com a proposição de Acker (1998), o jornalismo alternativo, como veremos em maior profundidade no subcapítulo seguinte, pode trazer um ambiente menos desigual para as mulheres.

Da mesma forma que com o jornalismo *advocacy* de forma geral, a pesquisa nesta área é reduzida e não há consenso sobre as conceitualizações. No entanto, identifica-se uma tradição de pequenas publicações desde o século XIX na Europa ou antes, especialmente em momentos de maior tensão social (Harcup, 2003). Esta prática reaparece nos anos 1960, em meio a insurgência de movimentos de contrapoder, ligado aos movimentos sociais. Lisboa (1994, citada por Moretzsohn,

2000) identifica que há uma relação entre o abandono de uma aura militante no jornalismo com o processo de profissionalização — este, como já colocado neste trabalho, muito ligado a uma ética profissional da objetividade.

Na perspectiva de Habermas, uma esfera pública da plebe, fomentada por esta tradição de pequenas publicações, agia como um contrapoder em relação a esfera burguesa, que refletia um “mundo hierárquico de dominação” (Harcup, 2003). Para Atton (2001), desassociar a imprensa alternativa de uma esfera pública alternativa ainda não é possível na atualidade. A importância disto é destacada por Hartley (1982, citado por Harcup, 2003), ao afirmar que a presença ou ausência de uma imprensa alternativa pode afetar as formas em que as pessoas leem as mensagens dominantes na mídia *mainstream*. Não obstante a proposta do autor ter sido feita antes do advento da internet, e em um cenário informacional bastante diferente do atual, a validação de outros pontos de vista sobre situações complexas, especialmente no âmbito político, pode auxiliar no confronto dos ideais hegemônicos, apresentados como neutros pela narrativa objetiva.

A prática do jornalismo alternativo, ainda que não se possa apontar para um caminho ou possibilidade única, propõe que “a autoridade não precisa ser localizada institucional ou profissionalmente; que credibilidade e confiabilidade podem ser derivadas de relatos de experiências vividas, não apenas da desassociação proposta pela reportagem objetiva; e que não há necessidade de separar fatos de valores” (Atton, 2009, p. 284).

Neste sentido, entende-se que a cobertura realizada por veículos de mídia alternativos pretende ou pode desafiar as estruturas de poder estabelecidas principalmente em relação a que tipo de fontes ou de conhecimento é considerado válido ou digno de espaço no jornalismo. Isto torna-se visível na pesquisa de Harcup (2003): em uma comparação da cobertura local de protestos realizada por dois jornais da cidade de Leeds, no Reino Unido, o autor identifica enfoques nitidamente diferentes entre o jornal *mainstream*, centrado em uma perspectiva “da lei e da ordem”, e o que é considerado um veículo alternativo, que abordava a violência policial, desemprego, pobreza e racismo no cerne dos eventos — um foco “em privilegiar aquelas/es que não têm poder e que estão marginalizadas/es; em oferecer uma perspectiva ‘de baixo’ e de dizer ‘o não dito’” (p. 371). Destaca-se, no entanto, que as dinâmicas de cobertura

são bastante diferentes entre os jornais, uma seguindo o convencional das fontes oficiais, enquanto a outra utiliza-se de relatos da/o repórter presente no local, assim como uma testemunha ocular não identificada.

Para Harcup (2003), a existência de uma imprensa alternativa é importante como um direito das minorias de veicularem suas opiniões sem dificuldade, o que é central às noções de liberdade de imprensa, da liberdade de expressão e, também, para as lutas dos grupos minoritários politicamente. Da mesma forma, em uma sociedade democrática o jornalismo tem como função veicular informações de diferentes pontos de vista, dos interesses mais variados possíveis (Reginato, 2018). Assim, pode-se pensar na imprensa alternativa como uma forma de garantir essa diversidade tão necessária. Daremos ênfase, a seguir, à perspectiva de gênero no jornalismo alternativo buscando encontrar proposições éticas feministas que possam servir melhor ao jornalismo na busca por uma sociedade menos desigual, mais justa e mais representativa.

3.1 O jornalismo alternativo no feminino

No capítulo anterior, abordamos a situação das mulheres no jornalismo tradicional a fim de entender, dentro do conceito normativo de jornalismo, qual é o espaço que as mulheres lá ocupam. Como vimos, as mulheres encontraram resistência a sua entrada no jornalismo industrial e até os dias de hoje colocam-se constrangimentos a sua atuação. No entanto, “outra rota aberta para as mulheres jornalistas à época, como agora, era trabalhar para publicações não-*mainstream*” (Chambers et al., 2004, p. 23), sendo esta uma vertente jornalística que abordamos em maior profundidade no capítulo anterior e que se mostra útil para pensarmos uma prática mais diversa e justa.

Neste subtópico, o nosso interesse é compreender a atuação das mulheres no jornalismo alternativo. Com este propósito, dirigimos o nosso olhar especialmente para o jornalismo feminista, ou seja, para o jornalismo que tem um projeto feminista como base (Gomes Barbosa & Varão, 2018). Seria impossível, é evidente, abarcar toda a história da imprensa feminista no âmbito deste trabalho, mas pretendemos oferecer alguns destaques que servem como contextualização, memória e que nos são úteis para pensarmos uma ética feminista na/para a prática jornalística.

Torna-se, neste contexto, ainda mais importante pensar em um alargamento do que cabe no conceito de jornalismo, como discutido anteriormente. Com efeito, parece-nos relevante a defesa de Maurine H. Beasley (2001) sobre o jornalismo estadunidense — mas que podemos estender a muitos outros contextos — de que “é necessária uma definição mais ampla do jornalismo em si do que aquela que envolve a reportagem e o comentário sobre conflitos e controvérsias que interessam sobretudo ao mundo com governação masculina” (p. 108), e de que:

um conceito alargado do jornalismo que permita que a investigação vá além do estudo dos homens, que construíram uma estrutura bastante rígida das fórmulas e apresentação das notícias, de modo a abranger a experiência das mulheres, que desde há muito tempo tiveram uma visão da comunicação pública mais alargada (p. 218).

Ainda, é importante abandonar as ideias tradicionais de “sucesso” dos periódicos, como a longevidade das publicações e até mesmo a quantidade de leitoras/es alcançadas/os, uma vez que nos referimos a mídia de nicho, sem uma lógica comercial. De igual forma, devemos manter em mente que as narrativas da historiografia a que temos acesso hoje podem silenciar um grande número de experiências ainda não exploradas ou mesmo descobertas (Braga, 2019). Por isso, considerar que essa exploração do passado do jornalismo acontece de maneira contínua auxilia em procedermos com uma “não-ossificação da história” do jornalismo, como indica Silveirinha (2012).

Podemos olhar para o jornalismo feito por e para mulheres, especialmente neste caso como imprensa feminista, em diversas circunstâncias, em diferentes pontos do globo, em momentos históricos variados. No entanto, algumas características são transversais a todos estes contextos. Para Steiner (2019), será o “o compromisso de levar as mulheres a sério — suas vidas, suas ideias e possibilidades, bem como suas diferenças” (p. 7). Gomes Barbosa e Varão (2018) consideram que “uma imprensa feminista se materializa na busca por direitos e em pautas que tratem das vidas das mulheres” (p. 19). Para as autoras, no entanto, não basta focar-se na vida das mulheres, sendo necessário um projeto feminista de jornalismo que repense as práticas, as perguntas e os contextos. Com efeito, uma

outra abordagem ética será necessária, trazendo com mais força a perspectiva e a situação social específicas de determinado acontecimento ou assunto.

De forma geral, podemos dizer que este jornalismo opera como uma forma de defesa de outras “versões dos papéis políticos, sociais e culturais das mulheres, que eram bastante diferentes daqueles propostos ou impostos pela mídia tradicional” (Chambers et al., 2004, p. 128). De fato, pensar na mídia feminista como um caminho alternativo para as mulheres frente às resistências colocadas pelo jornalismo industrial revela-nos um importante espaço de (re)construção dos ideais sociais e, conseqüentemente, das formas de representação. Este jornalismo também se mostra como um espaço de crescimento para as mulheres, uma vez que permitiu “às mulheres trocar e compartilhar notícias que dificilmente encontrarão lugar nas principais instituições da mídia e desenvolver habilidades jornalísticas e de mídia” (Chambers et al., 2004, p. 128). É ainda mais relevante pensar sobre a imprensa alternativa das mulheres na sua atuação em contextos sociais e midiáticos dominados pela ideologia tradicional do jornalismo e, como vimos, uma ideologia masculina. Com efeito, Chambers et al. (2004) relembram-nos que “os meios de comunicação alternativos das mulheres contribuíram para a evolução da teoria da imprensa, [...] pela promulgação de novos princípios, e, às vezes, até mesmo explicitamente articulando novos princípios jornalísticos, inclusive princípios feministas” (p. 128).

Neste sentido, são relevantes as críticas feministas à teoria habermasiana da esfera pública, especialmente no que tange a discussão do espaço das mulheres nesta esfera, e conseqüentemente na sociedade, e quanto a existência de uma esfera pública feminista. Como vimos, as mulheres, ao menos inicialmente, não faziam parte dos espaços de formação da opinião pública (McNair, 2018). Rita Felski (1989) destaca a centralidade de uma crença na racionalidade para o funcionamento desta esfera que equalizaria as/os participantes. No entanto, a constituição deste espaço somente com “a burguesia masculina e a nobreza iluminada” (p. 167) acaba por levar a uma “cegueira às reais e desiguais condições materiais que tornam a sua própria existência possível” (p. 167). É, assim, importante pensar em uma esfera pública feminista como uma contra-esfera pública, um espaço que tem

uma dupla função: internamente, gera uma identidade específica de gênero,

alicerçada em uma consciência de comunidade e solidariedade entre as mulheres; externamente, busca convencer a sociedade como um todo da validade das reivindicações feministas, desafiando as estruturas de autoridade existentes por meio da atividade política e da crítica teórica (Felski, 1989, p. 168).

Vários foram os periódicos que, voltados às mulheres, podemos considerar como formas de gerar esta identidade feminina interna, seguindo na linha de pensamento de Felski, ao mesmo tempo em que questionavam os valores sociais vigentes, como veremos a seguir. Inicialmente, no entanto, assim como ocorreu com as páginas femininas no jornalismo tradicional, muitos deles foram editados por homens, isto é, não eram publicações que tinham como objetivo a emancipação das mulheres, ou, ainda, não eram projetos feministas de comunicação. Um exemplo é o *Lady's Mercury*, possivelmente o primeiro periódico direcionado para o público feminino — o jornal teve quatro edições publicadas pela *Athenian Mercury*, de John Danton, na Inglaterra, no ano de 1693 (Bandeira, 2015; Stearns, 1930). Segundo Portilho (Bandeira, 2015), as publicações da época restringiam-se majoritariamente a conteúdo literário. A moda, uma das marcas do “jornalismo feminino” seria introduzida mais tarde.

No Brasil, uma situação semelhante apresenta-se no caso do primeiro jornal voltado às mulheres, o *Espelho Diamantino*, criado em 1827, no Rio de Janeiro. Importa destacar mais uma vez que a prensa foi introduzida no país em 1808, com a transferência da corte portuguesa para o território. Dessa forma, o desenvolvimento de periódicos de todos os tipos foi tardio se comparado com outras localidades. A publicação, impressa pela Imperial Typographia, do francês Pierre Plancher-Seignot, “defendia a instrução das senhoras da Corte, refletida na postura editorial de apresentar ao público feminino temas de ordem política, científica e cultural, mas sem deixar de lado a moda, assunto atribuível ao gosto do ‘bello sexo’” como refere Brasil (2020). A mesma tipografia imprimia diferentes tipos de periódicos, o que nos pode indicar que esta era mais uma incursão com objetivos de ampliar o público leitor, aumentando os lucros. Este tipo de publicação não será, no entanto, o nosso foco neste trabalho, ainda que esta seja uma área frutífera para discussões no âmbito do jornalismo e gênero.

Daremos maior espaço, aqui, para as publicações que têm, como já destacado, um projeto feminista de base. O século XIX foi marcado por uma profusão no pensamento sobre as mulheres, assim como pelas suas publicações. Afinal, é neste período em que cresce a participação destas no trabalho produtivo, ao mesmo tempo em que se desenvolvem movimentos sociais importantes para a luta das mulheres, como o abolicionismo, nos Estados Unidos, e, em seguida, o movimento sufragista, como elucida Steiner (2019, p. 1):

Embora o termo "feminismo" tenha entrado em uso popular somente após a década de 1960, o jornalismo feminista originalmente surgiu a partir de esforços do meio do século XIX em prol de outras causas, como a abolição da escravidão e da temperança, bem como aquelas especificamente para as mulheres, como reforma de saúde e vestuário, leis de divórcio liberalizadas, controle de natalidade e educação gratuita.

Na Grã-Bretanha, Steiner (2009) indica que, entre 1856 e 1930, foram mais de 150 periódicos alternativos dirigidos por mulheres, o que “facilitou o crescimento de uma comunidade generificada de ativistas” (p. 119). De acordo com Chambers et al. (2004), nesta localidade “os periódicos desempenharam um papel vital durante o movimento sufragista feminino” (p. 134), ainda que este movimento tenha sido dominado por mulheres brancas de elite. Nos Estados Unidos, a imprensa alternativa também foi de suma importância para os movimentos sociais. Entre os principais jornais sufragistas estavam *The Revolution*, publicado durante dois anos nos Estados Unidos e editado por Elizabeth Cady Stanton e Parker Pillsbury, assim como o *The Woman's Journal*, publicado regularmente entre 1870 e 1920, até a sanção da 19ª Emenda no país, que garantiu o direito ao voto das mulheres.

Considerando o envolvimento dos primeiros grupos que pensavam os direitos das mulheres com o pensamento abolicionista (Davis, 2016 [1981]), é relevante também referir aos periódicos negros e a trajetória de mulheres como Ida B. Wells-Barnett, que foi proprietária de um terço do jornal *Free Speech and Headlight*, no qual escrevia sobre o acesso à educação e a violência com a população negra. A sede da publicação, assim como as prensas, foram destruídas em 1891. Wells ainda comprou um terço do periódico negro *New York Age* e atuou como editora do *Chicago Conservator*, outro periódico negro, por dois anos (Chambers et al., 2004).

Entre inúmeros outros, estes foram os jornais do que se convencionou chamar “periódicos de primeira onda”. Como refere Steiner (2009), estes “periódicos também podem ser analisados em termos de políticas de redação, incluindo sua abordagem para acomodar as responsabilidades familiares e o compromisso com o treinamento em jornalismo e com a reforma do jornalismo segundo as linhas feministas” (p. 119). Ou seja, o seu impacto pode ser medido em várias frentes, inclusive, como depois veremos, no questionamento das práticas jornalísticas tradicionais, propondo novas abordagens éticas com base nos ideais feministas.

Faz-se necessário ressaltar, entretanto, que esta caracterização das ondas é uma perspectiva específica, localizada especialmente nos Estados Unidos e no Reino Unido, ou seja, no Norte global. No Brasil, a luta pelo voto aconteceria mais tarde, passando a ter mais espaço a partir de 1920. A conquista do voto feminino deu-se, como já apontado, apenas na década seguinte, em 1932. Antes disso, a “principal reivindicação dessa nascente imprensa feminina era a educação ou instrução da mulher, instrumento imprescindível para a sua racional emancipação” (Kroetz & Gai, 2015, p. 124).

Ainda que geralmente seja apontado erroneamente como o primeiro (Muzart, 2003), *O Jornal das Senhoras* foi o periódico editado por uma mulher e voltado para o público feminino que recebeu mais atenção neste período no Brasil. Publicado a partir de 1852 no Rio de Janeiro, então capital brasileira, o veículo abordava questões da família, mas “fez emergir as capacidades e as necessidades das mulheres, numa considerada atitude vanguardista” (Bandeira, 2015, p. 6). Um jornal que causou mais impacto, no entanto, foi *O Sexo Feminino*, semanário que passou a ser impresso em 1873 defendendo a “independência econômica e o direito a uma educação melhor como premissas para o fim da sujeição feminina” (Bandeira, 2015, p. 6), o que nos mostra, também, o maior enfoque na educação das mulheres. Cabe mencionar também outros títulos publicados no século XIX, como o *Jornal das Damas*, *O Domingo*, o *Eco das Damas*, entre outros.

Em sua recapitulação do movimento feminista brasileiro, Teles (1993) realça a importância dessas publicações, que tiveram mais força até a conquista do voto, como uma forma de rompimento com a narrativa histórica que concedia espaço quase que exclusivamente para “acontecimentos de interesse das elites, em que o homem

branco é quem sobressai” (p. 12). A autora ainda destaca a relevância da imprensa feminista brasileira no âmbito latino-americano — “um verdadeiro fenômeno”, nas suas palavras (p. 158). Bandeira (2015) refere ainda que, como em outras localidades, este segmento “possibilitou o resgate da história, das causas e lutas travadas por essas mulheres, sobretudo no período que vai dos anos 1850 até a conquista do voto feminino, em 1934” (p. 1), ano em que o sufrágio das mulheres foi consolidado na constituição brasileira.

No âmbito francês, ficou bem conhecido o jornal *La Fronde*, fundado em 1897 por Marguerite Durand, um jornal de reportagem sobre política, esportes e altas finanças, mas que “se distinguia mais particularmente dos outros diários pelo fato de a publicação, a redação e também a tipografia serem feitas exclusivamente por mulheres” (Roberts, 1997, p. 1). As ambiguidades de um jornal que não se queria afirmar nem como “feminino” nem como “feminista”, traduziam, no entanto, como:

essas mulheres manipulavam habilmente as identidades de gênero convencionais — o repórter masculino, por exemplo — em vez de inventar novas. Elas eram repórteres, mas não de todo por serem mulheres convencionais; eram mulheres convencionais, mas não de todo por serem repórteres. Ao repetir papéis tradicionais, elas abriram um espaço de diferença que era subversivo. Este espaço de diferença, este “outro lugar” de ilegitimidade, permitiu às *frondeuses* desafiar a forma como eram definidas como mulheres e como escritoras. Este grupo de as mulheres romperam com o ideal doméstico e começaram a construir identidades não convencionais, explorando a natureza dinâmica e contraditória da linguagem (p. 11).

Após a conquista do voto feminino, que ocorreu até a primeira metade do século XX em diversos pontos do globo⁸, a imprensa feminista desmobilizou-se. No entanto, a partir dos anos 1960 passamos a ver outras, novas e importantes expressões da imprensa alternativa ao redor do mundo. De fato, este foi um período de fortalecimento de movimentos de contracultura. De forma geral, contudo, alguns dos periódicos que mais se destacaram neste período não tinham atenção às mulheres, o que mais uma

⁸ A Nova Zelândia foi o primeiro país a permitir o sufrágio das mulheres, em 1893; na Austrália, o mesmo aconteceu em 1902; no Reino Unido, em 1918; nos Estados Unidos, em 1920; em Portugal, em 1931; no Brasil, em 1932; na França, em 1945.

vez nos mostra a importância do desenvolvimento de uma imprensa feminista. É também neste período que se desenvolve, especialmente nos países do Norte, o que se convencionou chamar de uma segunda onda dos feminismos. Como explicam Chambers et al. (2004, p. 141):

a mudança para uma política feminista mais definida durante o final dos anos 1960 e 1970 e continuando na década de 1980 deu a muitas mulheres uma voz coletiva para expressar sua raiva e implementar a política da "segunda onda" do movimento das mulheres. O movimento [...] das décadas de 1960 e 1970 estimulou uma próspera mídia de notícias feministas durante a qual uma série de editoras feministas, boletins locais e nacionais [...], revistas e jornais emergiram como parte da imprensa alternativa das mulheres.

Como parte deste movimento, uma “segunda onda” da imprensa feminista nos Estados Unidos, entre outros exemplos, podemos referir ao jornal *off our backs*, publicado entre 1970 e 2008. Os objetivos da publicação, de acordo com o seu site⁹ eram: oferecer notícias e informação sobre a vida das mulheres e o ativismo feminista; educar o público sobre a situação das mulheres ao redor do mundo; servir como um fórum para ideias e teoria feminista; ser um recurso de informação sobre a cultura feminista, das mulheres e das mulheres lésbicas; buscar justiça social e igualdade para as mulheres em todo o mundo. O *statement* feito na sua primeira edição, publicada em fevereiro de 1970, e depois disponibilizado no seu site demonstra a quebra que este tipo de jornalismo pretendia fazer — ou, enquanto ética feminista para o jornalismo, ainda pretende — com a abordagem universalizada que o jornalismo tradicional realizava ao se dirigir a um público feminino: “*off our backs* é um jornal para todas as mulheres que estão lutando pela libertação de suas vidas e esperamos que cresça e se expanda para atender às necessidades das mulheres de *todas as origens e classes*”. Outros títulos marcantes foram *On Our Backs*, periódico erótico lésbico que se opunha à abordagem do anterior, também nos Estados Unidos, e *Spare Rib*, publicação britânica que existiu entre 1972 e 1993¹⁰.

⁹ Disponível em:

<https://web.archive.org/web/20051224044533/http://www.offourbacks.org/Mission.htm>. Acesso em 29/08/2020.

¹⁰ Disponível em: <https://bl.uk/spare-rib>. Acesso em 29/08/2020.

Neste período, centenas de periódicos surgiram nos Estados Unidos (Chambers et al., 2004), assim como em outros países, com diferentes abordagens, localizações e público alvo, bem como com diferentes trajetórias. Diferente do *off our backs* que, apesar das dificuldades financeiras, se manteve por mais de trinta anos, muitos tiveram poucas edições, e pequenas tiragens. Igualmente, como refere Steiner (2009; 2017a), os periódicos feministas de “segunda onda” nos Estados Unidos eram frequentemente sobre, feitos por e direcionados para nichos específicos — diferentes profissões, linhas teóricas ou interesses. De acordo com a autora, os “meios de comunicação alternativos das mulheres dirigiram-se às mulheres como cidadãs e não como consumidoras, ofereceram fortes críticas aos fundamentos ideológicos dos papéis convencionais de gênero e, como um slogan notoriamente observou, tornaram ‘o pessoal, político’” (Steiner, 2017a, p. 5).

No Brasil, de acordo com Bandeira (2015), “o ano de 1975 foi um divisor de águas no que se refere aos avanços das ideias feministas” (p. 7), durante o período de ditadura militar, que durou de 1964 até 1985. A autora atribui este avanço especialmente à publicação dos periódicos *Brasil Mulher*, que circulou entre 1976 e 1978, e *Nós Mulheres*, impresso entre 1975 e 1979, em São Paulo: “significou o despertar para a conscientização feminina naqueles últimos anos de período ditatorial no Brasil” (p. 7). Vasconcelos e Aliende (2010) consideram que estes periódicos representam a “segunda onda” do feminismo brasileiro, mas notam que eles se diferenciam da proposta dos periódicos de segunda onda em outros países, como os casos anteriormente abordados, uma vez que “o feminismo brasileiro dos anos 1970 se organizou em ‘dupla militância’” (p. 4), considerando especialmente a condição de repressão política, além da opressão de gênero.

Para além dessa classificação, estes ainda seriam jornais que integram o que Cardoso (2004) identifica como um primeiro momento da imprensa feminista brasileira após 1974: até os anos 1980, as publicações estiveram mais centradas nas questões de classe e tinham como reivindicação principal a justiça social para homens e mulheres. Entre as questões políticas abordadas, a repressão da ditadura foi central. A partir dos anos 1980, no entanto, a ditadura perde força e crescem os movimentos pró-democracia, como as Diretas Já, e os jornais que circularam a partir de 1981, de acordo com a classificação de Cardoso, constituem um segundo grupo que tem maior

enfoque nas questões de gênero do que de classe, tendo como reivindicação a igualdade entre homens e mulheres, assim como na situação das mulheres e a saúde, a violência, o trabalho, a sexualidade, entre outros temas. Como questões políticas, estes jornais trazem ainda o tema da abertura democrática, a Assembleia Constituinte, maior participação da mulher no sistema partidário, entre outras, o que demonstra que a preocupação com a violência do regime diminuiu.

No entanto, estes títulos fazem parte de um grupo muito maior. A pesquisa de Cardoso encontrou 75 periódicos feministas que circularam no Brasil de 1974 a 1999 em arquivos, mas certamente outras experiências existiram. Outros jornais relevantes, para citar alguns, foram *Boletim do Centro da Mulher Brasileira*, *Boletim do Movimento de Luta por Creches*, *ChanacomChana*, *Jornal da Mulher*, *Maria Brasileira*, *Fêmea* e *Mulher Liberta Mulher*.

De forma mais ampla, saindo da esfera feminista, foram vários e relevantes os periódicos alternativos que resistiram ao governo ditatorial no Brasil, como o jornal *Versus* e *O Pasquim*. No entanto, uma rápida busca pelos termos “feminista” ou “feminismo” no arquivo d’*O Pasquim*¹¹ já nos mostra a postura negativa dos jornalistas em relação às mulheres e ao movimento feminista, como melhor evidencia a pesquisa de Lima Crescêncio (2017). Frente a isto, torna-se ainda mais evidente a relevância do trabalho dos jornais feministas durante a ditadura e, de forma geral, para o movimento feminista brasileiro.

Se isto é verdade dos contextos historiográficos, por maioria de razão o será hoje. Para tal, no entanto, como pontuam Gomes Barbosa e Varão (2018), ao se pensar em um jornalismo feminista, como abordaremos mais a frente, importa agora sair um pouco da importante História que precisa de ser registrada para avançarmos no nosso pensamento e investigação para um campo de reflexão que nos conduza ao projeto feminista de base que há por trás das publicações. Se o jornalismo tradicional se baseia em uma ideologia que valoriza o masculino, então de que forma se constrói (um)a abordagem feminista no jornalismo? São abordagens que se situam no campo da ética e epistemologia feminista que, assim, em seguida nos ocupam.

¹¹ Disponível em: <https://bndigital.bn.gov.br/dossies/o-pasquim/>. Acesso em 29/08/2020.

3.2 Ética e epistemologia feminista no jornalismo

Pudemos buscar, para este fim, inspiração na teoria feminista do *standpoint* (Anderson, 2020; Gustafson, 2018; Harding, 1993; Hekman, 1997; Steiner, 2008), assim como na ética do cuidado (Camponez, 2014; Friedman, 2013; Silveirinha, 2016; Steiner & Okrusch, 2006), embora originalmente estas tenham sido propostas em um espectro mais amplo e não direcionado para o jornalismo. Não nos caberá, aqui, no entanto, discutir a trajetória de cada uma das teorias, mas sim pensar nas suas aplicações para a ética jornalística.

Como já referimos noutra lugar, a teoria do *standpoint* “define o conhecimento como particular e não universal; abandona o observador neutro da epistemologia modernista; define os sujeitos construídos por forças relacionais como transcendentais” (Hekman, 1997, p. 356). Embora tenha sido usada principalmente para criticar a ciência e a medicina ocidentais, os seus argumentos centrais podem ser aplicados mais em geral à “busca de conhecimento” que tenha por base a ideia de que as formas pelas quais os corpos de conhecimento são socialmente situados e concretizados tanto limitam como possibilitam o que se pode conhecer.

É importante realçar que, para Harding (1993), nem o *standpoint* está, em si mesmo, isento de exame, nem as mulheres têm acesso automaticamente a algum tipo unitário de ponto de vista das mulheres — não sendo esse ponto de vista sequer um ideal. Harding, com efeito, repudiava qualquer celebração acrítica de estilos cognitivos supostamente femininos. Antes, a ideia é a de que iniciar o processo de pensamento e de conhecimento a partir da vida de pessoas e grupos marginalizados induz a fazer perguntas mais críticas e revela mais dos pressupostos não examinados que influenciam os contextos de busca de conhecimento; portanto, é mais provável que produza conhecimento mais útil em geral. Incluir as perspectivas da vida cotidiana das mulheres é “preferível” ao conhecimento científico gerado de modo supostamente objetivo, mas localizados em grupos dominantes.

É neste sentido que Hartsock (1983) reforça a importância de um ponto de vista feminista na produção de conhecimento: “o grupo dominante [...] na sociedade rotulará suas perspectivas como ‘reais’ e rejeitará outras definições. [...] embora a percepção da realidade do grupo dominante seja ‘parcial e perversa’, a do oprimido não é” (citada

em Heckman, 1997, p. 343). Assim, entende-se que o ponto de vista da mulher poderia ser emancipatório, por fazer parte de um grupo social oprimido, assim como o ponto de vista de pessoas que fazem parte de outros grupos sociais que são minorias políticas. Esse *standpoint* feminista precisa ser alcançado através de trabalho, reflexão e compreensão da teoria feminista — nem todas as mulheres, apenas por serem mulheres, teriam essa visão libertadora, de fato, e sabemos como, por vezes, é difícil para as próprias mulheres libertarem-se do *status quo*.

Com efeito, uma das lições da epistemologia feminista *standpoint* é que a produção de conhecimento inclui o contexto de descoberta e subjetividade, diferente do que vemos no entendimento tradicional do jornalismo. Pontuamos, desse modo, a importância de um ponto de vista feminista ou com perspectiva de gênero no jornalismo. Tal não deve restringir-se (apenas) a um âmbito ativista ou militante para que a construção de um poderoso discurso contra-hegemônico e a defesa de uma sociedade menos repressiva, como defende Heckman (1997), citada anteriormente, seja ampla e acessível. O jornalismo, como a ciência, deve atender ao valor da diversidade cognitiva, experiencial e institucional. A mudança proposta é a definição do ponto de vista feminista como conhecimento situado e engajado, “como um lugar a partir do qual as feministas podem articular um discurso contra-hegemônico e defender uma sociedade menos repressiva” (Heckman, 1997, p. 363).

Pensando nesta abordagem como uma fonte de reflexão importante para o jornalismo, podemos referir a Linda Steiner (2018), que afirma que esta é uma base que

oferece uma abordagem realista, prática, uma descrição não hipócrita de como entender o conhecimento como socialmente situado. Incorporando contextos de descoberta e justificação, as suas noções de reflexividade e métodos constituem um recurso prático para jornalistas que trabalham, proporcionando uma credibilidade, jornalismo ético, social e epistemologicamente responsável (p. 1858).

Pensar na validade dos pontos de vista variados, localizados e específicos, leva-nos também a considerar a ética do cuidado como uma fonte importante de reflexão para uma ética feminista no jornalismo (Camponez, 2014; Silveirinha, 2016; Steiner, 2008; Steiner & Okrusch, 2006; Wasserman, 2013). Considerando que o

cuidado é uma função atribuída historicamente e socialmente às mulheres, Held (2006, citada por Friedman, 2013) afirma que o cuidado é uma questão de gênero, o que nos demonstra que uma ética do cuidado será uma ética feminista, que valoriza este trabalho como central à sobrevivência das pessoas e de uma sociedade. Diferente de uma ética moral kantiana, universal e abstrata, os julgamentos morais baseados em uma ética do cuidado caracterizam-se como “particulares, contextuais, parciais e fundamentados na emoção” (Friedman, 2013, p. 705).

Ainda que não exista um consenso entre autoras/es sobre o que é e como deveria ser aplicada uma ética do cuidado, adotamos aqui a perspectiva de uma ética do cuidado crítica, política e que vá além das nossas relações pessoais que já envolvem o cuidado, como no trabalho de Held (2006, citada por Friedman, 2013) e Kittay (1999, citada por Friedman, 2013). Assim, “uma ética do cuidado crítica pode iluminar como as relações causam marginalização, exclusão, opressão e sofrimento” (Friedman, 2013, p. 5) e dedicar atenção a estes pontos de vista, o que se torna ainda mais importante se considerarmos, como visto acima, o potencial do ponto de vista das populações de alguma forma oprimidas.

No jornalismo, parece-nos especialmente relevante pensar a ética do cuidado no que tange à valorização do sensível, a uma quebra na dualidade entre racional e emocional, objetivo e subjetivo, uma vez que esta perspectiva “reconhece o valor moral dos sentimentos e virtudes baseadas na emoção, como empatia e sensibilidade” (Silveirinha, 2016, p. 134). Dessa forma, podemos problematizar “sobre que ou quem as/os jornalistas devem se importar” (Steiner & Okrusch, 2006, p. 104). De acordo com Steiner (2008), uma “versão politizada do cuidado exige que a mídia privilegie os problemas, histórias e contra-histórias das populações marginalizadas ou subordinadas, e outras/os que merecem cuidado e compaixão” (p. 447).

É nesta lógica que Camponéz (2014) propõe uma aproximação da ética jornalística com uma ética do cuidado feminista, mesmo que sem uma quebra com as noções de objetividade, por entender que outros contextos —“organizacionais, econômicos e corporativos” (p. 118) — afetam a qualidade do jornalismo. Uma ética do cuidado no jornalismo resgataria as noções de Gilligan (1982) na passagem de “um paradigma centrado na preocupação da legitimidade de quem deve se escutado para o de, simplesmente, escutar” (Camponéz, 2014, p. 115). Sem deslocar as noções

de rigidez informativa do jornalismo, considera-se, aqui, a interdependência dos sujeitos em sociedade, no lugar da independência, e as lógicas de cuidado como uma forma de trabalhar esta relação e de construir comunidades mais saudáveis. Este esforço envolve (re)pensar as/os “jornalistas, as fontes, os sujeitos objeto da informação, o público e o próprio jornalismo, enquanto processo dialógico de produção e construção noticiosa e numa perspectiva de responsabilidade na formação da opinião pública” (Camponez, 2014, p. 120).

É também com ligações com a ética do cuidado que Wasserman (2013) propõe uma ética da escuta, centrada no valor da dignidade humana, para a sociedade pós-*apartheid* na África do Sul, conceito que facilmente poderia ser transposto para outros contextos geográficos e históricos. “Tratar todas as pessoas com dignidade humana significa que elas não devem ser vistas como meios para o fim de um jornalismo adversário [...], mas como fins em si mesmas. Isso implica ouvir as suas histórias” (Wasserman, 2013, p. 78). Esta ética da escuta estaria centrada em uma perspectiva de mudança do jornalismo e da sociedade, especialmente ao focar-se na dignidade de pessoas socialmente marginalizadas, trabalhando em uma posição mais próxima da população, como um “*gate-opener*” em oposição à noção tradicional de “*gatekeeper*”, para conectar discussões de experiências entre cidadãs/ãos com a política.

Olhando para os contributos da ética e da teoria feminista, podemos pensar em um jornalismo mais humano, mais responsável e, de fato, mais diverso, uma vez que terá em maior atenção às populações oprimidas ou marginalizadas. Para além disso, considerar as pessoas entrevistadas como fins em si próprias, em vez de apenas como meios para lograr a publicação de uma boa reportagem, faz-nos repensar o processo de construção dos textos jornalísticos — a postura das/os repórteres, a forma de conduzir as entrevistas, os recortes sobre os temas, entre outras inúmeras frentes de reflexão possíveis. É claro que, a partir disso, não há apenas uma abordagem viável, mas sim várias, que propõem centralmente quebras com a objetividade jornalística tradicional, inclusive no que toca à participação social e política das/os jornalistas, que acreditamos ser de suma importância para a obtenção de um conteúdo mais responsável, mas também para uma democracia mais participativa.

Com estes primeiros quatro pontos da nossa dissertação, acreditamos ter construído uma base teórica e histórica que nos permite olhar, com maior entendimento, para o jornalismo feminista brasileiro de hoje, pensando as suas práticas, especialmente a sua ética. Assim, nos ocuparemos, em seguida, de estudos de caso das plataformas online Revista AzMina e Gênero e Número.

4 O jornalismo feminista das plataformas Revista AzMina e Gênero e Número

Com a revisão bibliográfica realizada nos capítulos anteriores, entendemos ter embasamento suficiente para proceder com uma discussão mais ampla sobre a aplicação de uma ética feminista no jornalismo e sobre o jornalismo feminista. Assim, passamos, neste ponto, para uma parte empírica deste trabalho: dois estudos de caso, em que damos atenção ao conteúdo de duas plataformas online, nativas digitais, de jornalismo feminista brasileiras: a Revista AzMina¹² e a Gênero e Número¹³, ambas criadas em 2016. As suas iniciativas têm os conteúdos abertos, ou seja, sem restrição de leitura. A seguir, detalhamos a metodologia aplicada.

4.1 Metodologia

As iniciativas a serem analisadas neste trabalho foram selecionadas em razão da sua relevância e alcance no contexto do jornalismo e dos feminismos brasileiros. De acordo com o relatório de atividades da Revista AzMina de 2019¹⁴, o site recebeu 2,4 milhões de acessos no ano passado, dado não disponibilizado pela Gênero e Número. A colaboração entre as duas plataformas chamou-nos a atenção, uma vez que entendemos esta prática, em si, como uma forma de quebra com a competitividade presente no jornalismo industrial.

Pesquisas recentes (Bittelbrun, 2019; Buitoni & Lopes, 2018; Casadei & Makita, 2019; A. T. da Silva, 2018; Del Vecchio-Lima & de Souza, 2017; Rodembusch & Fritsch, 2017; Rossi & Manente, 2019; Schander & Bertasso, 2019) têm dedicado

¹² Disponível em <https://azmina.com.br/>. Acesso em 15/09/2020.

¹³ Disponível em <http://www.generonumero.media/>. Acesso em 15/09/2020.

¹⁴ Disponível em <https://drive.google.com/file/d/1qfjndSOEaLIDtKWQSkAlMyZt5jDEwmtl/view>. Acesso em 15/09/2020.

atenção às plataformas, mostrando uma panóplia de possibilidades de análise do jornalismo alternativo, independente e feminista.

Nesta parte empírica do trabalho, que pretende analisar formas de aplicação da ética e epistemologia feministas na prática jornalística, utilizamo-nos de duas abordagens, que detalharemos a seguir, olhando para os *textos* produzidos pelas iniciativas selecionadas.

O corpus de análise é composto pelos estatutos editoriais da Revista AzMina (AM) e da Gênero e Número (GN) e as reportagens publicadas nos sites de ambas as iniciativas entre os meses de janeiro e maio de 2020.

No que tange aos estatutos editoriais, foram coletados os conteúdos disponíveis nas páginas “Quem somos”¹⁵ e “Missão, visão e valores”¹⁶ da AM, e “Sobre”¹⁷, da GN.

A coleta das reportagens foi realizada no decorrer do período analisado, selecionando todos os textos publicados nas categorias de reportagem de ambas as plataformas durante estes cinco meses, incluindo as republicações, em razão de entendermos que, para serem republicadas, precisariam de atender a critérios das iniciativas analisadas.

No total, recolhemos 56 matérias no site da Revista AzMina e 49 no site da Gênero e Número¹⁸. Importa destacar que as duas iniciativas analisadas republicam textos mutuamente e trabalham em conjunto em alguns casos. 19 publicações, assim, eram as mesmas dentro do corpus coletado. Fazendo este recorte, o corpus contém 86 textos diferentes a serem analisados. Como é possível depreender destes números, a produção até fevereiro, no caso da AM, ou até março, no caso da GN, foi mais reduzida.

Abaixo, detalhamos a composição do corpus a partir da autoria das publicações: própria (de produção de jornalistas das plataformas), em colaboração e republicações (publicações de autoria externa às plataformas).

¹⁵ Disponível em <https://azmina.com.br/sobre/quem-somos/>. Acesso em 15/09/2020.

¹⁶ Disponível em <https://azmina.com.br/missao-visao-e-valores/>. Acesso em 15/09/2020.

¹⁷ Disponível em <http://www.generonumero.media/institucional/>. Acesso em 15/09/2020.

¹⁸ Reunimos todas as reportagens recolhidas para comporem o corpus de análise em um documento único, disponível em <https://bit.ly/3mPLieB>.

Tabela 2. Detalhamento do corpus de reportagens coletadas na Revista AzMina.

	Total de publicações	Publicações de autoria própria	Publicações de autoria em colaboração	Republicações
Janeiro	5	5	0	0
Fevereiro	6	4	0	2
Março	17	10	1	6
Abril	16	8	3	5
Maio	12	6	0	6

Tabela 3. Detalhamento do corpus de reportagens coletadas na Gênero e Número.

	Total de publicações	Publicações de autoria própria	Publicações de autoria em colaboração	Republicações
Janeiro	5	5	0	0
Fevereiro	4	4	0	0
Março	7	5	2	0
Abril	17	10	2	5
Maio	16	11	0	5

A partir do dia 19 de março, em ambas as plataformas, as reportagens passaram a abordar a pandemia do novo coronavírus, que começava a se agravar no Brasil. Esta situação epidemiológica, como é evidente, é uma situação atípica, que acaba por dominar a agenda midiática. Com consciência de que esta realidade particulariza, em algum nível, a nossa análise, uma vez que um tema único está presente em uma grande parcela dos textos, tomamos a decisão de manter este recorte temporal, porque nos parece ainda mais importante pensar a relevância de uma ética feminista no jornalismo em tempos de crise, especialmente uma crise que, como esta, evidenciou problemas estruturais já patentes anteriormente.

Assim, procedemos inicialmente a partir de uma abordagem qualitativa, aplicando a metodologia de análise textual. Em seguida, ocupamo-nos com uma breve análise quantitativa, olhando para as pessoas citadas nos textos coletados.

No âmbito da análise qualitativa, utilizamos a análise textual, um método que “vai além do conteúdo manifesto para entender as ideologias predominantes de um determinado momento histórico e cultural que tornam possível uma cobertura específica” (Fürsich, 2018), para olhar para os textos do corpus. De fato, esta metodologia é por vezes criticada por não considerar o contexto de produção dos

textos e a sua recepção pelo público (Fürsich, 2009), o que certamente seria um contributo significativo para esta análise. No entanto, entendemos, como defende Fürsich (2009, p. 238), que “os textos midiáticos apresentam um momento discursivo distinto, entre a codificação e a decodificação, o que justifica um engajamento acadêmico especial” com a análise textual, que, em si, “pode elucidar a estrutura narrativa, os arranjos simbólicos e o potencial ideológico do conteúdo da mídia” (idem, p. 239).

Esta perspectiva metodológica, baseada em um *framework* construcionista, compreende que os textos podem ser interpretados de múltiplas formas, e, por isso, a “análise textual segue uma abordagem indutiva e interpretativa, encontrando padrões no material que levam a ‘leituras’ baseadas no vaivém entre a observação e a análise contextual” (Fürsich, 2018).

Dessa forma, estruturamos a nossa análise textual em dois momentos: primeiro, olhamos para os estatutos editoriais de ambas as plataformas e, depois, para as reportagens. Para as reportagens, construímos seis categorias, nas quais se distribuirão a nossa análise: enquadramento das reportagens com perspectiva de gênero; valorização da experiência das mulheres; enquadramento das reportagens com perspectiva de raça e/ou etnia; atenção às populações mais vulneráveis; apoio ao movimento, ideais e ideias feministas e orientação para a ação. Estas proposições foram criadas indutivamente, a partir de uma primeira leitura crítica do material recolhido para análise e pensando nos conceitos de jornalismo feminista expostos anteriormente.

Para além da análise qualitativa do corpus coletado, em um segundo momento procedemos com uma breve análise quantitativa das pessoas citadas nas publicações. Esta análise foi inspirada na metodologia de monitoramento midiático e codificação do Global Media Monitoring Project¹⁹, a partir da qual criamos uma tabela para coleta de dados. Utilizamos apenas a categoria das “pessoas na notícia”. As categorias presentes na nossa codificação são: número da reportagem; uso de fontes, cujas opções são pessoa ou fonte secundária (documentos, notas etc.); gênero, cujas opções são feminino, masculino, outro e não sabe; raça/etnia, cujas opções são branca, negra, indígena, outra e não sabe; faixa etária, cujas opções são 12 anos ou

¹⁹ Disponível em <https://bit.ly/32XyWcF>. Acesso em 15/09/2020.

menos, de 13 a 18 anos, de 19 a 34 anos, de 35 a 49 anos, de 50 a 64 anos, 65 anos ou mais e não sabe; e, por fim, citação como especialista, cujas categorias são sim e não.

Adicionamos a categoria de raça/etnia, que não está presente na pesquisa do GMMP. Esta codificação foi feita a partir do conteúdo manifesto no texto e das fotografias²⁰. A decisão de analisar também as fotos foi feita em razão de os textos destacarem a raça/etnia das pessoas entrevistadas apenas quando era relevante para a matéria e/ou contexto, especialmente das pessoas não brancas. No entanto, e porque as desigualdades são interseccionais, interessa-nos ver, para além do gênero, a raça/etnia das pessoas citadas no jornalismo de ambas as plataformas analisadas. Também criamos a categoria de citação como especialista, porque nos importa entender o gênero das pessoas citadas desta forma nas reportagens, considerando o baixo índice de referência a mulheres especialistas no jornalismo tradicional, como mostra o relatório do GMMP de 2015 (Macharia, 2015).

A partir da leitura dos textos, codificamos todas as pessoas citadas em cada publicação, a fim de entender quem são as pessoas sendo ouvidas, direta ou indiretamente. Para isso, atentamo-nos ao uso de aspas e verbos declaratórios. Pessoas citadas através de trechos de textos acadêmicos ou outros materiais escritos foram codificadas. Pessoas apenas mencionadas na notícia não foram codificadas, como exemplificamos a seguir.

No caso do excerto “Em São Paulo, em entrevista ao G1, o secretário municipal de educação, Bruno Caetano, *anunciou* que a entrega de merendas será feita em duas etapas”²¹, codificamos o secretário, ainda que ele não tenha sido entrevistado pela reportagem da Gênero e Número. Já no trecho “O presidente [da Nicarágua] Daniel Ortega não aparece em público há mais de um mês”²², não codificamos o

²⁰ No que toca à codificação de raça/etnia a partir do texto, nem sempre a raça/etnia da pessoa era mencionada na apresentação da fonte. No entanto, quando possível depreender pelo contexto, a raça/etnia da pessoa foi codificada. Nas fotos, só codificamos quando não haveria dúvida do enquadramento racial/étnico da pessoa. Demais casos permaneceram como “não sabe”.

²¹ Trecho da reportagem “Como famílias estão se virando com a alimentação das crianças sem aulas nas periferias de SP e RJ”, publicada em 2 de abril pela GN. Disponível em <http://www.generonumero.media/alimentacao-criancas-coronavirus-periferia-sp-rj/>. Acesso em 15/09/2020.

²² Trecho da reportagem “Como vão os direitos reprodutivos na América Latina durante a pandemia do coronavírus”, publicada em 16 de abril pela GN. Disponível em <http://www.generonumero.media/como-estao-os-direitos-reprodutivos-na-america-latina-em-tempos-de-coronavirus/>. Acesso em 15/09/2020.

presidente. Na situação do trecho a seguir, não codificamos as mulheres trabalhadora e a empregadora, mas sim Silvia dos Santos, presidenta do Sindicato das Domésticas do Município em São Paulo:

“Atendemos uma doméstica que há tempos vem passando dificuldades com a patroa. Este ano ela foi para o litoral tomar conta do filho da empregadora, mas não recebeu pelas horas extras que trabalhou na viagem [...]”. O relato de Silvia Maria Silva dos Santos, presidenta do Sindicato das Domésticas do Município de São Paulo, mostra a escalada de abusos, que começa muito antes da pandemia e, de fato, remonta ao Brasil colonial.²³

Ainda que não seja o foco principal do nosso trabalho, uma vez que entendemos as problemáticas associadas às análises apenas quantitativas no que tange ao contexto de produção do jornalismo, decidimos realizar esta codificação a fim de comparação com os dados das pessoas nas notícias do jornalismo tradicional, conforme o monitoramento feito em 2015 pelo GMMP (Macharia, 2015).

Tendo explicitado os procedimentos realizados para a análise, seguimos agora para os resultados encontrados na leitura. Começamos com a análise dos estatutos editoriais, seguida pela análise das reportagens e, por último, passamos para a análise qualitativa das pessoas ouvidas nas reportagens.

4.2 Jornalismo contra o machismo, pelo debate sobre a equidade de gênero: análise dos estatutos editoriais das plataformas

Porque anteriormente pensamos na ética jornalística, especialmente na objetividade, importa-nos entender de que forma ambos os veículos selecionados para a análise neste trabalho posicionam-se editorialmente.

²³ Trecho da reportagem “PEC das domésticas completa 7 anos golpeada por coronavírus”, publicada em 4 de abril pela AM. Disponível em <https://azmina.com.br/reportagens/pec-das-domesticas-7-anos-coronavirus/>. Acesso em 15/09/2020.

4.2.1 *Estatuto editorial da Revista AzMina*

Olhamos, inicialmente, para o estatuto editorial da Revista AzMina. A primeira frase do “Quem somos” da iniciativa, que se define como uma instituição sem fins lucrativos, já contém um posicionamento contundente e importante no âmbito das nossas discussões:

Jornalismo, tecnologia e informação *contra o machismo*.

A ideologia da objetividade, adotada no jornalismo tradicional, como já abordado, defende que o jornalismo precisa ser isento em relação às questões sociais, econômicas e políticas que aborda, o que se traduz, muitas vezes, em uma abordagem desinteressada dessas questões. Por outro lado, a ideia de que, centralmente, o jornalismo d’AzMina irá se opor ao machismo quebra diretamente com esta lógica, justamente por pautar o seu conteúdo na desconstrução e no combate da opressão de gênero. Isto traduz-se na forma em que assuntos diversos serão tratados, enquadrados e discutidos, como veremos na análise das reportagens.

Parece-nos interessante pensar neste posicionamento à luz do argumento de Cohen-Almagor (2008), que defende que o jornalismo abandone a objetividade ao tratar de assuntos como terrorismo, racismo, canibalismo, genocídio e escravidão, por exemplo. Como dissemos anteriormente, acreditamos ser de suma importância que o jornalismo se porte desta maneira também em relação às questões de gênero, que é o que vemos aqui.

A plataforma define como sua missão a promoção da

equidade de gênero por meio da informação e da educação, considerando especificidades de raças, classe e orientação sexual.

Aqui, podemos ver que AzMina entendem a sua produção de conteúdo como parte do processo de luta em direção à equidade de gênero. Ainda, ao detalhar que considera as questões de raça, classe e sexualidade, a iniciativa demonstra entendimento de que as opressões de gênero devem ser vistas a partir de uma

perspectiva interseccional, uma importante contribuição dos estudos de mulheres negras aos feminismos (Carastathis, 2014). Isto é dizer mulheres brancas, negras e indígenas, ricas e pobres, heterossexuais e lésbicas, cis e transgêneras, entre outras frentes de opressão possíveis, sofrerão de formas diferentes. Na prática jornalística, entendemos que ter esta perspectiva interseccional, dentro de um contexto de atenção às questões de gênero, significa pautar as questões das mulheres de forma ampla, destacando, para além do machismo, o racismo e o classismo vigentes na sociedade brasileira (e em outras), assim como possivelmente discutir estes temas individualmente.

O estatuto editorial da plataforma lista também os valores que guiam as suas atividades. Destacamos a empatia:

AzMina procura se colocar no lugar do outro. Nosso jeito de contar histórias e de difundir o conhecimento passa pela *escuta genuína e interessada*, reconhecendo a singularidade de cada indivíduo e buscando soluções coletivas.

Esta proposição tem fortes ligações com a ética do cuidado (Friedman, 2013), discutida no capítulo anterior como uma das possíveis contribuições da epistemologia feminista para o jornalismo.

A “escuta genuína e interessada”, que também propõe uma quebra com a abordagem objetiva *desinteressada*, é central neste sentido. Ao propor uma ética da escuta para o jornalismo, baseada justamente na ética do cuidado, Wasserman (2013, p. 78), já citado anteriormente, considera que “Tratar todas as pessoas com dignidade humana significa que elas não devem ser vistas como meios para o fim de um jornalismo adversário [...], mas como fins em si mesmas. Isso implica ouvir as suas histórias”.

O “reconhecer da singularidade de cada indivíduo” serve na defesa de que é válido escutar pessoas múltiplas e destacar as suas experiências, porque qualquer que seja a sua perspectiva, será única. Para Camponez (2014, p. 115), adotar uma ética do cuidado no jornalismo envolve abandonar “um paradigma centrado na preocupação da legitimidade de quem deve se escutado para [adotar] o de, simplesmente, escutar”. Isto se conecta com outro dos valores apontados pela Revista AzMina, o da diversidade: “quanto mais vozes diferentes, mais longe a voz d’AzMina

chegará e mais gente se sentirá parte dela. Temos o compromisso de trazer para o debate público vozes de diversas raças, classes, ideologias, orientações sexuais e gêneros”.

A plataforma compromete-se também com o diálogo “como forma de promover a transformação” e ressalta que busca, de novo, dar espaço a diferentes pontos de vista. Considerando a crítica de Allan (1998) à política de verdade do jornalismo tradicional – uma postura que apresenta o conhecimento construído individualmente como verdade absoluta –, o comprometimento para com o diálogo mostra uma abertura para a construção coletiva, ou dialógica, para usar o termo bakhtiniano, do conhecimento.

No que tange ao rigor da produção jornalística da Revista AzMina, cabe destacarmos dois dos valores listados no seu estatuto editorial:

Excelência e responsabilidade na apuração e na transmissão de conteúdo [...]
Transparência: Dados e processos abertos e compartilhados sempre.

É possível depreender a partir destes excertos a seriedade com a qual é levada a produção do conteúdo jornalístico da plataforma. A transparência, inclusive, é uma das estratégias que nos parece mais relevantes para a obtenção de um jornalismo responsável, uma vez que as bases de dados utilizadas podem ser checadadas por mais pessoas e, ainda, aplicadas para outros fins.

Pensando neste ponto à luz do que argumenta Glasser (1984), de que a objetividade impossibilita a responsabilidade no jornalismo – “se, por reportagem responsável, queremos referir à disponibilidade por parte da/o repórter de ser responsabilizado por aquilo que é reportado” –, o comprometimento com a apuração e a transmissão do conteúdo e com a transparência dos dados torna-se ainda mais relevante.

Outro ponto que nos parece relevante é que o texto não refere a palavra “mulheres”, optando por pela utilização do conceito de gênero. Importa, por fim, dizermos que o estatuto editorial analisado não menciona, em nenhum momento, o conceito de objetividade.

4.2.2 Estatuto editorial da *Gênero e Número*

Passamos agora para uma leitura do estatuto editorial da *Gênero e Número*. A revista define-se como uma “start-up e organização de mídia independente” que pratica “jornalismo de nicho”. O texto afirma que a GN

existe para dar visibilidade a dados e a evidências relevantes para o debate sobre equidade de gênero.

através do conteúdo jornalístico, mas não apenas nesta frente, criando também espaço para “formatos diversos para expandir debates e narrativas”.

O destaque aos dados é uma das características centrais do projeto, como diz o próprio nome: *Gênero e Número*. Parece-nos interessante, aqui também, apontar para a utilização do conceito de “gênero”, tanto no nome do projeto como no seu estatuto editorial, sem referenciar nominalmente o direcionamento às mulheres (e nem utilizar a palavra mulher ou mulheres) em nenhum ponto do texto.

A partir deste excerto, identificamos que o objetivo da iniciativa está, justamente, em *dar visibilidade a dados e evidências*, sendo esta a sua contribuição para qualificar o debate. Posicionando os “dados e evidências” como objetos externos, essa construção remete a uma valorização dos “fatos”, característica da objetividade jornalística, como discutido no primeiro capítulo. Isto fica mais evidente no seguinte trecho:

A produção jornalística que preza pelos *fatos* e dados abertos é nosso carro-chefe.

Para além da referência ao jornalismo guiado por dados, aqui, replica-se a ideia de que existe uma separação entre os fatos, que são valorizados, e opinião, parte de uma série de antagonismos como racionalidade e emoção, objetividade e subjetividade.

Com efeito, a iniciativa não se entende como ativista:

É comum que se confunda esse *jornalismo de nicho* com ativismo, mas a nossa missão é produzir jornalismo plural e preciso.

O nicho, neste caso, seria o jornalismo de dados com atenção ao gênero, com fim de qualificar o debate público. Sobre o excerto citado, poder-se-ia argumentar que há a criação de um antagonismo entre a *precisão* do conteúdo jornalístico e do conteúdo ativista. Entendemos, entretanto, que esta pode ser uma forma de afirmar-se como um veículo de comunicação mais próximo do âmbito profissional, o que se aproxima da abordagem objetiva mencionada anteriormente. É inevitável relacionar estes apontamentos à concepção de gênero como uma forma de capital simbólico:” onde a feminilidade tem um valor simbólico, uma mulher pode ‘compensar’ esse sinal negativo adquirindo outras formas de capital: profissional, cultural, econômico ou social” (Djerf-Pierre, 2007, p. 82), “uma mulher” sendo, neste caso, o foco nas questões de gênero, assim como uma equipe constituída quase que exclusivamente por mulheres.

No entanto, em outros pontos, o posicionamento do veículo distancia-se da ideia tradicional da objetividade. É neste sentido que associamos este posicionamento ético com a proposta de objetividade holística de Ward (2019), que defende que o jornalismo deve ser comprometido com a defesa de uma causa, a de uma democracia igualitária, “que busca equidade o tanto quanto liberdade, defende o estado de direito, protege os direitos das minorias das maiorias intolerantes e encoraja o debate respeitoso” (idem, p. 32).

Vemos esta associação especialmente considerando o seguinte trecho:

[a GN] propõe-se a aprofundar temas principalmente relacionados a uma agenda de direitos a partir de dados e de vozes legítimas e comprometidas com o diálogo amplo que a democracia pressupõe.

Pensar em uma democracia verdadeiramente participativa implica em, entendemos, dar espaço para as pessoas que não são ouvidas hoje – aquelas marginalizadas social, cultural e economicamente, o que, mais uma vez, podemos referir a uma ética do cuidado no jornalismo. Essa atenção às desigualdades também está presente, indiretamente, em outro ponto do estatuto editorial: a diversidade é apontada como um dos “valores que regem o nosso trabalho”, assim como a

transparência. Esta última é especialmente relevante no contexto de um jornalismo de dados, possibilitando o acesso às informações que baseiam as investigações, como mencionado anteriormente, na análise do estatuto editorial da Revista AzMina.

Evidentemente, são dois posicionamento editoriais diferentes, mesmo que ambos os projetos compartilhem uma série de características: plataformas que tem a produção de conteúdo voltada para a promoção da equidade de gênero, com valores como diversidade e transparência, nativas digitais, independentes, financiadas através de financiamentos coletivos. Talvez por este motivo, a Revista AzMina e a Gênero e Número colaboram em reportagens construídas em parceria e republicam conteúdo mutuamente, como veremos na análise das reportagens a seguir. Parece-nos interessante pontuar este movimento como uma quebra com a lógica da competitividade patente no jornalismo tradicional em duas frentes: primeiramente, como iniciativas independentes e sem uma lógica comercial, a colaboração torna-se possível: depois, a partir de um ponto de vista feminista, da ética do cuidado, a interdependência das iniciativas, que caminham para um objetivo comum, vista de uma forma positiva, leva à colaboração. A partir da teoria do *standpoint* feminista, apontamos ainda para a relevância de diversificar os pontos de vista que estão em contato no âmbito da produção dos conteúdos jornalísticos.

4.3 Jornalismo atento às mulheres: análise textual das publicações

Após termos olhado para os estatutos editoriais das publicações, passamos para a análise das reportagens publicadas pela Revista AzMina e a Gênero e Número entre os meses de janeiro e maio de 2020.

Como já indicado, o período de coleta compreende o início da pandemia de coronavírus no Brasil, estando o tema presente nas matérias de forma quase que absoluta a partir do dia 19 de março. Dessa forma, destacamos que o nosso corpus, a nível de datas de publicação, é representativo dos dois momentos, pré e pós coronavírus.

A construção teórica anterior demonstra-nos, por si só, a falta de atenção do jornalismo tradicional à vida das mulheres. No entanto, em um momento de crise, importa pensar sobre os impactos de uma pandemia, assim como de uma crise

econômica, sobre diferentes setores da população, e não universalizar este grupo como um só. À luz do recente relatório *The Missing Perspectives of Women in COVID-19 News* (Kassova, 2020), parece-nos ainda mais relevante pensar sobre a representação das mulheres e demais grupos minoritários politicamente, assim como à atenção dada a estes.

Com isto em mente, e como já referimos, estruturamos a nossa análise textual a partir de seis categorias, criadas a partir de uma leitura crítica das reportagens e também baseadas nas discussões teóricas feitas na primeira parte deste trabalho: *enquadramento com perspectiva de gênero; valorização da experiência das mulheres; enquadramento com perspectiva de raça e/ou etnia; atenção às populações mais vulneráveis; apoio ao movimento, ideais e ideias feministas; orientação para a ação.*

Estas categorias servir-nos-ão para analisarmos a abordagem presente na produção jornalística das plataformas analisadas, confirmando, ou não, a análise dos seus estatutos editoriais e das ideias feministas neles presentes. Relembramos aqui a definição de Linda Steiner (2019, p. 7) sobre o jornalismo feminista, que carregará “o compromisso de levar as mulheres a sério — suas vidas, suas ideias e possibilidades, bem como suas diferenças”, empenho que vemos se desdobrar nas categorias a seguir. Importa enfatizar, ainda, que não se tratam de categorias fixas ou absolutas. De fato, existem várias reportagens que poderiam ser enquadradas em mais de uma delas. No entanto, apresentaremos exemplos que demonstram a atenção dada a cada determinada categoria.

4.3.1 Enquadramento com perspectiva de gênero

Para pensar sobre esta categoria, voltamos à entrada das mulheres no jornalismo, inicialmente restrita às “páginas de mulheres” ou, em algum nível, o que se convencionou chamar de “jornalismo feminino” – conteúdo voltado para leitoras também mulheres. As questões abordadas estavam comumente relacionadas aos papéis de gênero atribuídos social e culturalmente, como comida, moda, mobília e a família (Geertsema-Sligh, 2018). No entanto, com a ampliação da participação das mulheres na esfera produtiva, o escopo deste tipo de cobertura aumentou, até ao momento em que se entendeu que elas deveriam produzir e consumir notícias

inseridas nos jornais de forma ampla, e não mais restritas a uma editoria específica – ainda que, até hoje, se verifique uma maior presença das mulheres jornalistas nas editorias de *soft news*.

Apesar de representar um avanço, esta postura acabou por complexificar a possibilidade de atenção ao gênero de uma forma geral – ou, poderíamos ainda dizer, à vida das mulheres, mais especificamente. Com tendências de universalização, o jornalismo tende a reportar sobre temáticas amplas, sem fazer recortes de gênero, raça e classe. De fato, como já abordado, problematizar estas questões, especialmente dentro da lógica comercial do jornalismo, de uma abordagem ética objetiva, torna-se mais difícil e raro (Iggers, 1999).

É por esta razão que entendemos ser necessário pensar em enquadramentos específicos, principalmente em relação ao gênero, mas não só, como veremos a seguir. Defendemos que falar de mulheres é falar também das suas opressões, das maiores dificuldades enfrentadas pelas mulheres negras e indígenas, pelas mulheres trans, pelas mulheres lésbicas, pelas mulheres portadoras de deficiência e mais toda uma panóplia de opressões que podem se interseccionar.

Podemos relacionar este recorte à conceitualização de “*gender awareness*”, como proposta pela metodologia de pesquisa qualitativa do GMMP²⁴. Assim, abordamos agora o enquadramento das notícias a fim de dar atenção às desigualdades de gênero — ou seja, que, quebrando a norma do masculino universal, pauta a vida das mulheres.

Uma série de reportagens presentes no corpus aborda a presença e a entrada de mulheres na política, especialmente considerando que em 2020 ocorrem eleições para o executivo e legislativo municipais no Brasil.

Publicada no dia 4 de fevereiro de 2020 na AM, “Mulheres na política: panorama após eleições de 2018”²⁵ é o quinto episódio da *websérie* “Mulheres na política”, produzida pelo coletivo audiovisual de mulheres FLUXA em parceria com a plataforma.

²⁴ Disponível em <http://whomakesthenews.org/gmmp-2020/media-monitoring/methodology-guides-and-coding-tools#PT>. Acesso em 15/09/2020.

²⁵ Disponível em <https://azmina.com.br/reportagens/mulheres-na-politica-panorama-apos-eleicoes-de-2018/>. Acesso em 15/09/2020.

No dia 13 de fevereiro, também na AM, foi publicada a reportagem “Mulheres que já se candidataram contam o que aprenderam com as eleições”²⁶, que aborda também esta mesma questão, trazendo os resultados da pesquisa Jornada da Candidata, divulgada pelo coletivo Vote Nelas. A pesquisa entrevistou 34 mulheres que se candidataram às eleições de 2016 e 2018.

O foco nesta questão segue no decorrer dos meses. Em 9 de abril, a AM publica a reportagem “Movimentos de formação política preparam mulheres para as eleições 2020”²⁷, apresentando uma série de projetos atuantes na área e dando destaque para as suas políticas de diversidade e representatividade. Uma das entrevistadas desta matéria é a pré-candidata a vereadora por São Paulo Keit Lima, que destaca “que o histórico dos partidos mostra que os negros recebem menos verba publicitária”.

Já durante a pandemia do coronavírus, em 8 de maio, a Gênero e Número publicou “Eficientes contra o coronavírus, países governados por mulheres se destacam em políticas de igualdade de gênero”²⁸. A reportagem foi republicada pela AM em 12 de maio.

Durante o período da pandemia, deu-se também bastante atenção às mulheres no trabalho. Um bom exemplo é a reportagem feita em parceria entre a AM e a GN, “Enfermeiras na linha de frente contra o coronavírus”²⁹, publicada em 19 de março por ambas as plataformas. O texto destaca a crise nos sistemas de saúde, e, para além de destacar a precariedade do trabalho, ressalta que 85% das pessoas na categoria de enfermagem são mulheres. É possível identificar uma atenção às angústias das mulheres, sem desconsiderar a saúde mental, como é visível na citação da entrevistada “cuja identidade será preservada pela reportagem”, enfermeira na Unidade de Terapia Intensiva do Hospital São Paulo:

²⁶ Disponível em <https://azmina.com.br/reportagens/mulheres-que-ja-se-candidataram-contam-o-que-aprenderam-com-as-eleicoes/>. Acesso em 15/09/2020.

²⁷ Disponível em <https://azmina.com.br/reportagens/movimentos-de-formacao-politica-preparam-mulheres-para-as-eleicoes-2020/>. Acesso em 15/09/2020.

²⁸ Disponível em <http://www.generonumero.media/eficientes-coronavirus-paises-governados-por-mulheres/>. Acesso em 15/09/2020.

²⁹ Disponível em <http://www.generonumero.media/enfermeiras-na-linha-de-frente-contr-o-coronavirus/>. Acesso em 15/09/2020.

“O que dá medo é a nossa saturação mental e física. Nós já trabalhamos em um ambiente bem estressante e, com uma doença tão perigosa, a insegurança também aumenta. A gente não sabe o que vem por aí”.

Sobre este caso, cabe ainda destacar que práticas como buscar o contraditório não são esquecidas – logo em seguida à citação da entrevistada, o texto refere que o Hospital São Paulo foi procurado e a UTI informou que “todo o corpo de saúde do HSP está devidamente orientado e segue o protocolo de atendimento determinado pelo Ministério da Saúde”.

Outro exemplo é a reportagem “Incerteza para trabalhadoras formais marca Dia do Trabalho atípico em meio à crise do novo coronavírus”³⁰, publicada pela GN no dia 30 de abril. O subtítulo diz “Governo anuncia mais de 4 milhões de ‘empregos preservados’, mas cálculo dos valores a serem recebidos é complicado e não há política direcionada para mulheres que têm carteira assinada”, já destacando a necessidade de um recorte de gênero ser feito nas políticas públicas. Parece-nos interessante olhar, ainda, para a forma de representação das mulheres citadas na matéria. A publicação traz o caso de Iara, um nome fictício inserido à pedido da entrevistada, de 30 anos, que

não foi informada pelo seu empregador [...] quando o dinheiro cairá em sua conta bancária e, principalmente, qual será o valor recebido. A apreensão e a angústia aumentam a cada dia, já que ela, junto com uma irmã, é responsável pelo sustento de uma casa com 5 pessoas.

Por fim, e porque entendemos que as questões de pessoas transexuais devem ser também abordadas em um contexto de recortes de gênero, destacamos dois casos que retratam a realidade de pessoas trans. “Emprego formal ainda é exceção entre pessoas trans”³¹, publicada pela AM no dia 29 de janeiro, destaca a marginalização da população trans e travesti no mundo do trabalho no Brasil, onde “90% desta população tem a prostituição como fonte de renda e possibilidade de

³⁰ Disponível em <http://www.generonumero.media/dia-trabalhador-coronavirus-falta-transparencia-trabalho/>. Acesso em 15/09/2020.

³¹ Disponível em <https://azmina.com.br/reportagens/trans-no-mercado-de-trabalho/>. Acesso em 15/09/2020.

subsistência”. Publicada em 16 de abril pela GN, em parceria com a iniciativa de jornalismo independente *Énois*, a reportagem “Isolamento social limita acesso de população a tratamento transexualizador no SUS”³² faz um levantamento sobre o uso do sistema público de saúde a partir de dados do DataSUS, base disponibilizada ao fim da reportagem, o que se liga com o princípio de transparência indicado no estatuto editorial da plataforma.

4.3.2 Valorização da experiência das mulheres

Considerando a ideia de que o pessoal é político, popularizada com a segunda onda dos feminismos no norte global, olhamos agora para a inserção da experiência das mulheres no jornalismo das plataformas analisadas. Neste sentido, as teorias feministas abordadas no capítulo anterior ajudam-nos a pensar na importância dessa estratégia. O *standpoint* feminista define que, por todo o conhecimento ser localizado socialmente, o nosso lugar informa tudo o que podemos saber e como, possibilitando e limitando o alcance desse saber. A partir disso, é possível argumentar pela valorização da diversidade das fontes, assim como pela inserção das suas experiências. Igualmente, a ética do cuidado mostra-nos a necessidade e a importância deste contato e da escuta, assim como do respeito às diferentes trajetórias.

Como mencionado anteriormente, a naturalização dos binarismos de gênero acaba por atribuir uma série de comportamentos e funções como inatos às mulheres. Entre eles, está principalmente o trabalho reprodutivo, que se desdobra no trabalho doméstico e nos cuidados. Voltamos a referir Silvia Federici, quando fala justamente desta naturalização: “[o trabalho doméstico] foi transformado em um atributo natural da psique e da personalidade femininas” (2018, p. 43). Isto torna-se parte visível da experiência das mulheres, como evidenciado em reportagens que compõem o nosso corpus.

³² Disponível em <http://www.generonumero.media/isolamento-acesso-trans-saude/>. Acesso em 15/09/2020.

Publicada em 8 de maio, a matéria “Coronavírus: mulheres mudam rotina para cuidar de mães na quarentena”³³ traz os casos de três mulheres que se responsabilizaram pelo cuidado das suas mães. Solange de Albuquerque, de 61 anos, é uma dessas pessoas:

Desde 2013, ela dividia, com duas cuidadoras que se revezam, as responsabilidades com a rotina da sua mãe, dona Selma, 83 anos, que sofre de Alzheimer. Agora ela está completamente responsável pela mãe. [...] “Foi difícil, primeiro por eu estar sozinha e com muito trabalho físico. Segundo, eu tinha medo da mamãe piorar, ir embora, precisar internar, ir ao hospital justamente nessa época que é de isolamento. De ficar sem vê-la e sem poder cuidar dela, deixá-la sozinha”.

De uma forma mais direta, a reportagem “Os corres de uma mulher trans na pandemia”³⁴, de autoria de Sanara Santos, da *Énois*, e republicada pela AM em 19 de maio e pela GN em 27 de maio no âmbito da cobertura colaborativa sobre mulheres e coronavírus, aborda a trajetória e as atividades de Neon Cunha, “a primeira mulher trans a mudar de nome sem diagnóstico de patologia no Brasil”. De acordo com o texto, durante a pandemia, a ativista articulou redes

para arrecadar e distribuir comida e produtos de higiene para quem não tem a opção de ficar em casa, como as mulheres trans que trabalham com prostituição na região do ABC Paulista.

Para além de destacar a experiência de Neon, esta reportagem é bastante interessante para análise porque, diferente da maioria dos textos reunidos no nosso corpus, a repórter Sanara Santos utiliza-se da primeira pessoa em pontos específicos do texto, que demonstram também a sua própria experiência, como, também, uma mulher trans:

Eu mesma, que também moro no ABC, andava mais de três quilômetros para vê-la

³³ Disponível em <https://azmina.com.br/reportagens/mulheres-mudam-rotina-para-cuidar-de-suas-maes-na-quarentena/>. Acesso em 15/09/2020.

³⁴ Disponível em <https://azmina.com.br/reportagens/os-corres-de-uma-mulher-trans-na-pandemia/>. Acesso em 15/09/2020.

falar, assim como outras trans novinhas. “Referência só existe para ser superada pelas mais novas, a nova geração”, diz [Neon].

Verificamos ainda que as iniciativas analisadas, assim como no caso acima, dão atenção a projetos comandados por mulheres, especialmente no âmbito da pandemia. Um exemplo, dentre outros, é a reportagem “Mulher de Aço”³⁵, produzida por Elena Wesley, da iniciativa de jornalismo independente *Data Labe*, no âmbito da cobertura colaborativa sobre a pandemia, e republicada pela AM em 7 de maio e pela GN em 8 de maio. O texto conta a trajetória de Moanan Couto, de 20 anos, moradora da favela do Aço, no Rio de Janeiro. Ela e Rayane Marques fundaram a “iniciativa de empoderamento de adolescentes e jovens entre 13 e 20 anos” Levante Aço, que, na pandemia, distribuiu alimento e jogos na localidade, afim de auxiliar quem vive lá e foi diretamente afetada/o pela interrupção da possibilidade de trabalhar, especialmente aquelas/es que estão no mercado informal. Ao final, traz a conta bancária de Moanan, para quem quiser auxiliar o projeto.

4.3.2.1 *Atenção à violência doméstica e sexual*

Uma das principais questões abordadas no que tange à experiência das mulheres é a violência doméstica. Esta é uma questão latente no Brasil, onde, em 2018, “uma mulher foi assassinada no Brasil a cada duas horas, totalizando 4.519 vítimas”, sendo, ainda, 68% das vítimas mulheres negras (Cerqueira et al., 2020). Há, inclusive, um separador específico nos sites de ambas as iniciativas para reportagens sobre o tema da violência.

Com efeito, esta temática foi abordada frequentemente com o ponto de vista das experiências das mulheres, com relatos descritivos e angustiantes. Um dos exemplos é “Casa: um espaço para o feminicídio”³⁶, produzida por Carolina Vicentin e publicada pela AM em 14 de janeiro. A reportagem conta a história de Dora, de 48 anos – nome fictício para proteger a entrevistada. “Dora é uma sobrevivente”, diz o

³⁵ Disponível em <http://www.generonumero.media/mulher-de-aco/>. Acesso em 15/09/2020.

³⁶ Disponível em <https://azmina.com.br/reportagens/casa-um-espaco-para-o-femicidio/>. Acesso em 15/09/2020.

texto³⁷. Pelo lugar que a voz dolorida e simultaneamente de emancipação da entrevistada tem, em discurso direto e indireto, na notícia, transcrevemos um excerto mais longo:

Foram duas décadas até que Dora*, 48 anos, conseguisse ficar forte o bastante para deixar a casa onde quase foi vítima de feminicídio. [...] “Ele saía para beber, ficava o fim de semana todo fora. Quando voltava, me acusava de ter outros homens e me espancava. Por muitas vezes, colocou uma faca no meu pescoço”, conta. Não satisfeito, depois de agredi-la, o marido a amarrava na cama para estuprá-la. Foi assim que Dora engravidou da primeira filha. “Quando eu estava com sete meses, já dormindo do lado de fora, com medo, ele sacudiu a rede com força e eu caí de barriga no chão. Achei que perderia o bebê”, lembra, com a voz embargada. A menina nasceu um mês depois, quando o homem partiu para cima de Dora com uma estaca pontuda na mão. O susto fez com que a bolsa estourasse e ela entrasse em trabalho de parto antes da hora. Depois disso, Dora engravidou outras quatro vezes, mas as agressões físicas e psicológicas fizeram com que perdesse todos os bebês – ainda na barriga ou depois de partos prematuros. A jovem vivia isolada e sem esperança. [...] Em 2009, depois de anos se fortalecendo junto a outras mulheres, integrantes do movimento de trabalhadoras rurais, conseguiu terminar o casamento. Contrariou os costumes e a religião para deixar o lugar que deveria ser de proteção mas também é arriscado para se ser mulher nos dias de hoje: a própria casa.

A reportagem utiliza dados do Atlas da Violência de 2019 e entrevistas com especialistas, todas mulheres, para contextualizar a narrativa de Dora, que, diferente de muitas outras, encerrou o ciclo de violência em que estava inserida. O texto destaca a necessidade do fortalecimento da atenção primária a casos de violência, de uma rede estruturada de acolhimento às mulheres em situação de violência doméstica, conjuntamente com o “investimento na educação a respeito das relações de gênero e em estratégias que promovam a reflexão por parte dos homens agressores.

³⁷ É digno de nota, neste ponto, ressaltar que a utilização do termo sobrevivente, em vez de vítima, tem crescido mesmo na mídia tradicional – de acordo com o relatório do GMMP de 2015, “as mulheres têm quatro vezes mais probabilidade de serem descritas como sobreviventes de violência doméstica (27%) do que há 10 anos [em 1995, ano em que foi realizada a primeira edição da pesquisa], quando a estatística era de 6%” (Macharia, 2015, p. 43). Subiram também, no entanto, as representações de homens como sobreviventes de violência doméstica, totalizando 24% das notícias analisadas em 2015.

Outro exemplo é a reportagem “Marias em Fuga”³⁸, publicada em 5 de maio pela AM. Este texto, assinado por Flaviana Alves, foi produzido pela Bolsa de Reportagem AzMina Especial Violência Doméstica, realizada em parceria com o *Volt Data Lab*. O texto denuncia a realidade de mulheres migrantes no Brasil, principalmente saindo da região nordestina para fugir de situações de violência doméstica e familiar. O texto critica o fato de que este é um motivo invisibilizado nas pesquisas sobre migração, evidenciando, ainda, que mulheres pretas e pobres são as mais vulneráveis a este quadro de violência. Para e através disso, apresenta as histórias de três mulheres: Maria Celeste Braga, Maria da Guia Xavier e Maria José dos Santos. Representando justamente como as opressões se interseccionam, destaca-se a trajetória de Maria da Guia:

Maria da Guia é negra e conta que conviveu com a pobreza extrema durante a infância [...] No caso dela, a violência familiar foi a razão pela qual foi embora de Riachão [...] para Goiânia (GO). Tinha 15 anos quando foi agredida pelo irmão. “Lembro que ele me bateu tanto que minhas costas ficaram parecendo costas de escravo! Bateu de cinto, do lado da fivela”, relata. Outro agravante da situação foi o fato da mãe, que também já havia a agredido muitas vezes, ter defendido a atitude do irmão [...] Cinco anos após sua saída de casa, foi vítima de um abuso sexual. Hoje ela sente que essa vivência dolorosa é resultado, mesmo que indiretamente, de sua partida precoce de casa. [...] Ela tinha 20 anos, ainda era virgem e sofreu abuso em uma festa a que foi com amigas da escola. “No dia seguinte quando eu acordei eu tava toda suja de sangue”, relata. Em função do ocorrido, ela parou de estudar, pois tinha medo que o rapaz viesse a tentar algo novamente e, por isso, também não fez boletim de ocorrência.

Outra reportagem que denuncia a invisibilização de mais um dado importante para o combate da violência contra a mulher é intitulada “Violência contra a mulher ultrapassa até muros das prisões: *Muros são incapazes de conter agressões, que muitas vezes terminam em feminicídio. Com medo, mulheres sofrem caladas a violência doméstica que não está nas estatísticas*”³⁹. Também produzida através da

³⁸ Disponível em <https://azmina.com.br/especiais/marias-em-fuga/>. Acesso em 15/09/2020.

³⁹ Disponível em <https://azmina.com.br/especiais/violencia-contra-a-mulher-ultrapassa-ate-muros-das-prisoas/>. Acesso em 15/09/2020.

Bolsa de Reportagem AzMina, por Joana Suarez, a matéria evidencia a realidade de mulheres que foram ameaçadas, violentadas ou mortas por companheiros que estavam no sistema carcerário. Não há atenção para esta situação nas secretarias de Segurança Pública, o que acaba por gerar uma “cifra oculta” para Carolina Salazar, especialista em violência de gênero entrevistada pela reportagem, uma das dez fontes citadas no texto, entre mulheres que passaram por situações como esta e especialistas que contextualizam os casos. O texto destaca a necessidade de políticas de educação para com os homens encarcerados, assim como a necessidade de atenção ao problema por parte do poder público.

Outras reportagens demonstram também a postura de fiscalização política do que tange à violência doméstica. “SUS pode deixar de ser porta de saída da violência: *Mudança em lei que entra em vigor hoje pode afastar mulheres do sistema de saúde como alternativa à polícia na busca por ajuda em situações de violência*”⁴⁰, de autoria da *Énois*, republicada pela AM em 10 de março, versa sobre o possível impacto negativo da

lei Nº 13.931, que torna obrigatória a denúncia à polícia em até 24 horas pelos hospitais ao atender uma mulher vítima de violência doméstica, mesmo que hajam apenas indícios da violência, sem que ela expresse o que houve. A mudança levanta discussões sobre a perda da autonomia e direito de escolha das mulheres, além de trazer a preocupação de que muitas mulheres deixem de procurar atendimento.

A violência contra a mulher continua sendo um tema de atenção durante a pandemia causada pelo novo coronavírus, como no caso da reportagem “Atendimento à violência doméstica muda em meio à pandemia: *BO agora pode ser feito online em SP e agressores estão sendo notificados de medida protetiva por telefone ou whatsapp*”⁴¹, publicada em parceria entre AM e Data Labe em 3 de abril e republicada pela GN no mesmo dia — o texto faz parte da cobertura colaborativa sobre a pandemia. Evidencia problemáticas na forma do sistema de justiça lidar com

⁴⁰ Disponível em <https://azmina.com.br/reportagens/sus-pode-deixar-de-ser-porta-de-saida-da-violencia/>. Acesso em 15/09/2020.

⁴¹ Disponível em <https://azmina.com.br/reportagens/atendimento-a-violencia-domestica-muda-em-meio-a-pandemia/>. Acesso em 15/09/2020.

denúncias durante o período de pandemia, contando a história de Maria, fonte que teve o nome trocado para proteção, que entrou em maior risco em razão da nova forma de notificação do agressor. A reportagem também apresenta mudança na forma de realizar a denúncia de violência doméstica – “em São Paulo o BO [Boletim de Ocorrência] agora pode ser feito pela internet”.

A violência sexual também é pauta, como demonstra uma série de reportagens produzida pela GN em fevereiro, mês em que ocorria o Carnaval, focada no assédio e abuso durante o período da festa em diferentes pontos do país. Uma delas é “Adolescentes e mulheres inconscientes são principais vítimas de crime sexual no Carnaval de São Paulo”⁴², de Flávia Bozza Martins, Lola Ferreira e Maria Martha Bruno, publicada em 6 de fevereiro. Há também um subtítulo “Ações de prevenção”, em que se indica o que estava sendo feito no Carnaval de SP para coibir o assédio e abuso e apoiar mulheres vítimas.

4.3.2.2 *Atenção aos direitos e à saúde reprodutiva das mulheres*

Outra questão que, merecidamente, recebe espaço na cobertura das iniciativas jornalísticas analisadas é a saúde reprodutiva das mulheres, assim como os direitos que a regem.

Como mostra uma das reportagens presentes no corpus, “A mídia e o aborto no Brasil em tempos de pandemia”⁴³, publicada em 12 de maio pela GN, o aborto continua sendo um tema discutido no país durante o período pandêmico. O texto apresenta os resultados de uma pesquisa de monitoramento midiático sobre este assunto, que revelam que a grande maioria dos conteúdos tem um posicionamento “neutro” em relação à interrupção da gravidez.

Na grande maioria das publicações analisadas, como veremos, podemos perceber que não é este o posicionamento tomado pelas plataformas. Com efeito, esta é uma pauta central do movimento feminista brasileiro – afinal, o aborto só é legal no país em três casos: gravidez resultante de violência sexual; anencefalia do feto e

⁴² Disponível em <http://www.generonumero.media/carnaval-assedios-estupro-sao-paulo/>. Acesso em 15/09/2020.

⁴³ Disponível em <http://www.generonumero.media/midia-aborto-brasil-pandemia/>. Acesso em 15/09/2020.

risco de vida para a mulher. Como argumenta Silvia Federici, esta é e deve ser uma questão cara a todas e todos, porque “ao negar às mulheres o controle sobre seus corpos, o Estado privou-as da condição fundamental de sua integridade física e psicológica, degradando a maternidade à condição de trabalho forçado” (2017, pp. 181–182).

Um dos exemplos que evidencia a atenção a esta realidade é de antes da pandemia: “Centros antiaborto enganam mulheres vulneráveis”⁴⁴. Publicado em 28 de fevereiro, o texto é de autoria de Isabela Cota, da *openDemocracy*, e foi republicado no Brasil inicialmente pela Agência Pública. Este é um bom exemplo de reportagem investigativa que pauta a experiência de mulheres em um momento de necessidade – o de realizar um aborto, independente do motivo. A investigação, feita por repórteres da *openDemocracy* em 18 países, mostra que centros distribuídos na América Latina e no Caribe, assim como nos Estados Unidos, na Espanha e na Itália, são “parte de uma rede antiaborto de ‘centros de gravidez em crise’, apoiada por poderosos grupos cristãos dos Estados Unidos ligados ao governo de Donald Trump”. É interessante destacar que a reportagem é escrita em primeira pessoa, mostrando a inserção da repórter em centros como este e a forma de funcionamento deles: através de informações incorretas, especialmente sobre impactos do aborto na saúde da mulher, exigência de que o companheiro assine um termo de consentimento, questionamento dos motivos que motivaram a interrupção da gravidez, entre outras estratégias, os centros buscam desencorajar as mulheres a abortarem. Diversas mulheres políticas, ativistas e especialistas (latino-americanas, em sua maioria) avaliam a descoberta como muito grave.

Mais tarde, depois do início da epidemia de COVID-19, percebemos que as reportagens atentam nas dificuldades enfrentadas pelas mulheres no acesso ao aborto durante o período. Publicada em 13 de maio pela AM e republicada pela GN em 15 de maio, a reportagem “Elas iam abortar fora do Brasil, mas o coronavírus impediu”⁴⁵ é um dos melhores exemplos do corpus no que tange à valorização da experiência e da vida das mulheres. A matéria conta a história de seis mulheres, de

⁴⁴ Disponível em <https://azmina.com.br/reportagens/centros-antiaborto-financiados-por-grupos-americanos-enganam-mulheres-na-america-latina/>. Acesso em 15/09/2020.

⁴⁵ Disponível em <https://azmina.com.br/reportagens/elas-iam-abortar-fora-do-brasil-mas-a-pandemia-impediu/>. Acesso em 15/09/2020.

um grupo de nove, que iriam abortar no exterior com auxílio da iniciativa Milhas Pela Vida das Mulheres, fundada por Juliana Reis, também entrevistada pela reportagem. Os nomes de todas as mulheres do grupo foram omitidos. Cada uma delas tem trajetórias e perspectivas diferentes, assim como são as soluções encontradas por cada uma após a pandemia impossibilitar que abortassem legalmente na Colômbia. A abordagem é evidentemente pró legalização do aborto, mostrando todos os percalços encontrados por mulheres em diferentes situações para poderem interromper a gravidez. Damos destaque para o caso de “Cristina”:

Mãe solo, recém-formada e cheia de planos para construir um futuro melhor para si e para a filha, Cristina*, 28 anos, ficou em choque e sem saber o que fazer quando soube que estava grávida. Evangélica, ela era completamente contra o aborto. [...] Mas ao se ver grávida, pensando em abrir mão de todos seus planos de uma vida melhor para si e para a filha, começou a mudar de ideia. [...] em uma conversa sobre como tinha engravidado, ela contou que o parceiro tinha tirado a camisinha sem avisá-la e sem seu consentimento. Cristina não sabia que isso era uma forma de violência sexual. Conhecido como *stealth*, o ato de tirar o preservativo sem consentimento da mulher é considerado violência sexual e, portanto, é crime no Brasil. Com posse dessa nova informação, Cristina soube então que sua gestação era resultante de uma violência sexual e, portanto, tinha direito ao aborto dentro da lei no Brasil. Procurou então o serviço do SUS e conseguiu interromper a gestação.

Este trecho demonstra o tipo de diálogo que pode ser feito com as fontes, partindo de uma escuta genuína, como bem afirma o estatuto editorial d’AzMina. É, evidenciamos, uma estratégia que faz parte de uma ética do cuidado no jornalismo.

Ainda sobre o aborto na pandemia e demonstrando a fiscalização sobre o acesso ao aborto legal, a reportagem “Principal hospital de aborto legal de SP interrompe o serviço na crise do coronavírus”⁴⁶ evidencia a dificuldade no acesso ao procedimento em São Paulo. Os dois hospitais que seguiam realizando o procedimento têm seus telefones para agendamento destacados na matéria. Para outros lugares do Brasil, indica-se a listagem de hospitais que oferecem o

⁴⁶ Disponível em <https://azmina.com.br/reportagens/aborto-legal-sao-paulo-interrompe-servico-crise-coronavirus/>. Acesso em 15/09/2020.

procedimento da Artigo 19. Quatro dias depois, AM publica reportagem “Hospital Pérola Byington reabre serviço de aborto legal”⁴⁷. “O serviço voltou a funcionar após pressão do MP e da Defensoria Pública do Estado de SP”. Esta última reportagem traz alguns parágrafos explicando os casos em que o aborto é legal no Brasil.

A saúde reprodutiva é abordada também de forma mais ampla, ainda que o aborto seja central a esta questão. De autoria da GN, a reportagem “Como vão os direitos reprodutivos na América Latina durante a pandemia do coronavírus”⁴⁸, publicada em 16 de abril pela GN e republicada pela AM em 24 de abril, destaca que “18 milhões de mulheres podem ficar sem acesso à métodos contraceptivos na região, segundo a ONU”. Este texto relaciona-se com a perspectiva de cuidado com as populações mais vulneráveis, uma vez que a reportagem destaca “o aumento da pobreza na região” como um agravante ao acesso a contraceptivos.

Com efeito, esta é uma realidade do Brasil, como parte da América Latina, o que é destacado na reportagem “Pandemia dificulta acesso a contraceptivos”⁴⁹, publicada em 20 de abril, produzida em parceria por repórteres da GN, AM e do *The Intercept Brasil*. O texto dá ênfase às dificuldades encontradas principalmente por mulheres que buscavam colocar o DIU (Dispositivo Intrauterino) no sistema público de saúde brasileiro. Considerando a falta de evidências disponíveis para afirmar (ou negar) quais serão os efeitos do coronavírus na gravidez, na saúde da mãe ou do feto, a indicação é de que, se possível, as mulheres evitem a gravidez durante a pandemia, como destacado no excerto a seguir:

Desde 8 de abril, todas as grávidas e mulheres no puerpério, período de 42 dias após o parto, são consideradas pelo Ministério da Saúde como um grupo de risco para a covid-19. Mas, embora evitar uma gestação tenha se tornado sinônimo de proteger a saúde das mulheres durante a pandemia, elas vêm enfrentando um obstáculo: a dificuldade de acesso a métodos e procedimentos contraceptivos durante a crise.

⁴⁷ Disponível em <https://azmina.com.br/reportagens/hospital-perola-byington-reabre-servico-de-aborto-legal/>. Acesso em 15/09/2020.

⁴⁸ Disponível em <http://www.generonumero.media/como-estao-os-direitos-reprodutivos-na-america-latina-em-tempos-de-coronavirus/>. Acesso em 15/09/2020.

⁴⁹ Disponível em <http://www.generonumero.media/pandemia-dificulta-acesso-contraceptivos-no-sistema-de-saude/>. Acesso em 15/09/2020.

No entanto, a reportagem salienta justamente a importância do acesso aos contraceptivos para tal:

A ginecologista e obstetra Melania Amorim, pós-doutora em saúde reprodutiva pela Unicamp e pela OMS, faz coro à organização: “O sistema de saúde deve manter a oferta de métodos contraceptivos para todas as mulheres. Não adianta dizer para as mulheres não engravidarem, transferindo toda a responsabilidade para elas, e não oferecer orientações e métodos contraceptivos” [...] Ela destaca que no momento, é preciso priorizar quem está sem contraceptivos.

Este trecho ainda demonstra, especialmente na citação da entrevistada, a importância de prestar atenção em quem mais precisa, o que vemos de forma mais evidente através do uso do verbo priorizar.

4.3.3 Enquadramento das reportagens com perspectiva de raça e/ou etnia

Da mesma forma que defendemos ser necessário olhar para a realidade brasileira a partir de um recorte de gênero, compreendendo que as opressões se interseccionam, ao falarmos sobre as mulheres no Brasil, é necessário também falar também de raça e etnia. As reportagens analisadas demonstram que ambas AM e GN realizam este tipo de abordagem, por vezes, inclusive, destacando primariamente a raça e/ou a etnia antes do gênero.

As matérias que envolvem esta conduta publicadas antes do início da pandemia do coronavírus no país cruzam a perspectiva de raça e/ou etnia com questões relevantes sobre as mulheres, como no caso de “Mulheres indígenas e Lei Maria da Penha: Pra gente não funciona”⁵⁰, produzida por Maria Fernanda Ribeiro com a Bolsa de Reportagem AzMina Especial Violência Doméstica, e publicada em 4 de março pela AM.

Com treze fontes, a grande maioria delas mulheres indígenas, compõe-se um retrato da dificuldade do acesso das mulheres indígenas em situações de violência doméstica à Lei Maria da Penha, legislação especificamente que versa sobre o tema,

⁵⁰ Disponível em <https://azmina.com.br/especiais/mulheres-indigenas-e-a-lei-maria-da-penha/>. Acesso em 15/09/2020.

e às delegacias de forma geral e a centros de atendimento especializados, principalmente no caso das mulheres que vivem em aldeias isoladas ou afastadas dos centros urbanos. Destaca-se também a barreira linguística, considerando que cerca de 17,5% da população indígena no Brasil não fala português.

A reportagem exemplifica esta realidade com o caso de Rosália, nome fictício, uma mulher da etnia Karajá, que sofria com violência por parte do ex-marido. Mariquinha Karajá, outra mulher indígena, da mesma etnia, relata também a sua história de agressões, que só cessaram quando o agressor, então seu marido, morreu. O texto busca desconstruir a ideia de que não é possível interferir neste quadro:

Ao falar sobre o tema, é comum ouvir o argumento de que as agressões à mulher ‘faz parte da cultura indígena’ – uma forma de banalização da violência contra a mulher muito comum também entre não indígenas. Mas Telma Taurepang, da coordenação da União das Mulheres Indígenas da Amazônia Brasileira (Umiab), refuta a tese de que a violência seja intrínseca à cultura indígena. “Cultural é a mulher estar à frente no roçado, é produzir a agricultura familiar, e não apanhar ou sofrer violências psicológicas”, diz. Telma conta que o tema é frequentemente levado para as reuniões e que a meta é mostrar para essas mulheres que elas têm voz e que podem sair dessa situação.

Ainda, o texto aborda atividades que buscam reduzir a incidência deste tipo de agressões, como seminários realizados a fim de discutir a violência e levar informações sobre a Lei Maria da Penha para mulheres e homens indígenas, entre outras ações educativas.

A violência obstétrica também é abordada com uma perspectiva de raça, como no caso da reportagem “Nas maternidades, a dor também tem cor”⁵¹, publicada originalmente pela Agência Pública e republicada pela AM em 9 de março, que joga luz para o tratamento racista que mulheres negras recebem nas maternidades. Traz a experiência de duas mulheres, mães, negras: Michele Monteiro, cujo relato replicamos a seguir, e B.S., jornalista que contou sua história em condição de anonimato.

⁵¹ Disponível em <https://azmina.com.br/reportagens/nas-maternidades-a-dor-tambem-tem-cor/>. Acesso em 15/09/2020.

“Já vamos voltar com seu remedinho” foi a promessa que Michele Monteiro ouviu ao pedir anestesia a uma médica de plantão no final da tarde. Já passava das 22 horas do dia 24 de janeiro quando enfermeiras finalmente chegaram para ministrar um medicamento supostamente para amenizar as dores intensas que ela sentia. Grávida do seu quinto filho aos 42 anos, Michele estava em trabalho de parto há pelo menos 12 horas, em jejum, no Hospital Municipal Dr. Moysés Deutsch, na estrada do M’Boi Mirim, zona sul da cidade de São Paulo.

Parece-nos digno de nota, ainda, que a reportagem cita especialistas também negras, como é o caso de Mariana Prado, residente em ginecologia e obstetrícia.

Outro tema abordado é a participação de mulheres negras na política. É o caso da reportagem publicada em 5 de março pela GN, parte de um especial sobre o Dia Internacional da Mulher, “Com 10 prefeitas pretas, Brasil tem desafio racial para eleições de 2020”⁵². De acordo levantamento da GN, feito a partir de dados do Tribunal Superior Eleitoral, apenas 3% dos mais de cinco mil municípios brasileiros são comandados, no executivo, por mulheres negras. Três delas aceitaram falar com a plataforma, que publica as entrevistas na íntegra, como no caso da reportagem “‘Eu não voto em alguém por ser mulher ou negra. Voto porque acredito que essa pessoa vai trazer mudanças’, diz prefeita de Dois Irmãos (RS)”⁵³, de 5 de março.

Após o início da pandemia, as reportagens apontam para a exacerbação das desigualdades que já existiam antes da crise, como no texto, publicado em 14 de maio pela GN, “Falta de políticas específicas obriga quilombolas⁵⁴ a contato externo e aumenta risco de contágio por covid-19”⁵⁵:

Em meio à pandemia de covid-19, quilombolas de todo o país, especialmente da Região Norte, amargam os efeitos de um país que não se preocupou em estabelecer políticas consistentes de apoio às comunidades nos últimos 132 anos, e são obrigados

⁵² Disponível em <http://www.generonumero.media/prefeitas-pretas-brasil-minizam-raca/>. Acesso em 15/09/2020.

⁵³ Disponível em <http://www.generonumero.media/entrevista-tania-prefeita-dois-irmaos/>. Acesso em 15/09/2020.

⁵⁴ As populações quilombolas são comunidades afrobrasileiras habitantes de quilombos, locais de refúgio formados por grupos pessoas que fugiram da condição de escravidão.

⁵⁵ Disponível em <http://www.generonumero.media/quilombolas-falta-politicas-coronavirus/>. Acesso em 15/09/2020.

a estabelecer, como sempre, suas próprias regras e mecanismos para sobreviver. Levantamento da Gênero e Número com base em informações da pesquisa Regiões de Influência das Cidades do Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística (IBGE) mostra que 97% dos territórios quilombolas do país estão localizados em municípios cuja população precisa se deslocar para ter atendimentos básicos de saúde, os chamados serviços de baixa e média complexidade, que incluem consultas, exames, serviços ortopédicos e radiológicos e outros atendimentos que não impliquem internação.

Famílias quilombolas, que majoritariamente trabalham com agricultura familiar, perderam sua fonte de renda durante a pandemia, sem possibilidade de escoar a produção. Estruturalmente, já são poucas as condições de acesso à saúde: “Raríssimas comunidades têm posto de saúde e, quando tem, o médico vai mensal ou trimestralmente”, o que obriga as pessoas a irem aos centros urbanos, onde há maior chance de contágio. Há falta de testes, e não há informação nos prontuários ou na divulgação do Ministério da Saúde se a pessoa é quilombola ou não. Cabe destacar uma citação da entrevistada Givânia Silva, coordenadora-geral da Coordenação Nacional de Articulação das Comunidades Negras Rurais Quilombolas (Conaq):

“A reflexão é que o Brasil só tem aprofundado, cada dia mais, seu racismo e seu colonialismo. As instituições são infectadas pelo racismo e isso prejudica, e muito, a população negra”.

Uma postura similar é adotada ao tratar da realidade das pessoas indígenas durante a pandemia, em “ENTREVISTA: ‘A ausência do Estado tem acelerado muito mais a mortalidade nos territórios indígenas’”⁵⁶, publicada em 28 de maio pela GN. O texto evidencia a postura do governo em relação a estas populações, trazendo a palavra de Celia Xakriabá, professora ativista indígena do povo Xakriabá, de Minas Gerais, assessora parlamentar e uma das organizadoras da Marcha das Mulheres Indígenas.

⁵⁶ Disponível em <http://www.generonumero.media/entrevista-ausencia-do-estado-tem-acelerado-muito-mais-mortalidade-nos-territorios-indigenas/>. Acesso em 15/09/2020.

Neste cenário de pandemia global de covid-19, os povos indígenas travam uma batalha contra a proliferação do vírus nos territórios ao mesmo tempo em que sofrem com as invasões e precisam continuar a lutar pelo direito à terra. Dependentes de um sistema de saúde que tem problemas de acesso e articulação, a população teme um genocídio.

Em mais de um texto, as plataformas analisadas destacam a importância dos dados de pessoas infectadas e mortas pelo coronavírus com uma perspectiva de raça. É o caso da entrevista com Lúcia Xavier, coordenadora da ONG Criola, intitulada de “Entrevista: ‘O coronavírus não tem nada de democrático. Ele tem ‘preferências’ e negros são um dos grupos preferidos”⁵⁷, publicada originalmente pela GN em 16 de abril e republicada pela GN no dia seguinte. Da mesma forma, dão atenção ao tema as reportagens da GN “Ausência de dados raciais compromete combate à covid-19 nas periferias”⁵⁸, publicada em 14 de maio, e “Em Alagoas, pretos têm 12 vezes mais chances de morrer de coronavírus que brancos e pardos”⁵⁹, publicada no dia 29 do mesmo mês.

4.3.4 Atenção às populações mais vulneráveis

Seguindo na mesma linha da importância de destacar a raça/etnia das mulheres, é relevante falar também da vida das mulheres a partir de uma perspectiva de classe. Neste sentido, é claro, haverá cruzamentos entre esta categoria de análise e a anterior, uma vez que grande parte da população mais pobre do Brasil é preta e parda. Esta perspectiva também é pertinente considerando as contribuições de uma ética do cuidado para o jornalismo, que sugere dar atenção, como uma forma de cuidado político e não apenas restrito às nossas relações íntimas, justamente às populações mais vulneráveis.

⁵⁷ Disponível em <https://azmina.com.br/reportagens/coronavirus-nao-tem-nada-de-democratico-ele-tem-preferencias-e-os-negros-sao-um-dos-grupos-preferidos/>. Acesso em 15/09/2020.

⁵⁸ Disponível em <http://www.generonumero.media/falta-de-dados-raciais-compromete-combate-covid-19-nas-periferias/>. Acesso em 15/09/2020.

⁵⁹ Disponível em <http://www.generonumero.media/alagoas-pretos-morrer-coronavirus-brancos-pardos/>. Acesso em 15/09/2020.

Uma das reportagens que exemplifica isto é “Refúgio por orientação sexual é realidade no Brasil, mostra pesquisa”⁶⁰, publicada em 23 de janeiro pela GN, que destaca, para além do que já deixa evidente o título, como não há cruzamento entre os movimentos LGBTQI+ e as pautas de pessoas em situação de refúgio ou asilo. Ou seja, são pessoas que estão desassistidas pelas comunidades em que se enquadrariam, mostrando, mais uma vez, a necessidade de pensar as opressões interseccionalmente.

No âmbito da pandemia, para além das pessoas que fazem parte de grupos de risco, as populações mais vulneráveis são principalmente aquelas que já eram desassistidas antes, como exemplificado na categoria anterior. As questões de precariedade no trabalho ganham espaço — uma série de reportagens coletadas demonstra atenção às trabalhadoras informais, trabalhadoras domésticas, diaristas e cuidadoras de idosas/os.

A reportagem “Cuidadoras enfrentam abusos e riscos na pandemia de coronavírus”⁶¹, publicada em 30 de março pela GN, aborda justamente as dificuldades que estas profissionais enfrentam. O texto inicia-se com o relato da situação de uma cuidadora de idosas/os, obrigada a ficar na casa da empregadora:

“Não estou perguntando se você pode. Estou dizendo que você vai ficar”, disse uma empregadora a uma cuidadora de idosos semana passada no Rio de Janeiro, tentando obrigá-la a permanecer na residência por dois meses. Em tempos de pandemia de coronavírus, patrões têm usado a Covid-19 para justificar abusos. A trabalhadora foi orientada pelo Sindicato de Trabalhadores Domésticos de Nova Iguaçu (Região Metropolitana do estado) a não pedir demissão nem assinar qualquer papel. A entidade afirma que a profissional inclusive pode pedir uma rescisão indireta de contrato, justificando ameaça de cárcere privado.

Produzida em colaboração entre a GN e a AM, a reportagem “Trabalhadoras informais temem não ter como alimentar os filhos em crise do coronavírus”⁶²,

⁶⁰ Disponível em <http://www.generonumero.media/entrevista-refugiados-lgbt/>. Acesso em 15/09/2020.

⁶¹ Disponível em <http://www.generonumero.media/cuidadoras-abusos-riscos-pandemia-coronavirus/>. Acesso em 15/09/2020.

⁶² Disponível em <https://azmina.com.br/reportagens/trabalhadoras-informais-temem-nao-ter-como-alimentar-os-filhos-em-crise-do-coronavirus/>. Acesso em 15/09/2020.

publicada em 24 de março, parece-nos digna de destaque. O texto evidencia questão de raça e gênero no trabalho informal – de acordo com o Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística (IBGE), 47,8% das mulheres negras trabalham em regime informal. A abertura da matéria é o caso de Jennifer Monah, uma mulher negra e periférica, mãe solo de quatro crianças, que também serve como demonstração da valorização e validação das experiências das mulheres que, talvez, não teriam espaço em outros espaços.

“Sou diarista, gente, e devido à crise do coronavírus, próxima semana qualquer kitnet no bairro por R\$ 110,00”. Esse foi o primeiro post de Jennifer Monah, 30 anos, em um grupo no Facebook de um bairro de classe média de São Paulo. No dia seguinte, nova postagem. “Gente, sei que todo cuidado é pouco com o coronavírus. Mas tem muita mulher sozinha que sustenta as crianças e a casa desse dinheiro. Eu tô num mato sem cachorro (...) Trabalho de máscara, luva, o que for preciso”. Sem estabilidade, sem possibilidade de trabalhar de casa, sem direitos trabalhistas e sem benefícios do governo, Jennifer é o retrato de como as trabalhadoras informais estão sendo afetadas pela pandemia do coronavírus (Covid-19) no Brasil.

A mesma matéria também aborda a situação das mulheres trabalhadoras sexuais, citando Santuzza Alves, coordenadora do Coletivo Rebu de Trabalhadoras Sexuais, Cis, Trans e Travestis.

Para profissões não regulamentadas, como a das profissionais do sexo, a situação ainda é mais extrema. “Esse é o grande problema de não ter o trabalho sexual regulamentado. Em um momento de pandemia, quando as pessoas têm que deixar de trabalhar, ficamos de fora de qualquer benefício, e nos resta o desespero”, diz Santuzza Alves.

Outro bom exemplo é a reportagem “PEC das Domésticas completa 7 anos golpeada por empregadores e coronavírus”⁶³, publicada pela GN em 2 de abril, que aborda a precarização do trabalho doméstico na pandemia e antes dela, apesar de a

⁶³ Disponível em <http://www.generonumero.media/pec-das-domesticas-7-anos-golpeada-empregadores-economia-coronavirus/>. Acesso em 15/09/2020.

Proposta de Emenda a Constituição que regulava o trabalho dessas profissionais ter sido promulgada em 2014. Com efeito, e demonstrando o que referimos anteriormente, esta categoria é composta majoritariamente por mulheres, sendo 65% delas, negras. O texto destaca os abusos sofridos pelas trabalhadoras durante a pandemia, por um lado, e a dificuldade de manutenção da renda pelo outro. Traz experiência da “carioca Maria, diarista de 38 anos”, cujo nome foi trocado para evitar represálias, que teve as diárias suspensas em razão do vírus.

“Eu não parei de trabalhar porque não quero ou não preciso, mas minhas patroas não querem que eu vá. Estou em casa, e a situação está bem complicada, porque, como diarista, se eu não trabalho, eu não ganho”, afirma.

Outro tema importante abordado nas plataformas é o da epidemia de zika vírus e a falta de assistência às pessoas afetadas durante a pandemia de coronavírus, como no caso da reportagem “‘Minha filha morreu à mingua’. Vítimas do zika estão desassistidas na pandemia”⁶⁴, republicada da Agência Pública pela AM em 22 de abril. “Débora Diniz: É hora do STF responder o que significa uma epidemia para as vidas das mulheres”⁶⁵, entrevista publicada no mesmo dia pela AM, trata da discussão no Supremo Tribunal Federal sobre a possibilidade de mulheres grávidas infectadas pelo zika abortarem e sobre os direitos reprodutivos das mulheres de forma mais ampla.

Por fim, e porque nos importa destacar a postura de fiscalização política das plataformas, destacamos a reportagem “Muito discurso e pouco dinheiro: ministério de Damares gasta apenas R\$ 2 mil com mais vulneráveis na pandemia”⁶⁶, publicada pela GN em 28 de maio e republicada pela AM no dia seguinte.

⁶⁴ Disponível em <https://azmina.com.br/reportagens/minha-filha-morreu-a-mingua/>. Acesso em 15/09/2020.

⁶⁵ Disponível em <https://azmina.com.br/reportagens/debora-diniz-e-hora-do-stf-responder-o-que-significa-uma-epidemia-para-a-vida-das-mulheres/>. Acesso em 15/09/2020.

⁶⁶ Disponível em <http://www.generonumero.media/gastos-ministerio-mulher-coronavirus-damares-covid/>. Acesso em 15/09/2020.

4.3.5 Apoio ao movimento, ideais e ideias feministas

Em se tratando de plataformas que se posicionam contra o machismo e pela qualificação do debate pela equidade de gênero, abordamos brevemente agora a atuação no e sobre o movimento feminista. É evidente que isto perpassa a grande maioria das matérias publicadas pelas plataformas, mas destacamos aqui aquelas que trazem ideais, ideias e personalidades feministas de forma central.

De forma bastante evidente, a reportagem “Conheça a história do feminismo no Brasil”⁶⁷, publicada em 21 de janeiro pela AM, pretende auxiliar na difusão d(a história d)o pensamento feminista brasileiro. Parece-nos interessante o uso da primeira pessoa (neste caso, o nós) neste texto, como demonstra o excerto a seguir:

Você sabe como o movimento feminista aconteceu no Brasil? Conhece as mulheres que lutaram para termos os direitos que *temos* hoje? Se a história do feminismo no Brasil não é muito conhecida, deve-se também ao fato de ser pouco contada, diz Constância Lima Duarte, pesquisadora de literatura e feminismo. *Então estamos aqui para ajudar a resolver isso.*

O artigo cita alguns dos principais nomes do feminismo brasileiro através de entrevistas ou referências bibliográficas, como Sueli Carneiro, Lélia Gonzalez, e Heloísa Buarque de Hollanda. Esta última, organizadora de uma série (até o momento) de quatro livros sobre o pensamento feminista brasileiro publicados nos últimos anos, também fala sobre o movimento no Brasil na entrevista intitulada “Feminismo não é Disneylândia’, diz Heloisa Buarque de Hollanda”⁶⁸, publicada no dia 8 de março, Dia Internacional da Mulher:

Aos 80 anos, a escritora Heloisa Buarque de Hollanda é memória viva da história do feminismo brasileiro. Após o declínio que o movimento viveu na década de 90, vê com entusiasmo a efervescência que o feminismo está vivendo hoje no Brasil e está obstinada em documentar essa história e a contribuir com a formação da nova geração

⁶⁷ Disponível em <https://azmina.com.br/reportagens/feminismo-no-brasil/>. Acesso em 15/09/2020.

⁶⁸ Disponível em <https://azmina.com.br/reportagens/feminismo-nao-e-disneylandia-diz-heloisa-buarque-de-hollanda/>. Acesso em 15/09/2020.

de feministas. “As filhas nos traíram, mas as netas no resgataram”, diz. Professora emérita da Universidade Federal do Rio de Janeiro (UFRJ), ela transformou o ativismo que conheceu nos anos 1980 em pesquisas e debates sobre relações de gênero, raça, poesia e culturas marginalizadas, em uma nova versão de militância.

“Caneta desromantizadora de mensagens de Dia das Mães”⁶⁹, uma publicação assinada pela “Equipe AzMina” em 8 de maio, também é um bom exemplo, apresentando conceitos presentes nas discussões de teoria feminista, como exemplificamos no trecho a seguir:

“Tempo de mãe é diferente, se multiplica. Mesmo sem tempo para nada, elas fazem tudo”. Esse texto é da campanha de Dia das Mães para a TV de uma grande empresa. Mas o que deveria ser uma homenagem reforça uma realidade bastante opressora: se elas não têm tempo para nada é porque a criação dos filhos e as tarefas da casa estão todas nas suas costas. Mas mesmo assim ela dá conta! *Olha que bom pro patriarcado. Fizemos um experimento e demos um Google em “frases para o Dia das Mães”. E o resultado é um festival de frases que romantizam a jornada dupla ou tripla de trabalho, que tratam a maternidade como algo santificado, heroico, instintivo, que desconsidera as experiências de cada mulher e as diversas formas possíveis de maternar.*

De forma coerente com os posicionamentos editoriais das plataformas, entendemos que, diferente da GN, esta abordagem mais abertamente ligada ao movimento feminista está presente no jornalismo da AM. Ainda, as reportagens que compõem o nosso corpus também mostram como a instituição sem fins lucrativos atua em outras frentes, de forma mais direta – confirmando o que tínhamos visto no seu estatuto editorial: “Jornalismo, tecnologia e informação *contra o machismo*”.

Uma dessas iniciativas é o aplicativo de enfrentamento à violência doméstica desenvolvido pela AM, o PenhaS. Como destaca a reportagem “AzMina e PenhaS são indicados para o Troféu Mulher Imprensa”⁷⁰, publicada em 4 de fevereiro, o projeto

⁶⁹ Disponível em <https://azmina.com.br/reportagens/caneta-desromantizadora-de-mensagens-de-dia-das-maes/>. Acesso em 15/09/2020.

⁷⁰ Disponível em <https://azmina.com.br/reportagens/azmina-e-o-penhas-sao-indicados-para-o-trofeu-mulher-imprensa/>. Acesso em 15/09/2020.

foi indicado como “Melhor Projeto sobre a Temática Feminina” no Troféu Mulher Imprensa de 2020. O trecho explica quais são as funcionalidades e finalidades do *app*:

Informar, criar redes de proteção e agir. O enfrentamento à violência contra mulher d’AzMina passa por todos esses passos. [...] O aplicativo PenhaS buscou reunir e facilitar todas as fases desse processo. Se informar sobre as delegacias da mulher, conversar de maneira anônima sobre as violências sofridas, produzir provas contra o agressor ou traçar sua rota até pontos de acolhimento e denúncia e tantas outras ações reunidas em uma só plataforma. [...] Com o *app* PenhaS, todas podem ter acesso a informação, ao diálogo, apoio e a uma rede de acolhimento.

AM também criou o “Elas no Congresso”, robô que publica no Twitter as tramitações diárias de projetos de lei que versam sobre as mulheres no Congresso Nacional. É o que destaca a reportagem “Uma robô para monitorar direitos das mulheres: AzMina lança o Elas no Congresso”⁷¹, publicada em 8 de março, Dia Internacional da Mulher. À época, eram mais de 2 mil matérias em tramitação sobre os direitos das mulheres no Congresso. O objetivo da iniciativa é tornar o monitoramento legislativo mais acessível para as pessoas, para a imprensa e organizações da sociedade civil. Elas no Congresso depois se desdobraria em outras iniciativas, como um ranking dos parlamentares de acordo com sua atuação nas temáticas de gênero.

Outra iniciativa da AM é a assistente virtual Maia – “Minha Amiga Inteligência Artificial”, como apresentado na reportagem “Relacionamento abusivo? Vem conversar com a Maia”⁷², de 27 de março. A chatbot está disponível na home do site d’AzMina. Maia foi alimentada com a cartilha do Ministério Público de São Paulo sobre relacionamentos abusivos, o que embasa as conversas, e tem como objetivo

apresentar os primeiros indícios de um relacionamento abusivo e evitar que os casos cheguem ao nível de violência física.

⁷¹ Disponível em <https://azmina.com.br/reportagens/uma-robo-para-monitorar-direitos-das-mulheres-azmina-lanca-o-elas-no-congresso/>. Acesso em 15/09/2020.

⁷² Disponível em <https://azmina.com.br/especiais/na-duvida-se-esta-em-um-relacionamento-abusivo-vem-conversar-com-a-maia/>. Acesso em 15/09/2020.

Durante a pandemia, a GN lançou duas iniciativas para o enfrentamento da crise, voltados para mulheres, periferias e zonas rurais durante a pandemia, como destacado na reportagem publicada em 30 de abril, “Mais dois projetos voltados para mulheres, periferias e zonas rurais durante a pandemia causada pelo coronavírus”⁷³. A iniciativa apoiou o Laboratório de Emergência, lançado pela Silo – Arte e Latitude Rural, cujo objetivo é desenvolver soluções para periferias e áreas rurais no contexto da crise causada pelo coronavírus.

4.3.6 Orientação para a ação

Na sequência de termos analisado o apoio ao movimento feminista promovido pelas plataformas, assim como as iniciativas desenvolvidas por elas, olhamos agora para o incentivo e orientações mais diretas para a ação. Ainda que o jornalismo objetivo por vezes se utilize de construções deste tipo, entendemos que, nestes casos, trata-se de uma forma de aproximar as discussões feitas, que têm foco na vida das mulheres, de uma atitude prática.

Um exemplo que demonstra esta postura é a reportagem “Passo a passo: como se candidatar a vereadora”, publicada pela AM em 20 de março⁷⁴, especialmente se considerarmos o enfoque dado à (pequena) presença das mulheres, e mais especificamente das mulheres negras, na política em outras matérias, como abordado anteriormente. O texto detalha prazos e procedimentos necessários para candidatar-se, organizados em quatro passos: escolher o partido; a pré-campanha; a arrecadação de fundos; a campanha. A entrevistada Hanna Pereira, uma das criadoras do movimento de formação política Elas na Política, explica como proceder com cada passo.

Tratando da violência doméstica, a reportagem já citada “Atendimento à violência doméstica muda em meio à pandemia”⁷⁵, publicada em parceria entre AM e

⁷³ Disponível em <http://www.generonumero.media/mais-dois-projetos-voltados-para-mulheres-e-periferias-durante-pandemia-causada-pelo-coronavirus/>. Acesso em 15/09/2020.

⁷⁴ Disponível em <https://azmina.com.br/reportagens/passo-a-passo-como-se-candidatar-a-vereadora/>. Acesso em 15/09/2020.

⁷⁵ Disponível em <https://azmina.com.br/reportagens/atendimento-a-violencia-domestica-muda-em-meio-a-pandemia/>. Acesso em 15/09/2020.

Data Labe no dia 3 de abril, e republicada pela GN na mesma data, traz indicações diretas destacando “O que fazer se você se sentir em risco” e “Como ajudar uma mulher em risco na quarentena”. Compilando apenas estas orientações, a AM republicou parte deste texto com o título “Violência doméstica na quarentena: o que fazer?: *Veja como estão funcionando os serviços de atendimento e como ajudar mulheres que estejam em risco*”⁷⁶, em 6 de abril. O excerto a seguir destaca algumas das ações que podem ser realizadas como auxílio a mulheres em situação de violência:

Se mantenha próxima dela e faça contatos frequentes para saber como está; Não critique, nem faça julgamentos. Isso pode fazer com que ela se cale. Apenas se mostre disponível para ajudar caso ela precisa; Só ofereça sua casa se você puder garantir que vai ser uma opção segura para ela; Caso ela vá para sua casa, não divulgue essa informação, para que o(a) agressor(a) não possa colocar as duas em risco; Oriente e informe sobre os serviços disponíveis, sobre como fazer boletim de ocorrência e pedir medida protetiva; Se sua cidade tem uma casa abrigo ou casa de passagem, pode ser uma opção para ela ficar protegida durante o período. Levante essa informação e passe para ela; Se vir ou ouvir ou souber de uma situação de violência, chame a polícia imediatamente.

Com o mesmo foco, “Iniciativas gratuitas ajudam vítimas de violência doméstica na quarentena”⁷⁷, uma publicação interativa da GN, de 30 de abril, dá caminhos para o combate a este tipo de violência. É possível filtrar os diferentes tipos de iniciativas, que estão organizadas em grupos como “orientação para vítimas”, “registro de denúncias”, “botão do pânico”, “abrigo” e “atendimento jurídico”, entre outras.

Destacamos também o incentivo à denúncia, presente em matérias como “Lei de importunação sexual faz disparar registros no Carnaval do Rio, mas subnotificação ainda preocupa”⁷⁸, publicada em 20 de fevereiro pela GN:

⁷⁶ Disponível em <https://azmina.com.br/reportagens/violencia-domestica-na-quarentena-o-que-fazer/>. Acesso em 15/09/2020.

⁷⁷ Disponível em <http://www.generonumero.media/ajuda-vitimas-de-violencia-domestica-na-quarentena-provocada-pela-pandemia-de-coronavirus/>. Acesso em 15/09/2020.

⁷⁸ Disponível em <http://www.generonumero.media/importunacao-sexual-carnaval-rio/>. Acesso em 15/09/2020.

“No Carnaval, o importante é contar com ajuda de quem estiver ao redor. Tirar foto, fazer vídeos, tudo para identificar o agressor. É preciso partir para medidas mais práticas. No bloco, o que se pode fazer? Não tem como pedir documento. Então faça fotos, vídeos, tente alertar uma unidade policial”, aconselha [a delegada Jéssica Silva de Oliveira]. As mulheres que forem vítimas de assédio durante o Carnaval podem reportar o episódio para qualquer autoridade mais próxima, como policial militar, bombeiro ou guarda municipal. No Rio de Janeiro, as delegacias da mulher estarão abertas 24 horas e com reforço de efetivo. Todas as práticas pretendem encorajar a denúncia.

A reportagem ainda o que entendemos como um posicionamento editorial da GN, com a frase “Violência contra a mulher é crime. No Carnaval ou em outros momentos, Disque 180 e denuncie” ao fim da matéria, em negrito.

4.4 Jornalismo que valoriza a voz das mulheres: análise quantitativa das pessoas citadas nas publicações

As mesmas reportagens submetidas à análise textual foram também analisadas quantitativamente. Como já explicamos na metodologia, no início deste capítulo, inspiramo-nos na metodologia aplicada pelo *Global Media Monitoring Project* para construir a nossa análise. Olhamos para as pessoas citadas direta ou indiretamente nos textos (e não apenas mencionadas), atentando-nos para o uso de aspas e de verbos declaratórios.

As reportagens foram categorizadas de acordo com o uso de fontes, inicialmente. Separamos aquelas que citavam pessoas daquelas que se utilizavam apenas de fontes secundárias, como documentos legais, relatórios de pesquisas e bases de dados no geral, por exemplo.

A partir dessa divisão, quantificamos todas as pessoas citadas, analisando especificamente o gênero, a raça/etnia e a faixa etária. Para além de buscarmos entender, quantitativamente, quem são as pessoas que recebem espaço na produção jornalística das plataformas, esta análise foi pensada também com objetivo de comparação com os números de representação das mulheres no jornalismo tradicional apontados pelo GMMP (Macharia, 2015).

Com efeito, as mulheres são minoria neste âmbito, representando 26% das pessoas nas notícias de rádios, televisões e jornais ao redor do mundo. Nos portais analisados na internet, a presença delas é ainda mais baixa, de 25%.

Depois, analisamos quantas pessoas exerciam a função de especialista nas reportagens. Conforme a metodologia do GMMP⁷⁹, a fonte entrevistada exerce esta função ao “oferecer informação, opinião ou comentário adicional, com base em conhecimento especializado ou *expertise* no assunto”.

Importa-nos entender quem são as pessoas ouvidas como especialistas nas publicações feitas pelos veículos utilizados em razão da sua postura manifesta a favor da equidade de gênero. Como vimos anteriormente, coloca-se em destaque apenas as pessoas que estão no topo de suas áreas, o que frequentemente, considerando a distribuição de poder nas sociedades, significará que serão homens nestas posições de destaque (Shor et al., 2015).

De fato, o relatório do GMMP de 2015 (Macharia, 2015) mostra que as mulheres eram enquadradas como especialistas em apenas 19% e 21% dos casos nos meios tradicionais e online, respectivamente.

Considerando o escopo do nosso corpus, que inclui quase dois meses e meio de cobertura sobre a pandemia de coronavírus, parece-nos ainda mais relevante olhar para o uso de fontes especialistas mulheres nas iniciativas analisadas à luz dos resultados do recente estudo “*The Missing Perspectives of Women in COVID-19 News*” (Kassova, 2020). A pesquisa analisou a representação das mulheres em notícias publicadas em seis países – Índia, Quênia, Nigéria, África do Sul, Reino Unido e Estados Unidos – entre primeiro de março e 15 de abril de 2020. Entre os dados obtidos, destaca-se que, no papel de especialistas, “os homens foram citados entre 2,9 (Reino Unido) e 5,1 (Índia) vezes mais frequentemente do que as mulheres” (idem, p. 32) nas notícias analisadas.

4.4.1 Análise quantitativa da Revista AzMina

Das 54 reportagens publicadas pela AM durante os meses de janeiro a março de 2020, período de coleta do nosso corpus de pesquisa, 6 delas utilizavam-se apenas de

⁷⁹ Disponível em <https://bit.ly/32XyWcF>. Acesso em 15/09/2020.

fontes secundárias, A grande maioria, no entanto (42), citavam ao menos uma pessoa. Nestes 42 textos, 189 pessoas foram citadas direta ou indiretamente. Apresentamos parte dos dados obtidos na tabela a seguir.

Tabela 4. Resultados da análise qualitativa das pessoas e especialistas nas reportagens da Revista AzMina.

GÊNERO E RAÇA/ETNIA	PESSOAS	%	ESPECIALISTAS	%
MULHER BRANCA	9	4,8%	5	6,9%
MULHER NEGRA	20	10,6%	6	8,3%
MULHER INDÍGENA	10	5,3%	4	5,6%
MULHER DE OUTRA RAÇA/ETNIA	1	0,5%	1	1,4%
MULHER SEM INFO DE RAÇA ETNIA	135	71,4%	53	73,6%
TOTAL MULHER	175	92,6%	69	95,8%
HOMEM BRANCO	0	0%	0	0%
HOMEM NEGRO	2	1,1%	0	0%
HOMEM INDÍGENA	1	0,5%	0	0%
HOMEM DE OUTRA RAÇA/ETNIA	0	0%	0	0%
HOMEM SEM INFO DE RAÇA/ETNIA	11	5,8%	3	4,2%
TOTAL HOMEM	14	7,4%	3	4,2%
OUTRO GÊNERO	0	0%	0	0%
TOTAL	189	100%	72	100%

A absoluta maioria das fontes ouvidas pelas reportagens da AM são mulheres: 92,6%, totalizando 175 mulheres, sendo 4 mulheres trans. Optamos por não criar categorias diferentes para mulheres e homens trans na codificação, mas, em razão da baixa visibilidade da população trans, entendemos como relevante destacar este dado. 7,4% das pessoas citadas eram homens.

Em apenas 44 casos a idade das pessoas foi citada, sendo 43 mulheres e um homem – ou seja, em 76,7% dos casos, a faixa etária não foi informada. A maioria das pessoas ouvidas pela reportagem tinham entre 19 e 34 anos, como detalhado na tabela a seguir.

Tabela 5. Resultados da análise quantitativa das faixas etárias das pessoas nas reportagens da Revista AzMina.

IDADE	PESSOAS	%
NÃO SABE	145	76,7%
13-18	1	0,5%
19-34	22	11,6%
35-49	12	6,3%
50-64	6	3,2%
65+	3	1,6%
TOTAL	189	

Através do conteúdo manifesto no texto e das fotografias presentes nas reportagens, identificamos que 4,8% das pessoas citadas eram mulheres brancas, sendo duas mulheres trans; 10,6%, mulheres negras, sendo duas mulheres trans; 5,3%, mulheres indígenas e 0,5% mulheres de outra etnia. Neste caso, de apenas uma fonte, a mulher era de raça amarela.

No entanto, e cabe destacar este dado, não foi possível identificar a raça/etnia da grande maioria das mulheres entrevistadas: 71% do total de pessoas citadas. Em alguns casos, havia fotografia da pessoa, mas só codificamos a raça/etnia quando não haveria dúvidas do enquadramento dessa pessoa, levando em consideração a importância da autodeclaração étnico-racial.

Apenas 1,1% das pessoas foram identificadas como homens negros. Os outros homens citados não foram enquadrados nos conceitos de raça/etnia, totalizando 5,8% das fontes.

Entre as pessoas citadas como especialistas, 95,8% eram mulheres: 6,9% eram mulheres brancas; 8,3%, negras, sendo uma mulher trans; 5,6%, indígenas e 1,4%, de outra raça/etnia. A raça/etnia de 73,6% de todas/os as/os especialistas não foi identificada.

Uma minoria das/os especialistas eram homens: 4,2%. Não foi possível identificar a raça/etnia de nenhum deles. Foi citada a idade de apenas uma especialista, uma mulher negra de 31 anos.

4.4.2 Análise quantitativa da Gênero e Número

Das 49 reportagens publicadas pela GN durante o período de coleta do corpus deste estudo, 2 delas utilizavam-se apenas de fontes secundárias, como documentos ou bases de dados e 47 citavam ao menos uma pessoa. Nestes 42 textos, 150 pessoas foram citadas direta ou indiretamente. Apresentamos os dados obtidos na tabela a seguir.

Tabela 6. Resultados da análise qualitativa das pessoas e especialistas nas reportagens da Gênero e Número.

GÊNERO E RAÇA/ETNIA	PESSOAS	%	ESPECIALISTAS	%
MULHER BRANCA	5	3,3%	4	9,8%
MULHER NEGRA	22	14,7%	5	12,2%
MULHER INDÍGENA	1	0,7%	1	2,4%
MULHER DE OUTRA RAÇA/ETNIA	0	0%	0	0%
MULHER SEM INFO DE RAÇA ETNIA	94	62,7%	25	61%
TOTAL MULHER	122	81,3%	35	85,4%
HOMEM BRANCO	1	0,7%	1	2,4%
HOMEM NEGRO	6	4%	0	0%
HOMEM INDÍGENA	0	0%	0	0%
HOMEM DE OUTRA RAÇA/ETNIA	0	0%	0	0%
HOMEM SEM INFO DE RAÇA/ETNIA	21	14%	5	12,2%
TOTAL HOMEM	28	18,7%	6	14,6%
OUTRO GÊNERO	0	0%	0	0%
TOTAL	150	100%	41	100%

Nas reportagens da Gênero e Número coletadas que citam pessoas como fonte, 81,3% das pessoas citadas eram mulheres, um número absoluto de 122 mulheres, sendo duas mulheres trans. Das pessoas citadas, 3,3% eram mulheres brancas; 14,7%, negras, sendo uma mulher trans, e 0,7%, indígenas. Não havia informação sobre a raça/etnia das mulheres, em texto ou fotos, de 62,7% dos casos totais.

Olhando para as citações, vemos que 18,7% das pessoas citadas eram homens, sendo dois homens trans. Não foi possível identificar a raça/etnia de 21 homens, 14% de todas as pessoas citadas. Das pessoas citadas, 0,7% eram homens brancos e 4%, homens negros.

Sobre a faixa etária das pessoas, este dado foi informado em apenas 23,3% dos casos. 15,3% do total das pessoas ouvidas tinham entre 19 e 34 anos. Detalhamos estes dados na tabela abaixo.

Tabela 7. Resultados da análise quantitativa das faixas etárias das pessoas nas reportagens da Gênero e Número.

IDADE	PESSOAS	%
NÃO SABE	115	76,7%
13-18	1	0,7%
19-34	23	15,3%
35-49	6	4,0%
50-64	4	2,7%
65+	1	0,7%
TOTAL	150	

De notar que 41 pessoas foram enquadradas, na nossa codificação, como especialistas, sendo 85,4% mulheres. As mulheres brancas representam 9,8% de todas/os as/os de especialistas, negras, 12,2, e indígenas, 2,4. A maioria das mulheres, no entanto, não tinha informação de raça/etnia, sendo 61% do total.

Das/os especialistas, 14,6% eram homens. Não foi possível identificar a raça/etnia de 12,2%, sendo apenas 2,4% homens brancos. Só foi apontada a idade de uma especialista – uma mulher negra de 31 anos.

Considerações finais

No decorrer desta dissertação, olhamos historicamente para a construção da ética jornalística e do jornalismo enquanto instituição central para a manutenção das democracias. Como vimos, a industrialização do jornalismo fortaleceu o estabelecimento de uma ética profissional ligada diretamente à ideologia da objetividade, conceito que, na sua concepção tradicional, ainda é visto como algo central ao jornalismo como um todo. Contudo, inúmeras investigações, que analisámos em detalhe, demonstram a incompatibilidade entre a observação “desinteressada dos fatos”, que estará invariavelmente ligada à posição e situação da/o observadora/or, e a apresentação de uma interpretação “neutra” das questões abordadas.

Em seguida, revisitamos o processo de entrada das mulheres no jornalismo industrial, com foco nos Estados Unidos, onde inicialmente teve maior força a industrialização e a profissionalização do jornalismo, assim como a norma da objetividade. Abordamos, também, as diferentes experiências de homens e mulheres atualmente na profissão, considerando uma série de constrangimentos que se colocam ao trabalho e aos avanços das jornalistas, como a segregação horizontal e vertical, as situações de assédio e abuso sexuais, refletindo também sobre a representação desigual das mulheres no conteúdo jornalístico. Esta construção permitiu-nos entender o jornalismo como uma instituição generificada, que tem como bases os valores entendidos como masculinos, a partir de uma naturalização dos binarismos de gênero.

É esta mesma instituição que deve fiscalizar a democracia e garantir que todas/os sejam ouvidas/os. Proceder com uma postura “objetiva”, que se traduz em “desinteressada”, para atingir estes fins é, logo, impossível, entendendo a hierarquização da sociedade e as diferentes opressões que se colocam no acesso à manifestação e validação destas. A aproximação do jornalismo aos interesses do

mercado e as crescentes dificuldades que os tradicionais modelos econômicos do jornalismo enfrentam trazem dificuldades acrescidas para a obtenção dessa dita abordagem desinteressada. Assim, afirmamos que a ética profissional do jornalismo tradicional e a forma na qual este se organiza não constitui uma base sólida para a obtenção de uma representação justa da sociedade e das suas desigualdades, como seria necessário para a manutenção de uma sociedade verdadeiramente democrática.

Por isso, e como uma forma de ampliação do conceito de jornalismo, olhamos para diferentes formas de rompimento com a objetividade jornalística tradicional, para a manifestação de *advocacy* e para o jornalismo alternativo. Foi-nos especialmente relevante compreender o espaço ocupado pelas mulheres neste âmbito, principalmente no jornalismo alternativo feminista. Aproximamo-nos, ainda, de teorias feministas que podem alicerçar novas proposições éticas para o jornalismo, como forma de obter a diversidade que defendemos ser tão necessária, de promover o cuidado para com as fontes e de criar ambientes propícios para o desenvolvimento das jornalistas.

Com esta base teórica, procedemos para a parte empírica deste trabalho, em que demos atenção ao jornalismo de duas plataformas nativas digitais brasileiras, a *Revista AzMina* e a *Gênero e Número*. Tal análise foi estruturada em três partes — analisamos qualitativamente os seus estatutos editoriais e as reportagens publicadas durante cinco meses, de janeiro a maio de 2020, e quantitativamente, as pessoas citadas nestes textos, a fim de entender de que forma pode se constituir o jornalismo feminista.

Através da análise dos estatutos editoriais, verificamos que a “defesa de uma causa”, nestes casos, da equidade de gênero, está presente em ambas as plataformas. No entanto, isto é feito de formas diferentes por cada uma. Enquanto a *Gênero e Número* distancia-se do ativismo, firmando-se como um “jornalismo de nicho”, o que podemos enquadrar como uma forma de *advocacy* feminista no jornalismo, a *Revista AzMina* posiciona-se diretamente “contra o machismo”, tendo como missão a promoção da equidade de gênero, o que se aproxima mais do jornalismo alternativo e feminista.

Com as outras etapas da análise, foi possível comprovar a aplicação prática dos valores editoriais dos meios, nomeadamente a diversidade e a transparência, mas principalmente a defesa da equidade de gênero, pautando a vida das mulheres e as

suas experiências. Destacamos principalmente a atenção dada a duas questões centrais aos feminismos brasileiros: a violência doméstica e familiar e a saúde reprodutiva.

Com efeito, é conferido um grande espaço às mulheres no conteúdo produzido pelas plataformas. Diferente da mídia tradicional (Macharia, 2015), a maioria absoluta das fontes citadas nas reportagens que compõem o nosso corpus são mulheres, e são elas, também, a absoluta maioria das pessoas especialistas. Esta realidade é especialmente relevante considerando o contexto da pandemia de coronavírus, como exemplifica a pesquisa de Kassova (2020).

É digna de nota a quantidade elevada de pessoas citadas nas notícias, sendo pequeno o número de reportagens em que não são citadas pessoas direta ou indiretamente. O foco em análise de dados da GN pode ser uma explicação para o número menor de fontes citadas na sua plataforma. Frente ao número de pessoas ouvidas no total e o número de especialistas, chama a atenção que a maioria delas ocupam outra função na notícia. Dessa forma, entendemos que a prática de tornar o pessoal político está presente no jornalismo analisado, através da apresentação das trajetórias de uma série de mulheres, como verificamos na análise textual.

Considerando a atenção dada a diversidade e a interseccionalidade nos estatutos editoriais, ainda que esta última não seja diretamente mencionada, podemos destacar o enquadramento das reportagens com perspectiva de raça e a atenção às populações mais vulneráveis. Ademais, podemos argumentar que há atenção para as questões de raça/etnia no que tange às pessoas ouvidas, mas não há informações sobre a raça/etnia das pessoas na maioria dos casos. Isto leva-nos a pensar que muitas das pessoas entrevistadas seriam mulheres brancas. Apesar de a população brasileira ser majoritariamente preta ou parda, ainda considera-se que a norma é a branquitude, sendo relevante destacar a raça/etnia da pessoa quando há uma quebra, ou seja, quando se trata de uma pessoa não branca. Contudo, existe uma valorização da perspectiva das mulheres negras, o que se conecta com a nossa reflexão sobre o *standpoint* feminista.

Também parece-nos interessante destacar que, apesar de não serem maioria, os homens também são citados. Ou seja, não se trata de um contexto em que as suas contribuições não são bem vindas, mas de uma valorização das fontes mulheres –

das suas vidas e ideias, assim como das suas diferenças e possibilidades, características que, para Steiner (2019), definem o que constituiria o jornalismo feminista.

Concluimos, assim, que o jornalismo feminista e alternativo, como exemplificado pelas plataformas analisadas, constitui não só uma forma plenamente válida como necessária de ampliação do conceito de jornalismo, do abandono de um falso ponto de vista neutro e da adoção de um jornalismo que pauta a defesa de causas relevantes, como a igualdade de gênero e outras, para a obtenção de uma sociedade mais igualitária e participativa.

Bibliografia

- Acker, J. (1998). The future of “gender and organizations”: connections and boundaries. *Gender, Work and Organization*, 5(4), 195–206. <https://doi.org/10.1111/1468-0432.00057>
- Aguiar, L. A. de, & Barsotti, A. (2017). Um silêncio ronda as home pages: perda de audiência e mudanças nas rotinas produtivas em jornalismo. *Parágrafo*, 5(1), 178–187. Disponível em <http://revistaseletronicas.fiamfaam.br/index.php/recicofi/article/view/440/476>. Acesso em 15/09/2020.
- Allan, S. (1998). (En)gendering the truth politics of news discourse. In *News, gender and power* (p. 121–141). Routledge. <https://doi.org/10.4324/9780203010631-15>
- Amaral, L. (1996). *A Objetividade Jornalística*. Sagra.
- Anderson, C. W., Bell, E., & Shirky, C. (2013). Jornalismo Pós-Industrial. In *Revista de Jornalismo ESPM*, 2.
- Anderson, E. (2020). Feminist Epistemology and Philosophy of Science. In E. N. Zalta (Org.), *The Stanford Encyclopedia of Philosophy*. Metaphysics Research Lab, Stanford University. Disponível em <https://plato.stanford.edu/cgi-bin/encyclopedia/archinfo.cgi?entry=feminism-epistemology>. Acesso em 15/09/2020.
- Atton, C. (2001). *Alternative Media*. SAGE Publications.
- Atton, C. (2003). What is “alternative” journalism? *Journalism*, 4(3), 267–272. <https://doi.org/10.1177/14648849030043001>
- Atton, C. (2009). Why alternative journalism matters. *Journalism*, 10(3), 283–285. <https://doi.org/10.1177/1464884909102582>
- Bandeira, A. P. B. da S. (2015). Jornalismo feminino e jornalismo feminista: aproximações e distanciamentos. *Vozes & Diálogo*, 14(2), 190–199. <https://doi.org/https://doi.org/10.14210/vd.v14n02.p%25p>
- Barsotti, A. (2018). As máquinas não param: o jornalismo em rede na era da convergência de redações. *LÍBERO*, 21(41), 142–154. Disponível em <http://seer.casperlibero.edu.br/index.php/libero/article/view/950>. Acesso em 15/09/2020.

- Beasley, M. (2001). Recent Directions for the Study of Women's History in American Journalism. *Journalism Studies*, 2(2), 207–220. <https://doi.org/10.1080/14616700117394>
- Bittelbrun, G. V. (2019). Revista Azmina: Imagens e Possibilidades Heterotópicas Feministas na Plataforma Online. In F. Henriques, P. Calvo, L. de L. Ito, R. Longhi, L. A. Ogando, & M. Martinez (Orgs.), *Gênero, notícia e transformação social*. Ria Editorial.
- Braga, C. de T. (2019). *VIUVEZ E COTIDIANO DAS MULHERES EM MEADOS DOS OITOCENTOS (Pernambuco, 1842-1853)* [Universidade Federal Fluminense]. <https://doi.org/10.22409/PPGH.2019.m.08563486438>
- Brasil, B. (2020, 20 de maio). O Espelho Diamantino, para as senhoras brasileiras. *Biblioteca Nacional*. Disponível em: <https://www.bn.gov.br/acontece/noticias/2020/05/espelho-diamantino-senhoras-brasileiras>. Acesso em 15/09/2020.
- Buitoni, D. S., & Lopes, M. (2018). “Revista AzMina” e Carnaval sem Assédio: uma análise do jornalismo ativista no combate à violência contra a mulher. *Cadernos de Gênero e Diversidade*, 4(2), 21. <https://doi.org/10.9771/cgd.v4i2.24613>
- Butler, J. (1990). *Gender trouble and the subversion of identity*. Routledge.
- Byerly, C. M. (2011). *Global Report on the Status of Women in the News Media*. Disponível em <https://www.iwmf.org/wp-content/uploads/2018/06/IWMF-Global-Report.pdf>. Acesso em 15/09/2020.
- Cagé, J. (2016). *Salvar os média: Capitalismo, Financiamento Participativo e Democracia*. Temas e Debates - Círculo de Leitores.
- Camponez, C. (2014). Entre verdade e respeito – por uma ética do cuidado no jornalismo. *Comunicação e Sociedade*. [https://doi.org/10.17231/comsoc.25\(2014\).1863](https://doi.org/10.17231/comsoc.25(2014).1863)
- Capote, T. (2003 [1965]). *A sangue frio*. Companhia das Letras.
- Carastathis, A. (2014). The concept of intersectionality in feminist theory. In *Philosophy Compass* (Vol. 9, Número 5, p. 304–314). Wiley-Blackwell Publishing. <https://doi.org/10.1111/phc3.12129>
- Cardoso, E. (2004). Imprensa feminista brasileira pós-1974. *Revista Estudos Feministas*, 12(spe), 37–55. <https://doi.org/10.1590/s0104-026x2004000300004>
- Casadei, E. B., & Makita, M. A. L. (2019). O pessoal é político na Revista AzMina: legitimação pelo testemunho e demandas por reconhecimento nos textos sobre maternidade. *Revista Contracampo*, 38(3), 150–163. <https://doi.org/10.22409/contracampo.v38i3.28480>
- Castro, A. (2013). Teorias do Jornalismo, Universidade e Profissionalização: desenvolvimento internacional e impasses brasileiros. *Bocc*, 20, 1–19. Disponível em <http://www.bocc.ubi.pt/pag/castro-alexandre-2013-teorias-jornalismo.pdf>. Acesso em 15/09/2020.

- Cerqueira, D., Bueno, S., Alves, P. P., de Lima, R. S., da Silva, E. R. A., Ferreira, H., Pimentel, A., Barros, B., Marques, D., Pacheco, D., Lins, G. de O. A., Lino, I. dos R., Sobral, I., Figueiredo, I., Martins, J., Armstrong, K. C., & Figueiredo, T. da S. (2020). *Atlas da Violência 2020*. Disponível em <https://www.ipea.gov.br/atlasviolencia/download/24/atlas-da-violencia-2020>. Acesso em 15/09/2020.
- Chambers, D., Steiner, L., & Fleming, C. (2004). Women and journalism. In *Women and Journalism*. <https://doi.org/10.4324/9780203500668>
- Cohen-Almagor, R. (2008). The limits of objective reporting. *Journal of Language and Politics*, 7(1), 136–155. <https://doi.org/10.1075/jlp.7.1.07alm>
- Craft, S., & Wanta, W. (2004). Women in the newsroom: Influences of female editors and reporters on the news agenda. *Journalism and Mass Communication Quarterly*, 81(1), 124–138. <https://doi.org/10.1177/107769900408100109>
- Crestani, L. C. B. (2016). *Precarização do jornalismo [monografia]*. Universidade de Brasília. Disponível em <https://bdm.unb.br/handle/10483/15121>. Acesso em 15/09/2020.
- Cupani, A. (1989). A objetividade científica como problema filosófico. *Caderno Brasileiro de Ensino de Física*. Disponível em <https://periodicos.ufsc.br/index.php/fisica/article/viewFile/10067/14908>. Acesso em 15/09/2020.
- d’Anconna, M. (2017). *Post-Truth: The New War on Truth and How to Fight Back*. Ebury Digital.
- da Silva, A. T. (2018). *Jornalismo Alternativo e de Dados: estudo de caso da revista online Gênero e Número* [Escola Superior de Educação de Coimbra]. Disponível em http://comum.rcaap.pt/bitstream/10400.26/29038/1/ANDREZA_SILVA.pdf. Acesso em 15/09/2020.
- Dantas, J. B. A., Pinheiro, E. B. B., Silva, V. P. B. da, Beltrame, V., & David, H. E. (2018). Crise, Precarização e Mudanças Estruturais no Jornalismo: Reflexões Sobre Tendências Teóricas. *Mediapolis – Revista de Comunicação, Jornalismo e Espaço Público*, 5, 39–49. https://doi.org/10.14195/2183-6019_5_3
- Davis, A. (2016 [1981]). *Mulheres, raça e classe*. Boitempo.
- de Beauvoir, S. (2016 [1959]). *O segundo sexo: fatos e mitos* (3º ed). Nova Fronteira.
- De Bruin, M. (2000). Gender, organizational and professional identities in journalism. In *Journalism* (Vol. 1, Número 2, p. 217–238). <https://doi.org/10.1177/146488490000100205>
- De Vuyst, S., & Raeymaeckers, K. (2019). Gender as a multi-layered issue in journalism: A multi-method approach to studying barriers sustaining gender inequality in Belgian newsrooms. *European Journal of Women’s Studies*, 26(1), 23–38. <https://doi.org/10.1177/1350506817729856>
- Del Vecchio-Lima, M. D., & Alves de Souza, H. da C. (2017). Espaços alternativos

- na internet como formas de visibilizar as mulheres no jornalismo brasileiro. *Media & Jornalismo*, 17(31), 131-152. https://doi.org/10.14195/2183-5462_31_9
- Djerf-Pierre, M. (2007) 'The gender of journalism. The structure and logic of the field in the twentieth century', *Nordicom Review*, Jubilee Issue, 81–104. Disponível em https://www.nordicom.gu.se/sites/default/files/kapitel-pdf/248_248_djerf-pierre1.pdf. Acesso em 15/10/2020.
- Djerf-Pierre, M. (2011). The difference engine: Gender equality, journalism and the good society. *Feminist Media Studies*, 11(1), 43–51. <https://doi.org/10.1080/14680777.2011.537026>
- Domingues, J. (2012). *A ficção do novo jornalismo nos livros-reportagem de Caco Barcellos e Fernando Morais*. Pontifícia Universidade Católica do Rio Grande do Sul. Disponível em <http://hdl.handle.net/10923/2165>. Acesso em 15/09/2020.
- Edgar, A. (1992). Objectivity, Bias and Truth. In A. Belsey & R. Chadwick (Orgs.), *Ethical Issues in Journalism and the Media* (p. 83–95). Taylor & Francis.
- Everbach, T. (2006). *THE CULTURE OF A WOMEN-LED NEWSPAPER: AN ETHNOGRAPHIC STUDY OF THE SARASOTA HERALD-TRIBUNE*. <https://journals.sagepub.com/doi/abs/10.1177/107769900608300301>
- Federici, S. (2017). *Calibã e a bruxa: Mulheres, corpo e acumulação primitiva*. Elefante.
- Federici, S. (2018). *O Ponto Zero da Revolução: Trabalho doméstico, reprodução e luta feminista*. Editora Elefante.
- Felski, R. (1989). *Beyond feminist aesthetics : feminist literature and social change*. Harvard University Press.
- Ferrier, M. (2018). *Attacks and Harassment: The Impact on Female Journalists and Their Reporting*. <https://www.iwmf.org/wp-content/uploads/2018/09/Attacks-and-Harassment.pdf>
- Fisher, C. (2016). The advocacy continuum: Towards a theory of advocacy in journalism. *Journalism*. <https://doi.org/10.1177/1464884915582311>
- Friedman, M. (2013). Care Ethics. In *The International Encyclopedia of Ethics* (p. 705–713). Blackwell Publishing Ltd. Published. <https://doi.org/10.4324/9781315873350>
- Fürsich, E. (2009). In defense of textual analysis: Restoring a challenged method for journalism and media studies. *Journalism Studies*, 10, 238–252. <https://doi.org/10.1080/14616700802374050>
- Fürsich, E. (2018). *Textual Analysis and Communication*. Oxford Bibliographies. <https://doi.org/10.1093/OBO/9780199756841-0216>
- Garcez, B., & Silveirinha, M. J. (2020). Objetividade jornalística e perspectiva feminista: por uma articulação. *Mediapolis – Revista de Comunicação, Jornalismo e Espaço Público*, 10, 117–130. https://doi.org/10.14195/2183-6019_10_8

- Geertsema-Sligh, M. (2018). Gender Issues in News Coverage. In *The International Encyclopedia of Journalism Studies* (p. 1–8). Wiley.
<https://doi.org/10.1002/9781118841570.iejs0162>
- Gill, R. (2007). *Gender and the Media*. Polity.
- Gilligan, Carol. (1982). In *A Different Voice: Psychological Theory and Women's Development*. Harvard University Press.
- Glasser, T. T. (1984). OBJECTIVITY PRECLUDES RESPONSIBILITY. *The Quill*, 72(2). Disponível em <http://www.columbia.edu/itc/journalism/j6075/edit/readings/glasser.html>. Acesso em 15/09/2020.
- Global Media Monitoring Project: Women's Participation in the News*. (1995). Disponível em http://cdn.agilitycms.com/who-makes-the-news/Imported/reports_2015/global/gmmp_global_report_en.pdf. Acesso em 15/09/2020.
- Gomes Barbosa, K., & Varão, R. (2018). Error, Doubt and Gendered Journalism: A Look at the Rape Coverage in the Feature “A Rape On Campus”. *Brazilian Journalism Research*, 14(1), 12–29.
<https://doi.org/10.25200/bjr.v14n1.2018.1049>
- Gustafson, J. (2018). *Jornalismo feminista: estudo de caso sobre a construção da perspectiva de gênero no jornalismo*. Universidade Federal de Santa Catarina. Disponível em <https://repositorio.ufsc.br/handle/123456789/193588>. Acesso em 15/09/2020.
- Hanitzsch, T., & Hanusch, F. (2012). Does gender determine journalists' professional views? A reassessment based on cross-national evidence. *European Journal of Communication*, 27(3), 257–277. <https://doi.org/10.1177/0267323112454804>
- Harcup, T. (2003). “The unspoken - Said”: The journalism of alternative media. *Journalism*. <https://doi.org/10.1177/14648849030043006>
- Harding, S. (1993). Rethinking Standpoint Epistemology: What Is ‘Strong Objectivity’? In L. Alcoff & E. Potter (Orgs.), *Feminist Epistemologies* (p. 49–82). Routledge.
- Heinrich, A. (2012). What is “Network Journalism”? *Media International Australia*, 144, 60–67. <https://doi.org/10.1177/1329878x1214400110>
- Hekman, S. (1997). Truth and Method: Feminist Standpoint Theory Revisited. In *Signs* (Vol. 22, Número 2, p. 341–365). Disponível em <https://www.jstor.org/stable/3175275>. Acesso em 15/09/2020.
- Humprecht, E., & Esser, F. (2017). A glass ceiling in the online age? Explaining the underrepresentation of women in online political news. *European Journal of Communication*, 32(5), 439–456. <https://doi.org/10.1177/0267323117720343>
- Iggers, J. (1999). Good News, Bad News. In *Good News, Bad News: Journalism Ethics and the Public Interest*. Routledge.

<https://doi.org/10.4324/9780429500145>

- Janowitz, M. (1975). Professional Models in Journalism: The Gatekeeper and the Advocate. *Journalism Quarterly*, 52(4), 618–626. <https://doi.org/10.1177/107769907505200402>
- Jenkins, J., & Finneman, T. (2018). Gender trouble in the workplace: applying Judith Butler's theory of performativity to news organizations. *Feminist Media Studies*. <https://doi.org/10.1080/14680777.2017.1308412>
- Kassova, L. (2020). *The Missing Perspectives of Women in COVID-19 News: A special report on women's under-representation in news media*. Disponível em <https://www.iwmf.org/wp-content/uploads/2020/09/2020.09.16-FULL-COVID-REPORT.pdf>. Acesso em 15/09/2020.
- Kroetz, I. D., & Gai, E. T. P. (2015). O Jornal das Senhoras e a busca pela emancipação moral e intelectual da mulher brasileira. *Literatura, Comparativismo e Crítica Social*, 14, 118–131. <https://doi.org/10.5902/1679849X18518>
- Lacy, S., Davenport, L., & Miller, C. (1998). Women in Newspaper Newsroom Management: 1949 to 1979. *The Web Journal of Mass Communication Research*, 1(2). Disponível em <http://wjmc.info/1998/03/01/women-in-newspaper-newsroom-management-1949-to-1979/>. Acesso em 15/09/2020.
- Lavie, A., & Lehman-Wilzig, S. (2005). The method is the message: Explaining inconsistent findings in gender and news production research. *Journalism*, 6(1), 66–89. <https://doi.org/10.1177/1464884905048953>
- Leal, B. S., Jácome, P., & Manna, N. (2014). A “crise” do jornalismo: o que ela afirma e o que ela esquece. *LÍBERO*, 17(34), 145–154. Disponível em <http://seer.casperlibero.edu.br/index.php/libero/article/view/113>. Acesso em 15/09/2020.
- Lelo, T. V. (2019). A feminização do jornalismo sob a ótica das desigualdades de gênero. *Revista Estudos Feministas*, 27(2), 1–14. <https://doi.org/10.1590/1806-9584-2019v27n254225>
- Lima Crescêncio, C. (2017). ANTIFEMINISMO E RESSENTIMENTO: AS MULHERES NO O PASQUIM. *Seminário Internacional Fazendo Gênero 11*. Disponível em http://www.en.wwc2017.eventos.dype.com.br/resources/anais/1498609031_ARQUIVO_Cintia_Lima_Crescencio_Texto_completo_MM_FG.pdf. Acesso em 15/09/2020.
- Lobo, P., Silveirinha, M. J., Torres da Silva, M., & Subtil, F. (2017). “In Journalism, We Are All Men”: Material voices in the production of gender meanings. *Journalism Studies*, 18(9), 1148–1166. <https://doi.org/10.1080/1461670X.2015.1111161>
- Macharia, S. (2015). Global Media Monitoring Project 2015. In *World Association for Christian Communication*. <https://doi.org/10.1002/9781119429128.iegmc074>

- Mahtani, M. (2005). Gendered news practices: examining experiences of women journalists in different national contexts. In S. Allan (Org.), *Journalism: Critical Issues* (p. 299–310). Open University Press.
- Mano, M. K. T. (2017). De um jornalismo sexista a um jornalismo com perspectiva de gênero. *Lutas Sociais*, 21(39), 9–20. Disponível em <https://revistas.pucsp.br/l/article/view/35874>. Acesso em 15/09/2020.
- Maras, S. (2013). *Objectivity in Journalism*. Polity Press.
- Martinez, M. (2017). Jornalismo Literário: revisão conceitual, história e novas perspectivas. *Intercom: Revista Brasileira de Ciências da Comunicação*, 40(3), 21–36. <https://doi.org/10.1590/1809-5844201732>
- McNair, B. (2009). Journalism and democracy. In K. Wahl-Jorgensen & T. Hanitzsch (Orgs.), *The Handbook of Journalism Studies* (Vol. 1, p. 237–249). Taylor and Francis. <https://doi.org/10.4324/9780203877685-27>
- McNair, B. (2017). After Objectivity?: Schudson’s sociology of journalism in the era of post-factuality. *Journalism Studies*, 18(10), 1318–1333. <https://doi.org/10.1080/1461670X.2017.1347893>
- McNair, B. (2018). Journalism as Public Sphere. In T. P. Vos (Org.), *Journalism* (p. 149–168). De Gruyter. <https://doi.org/10.1515/9781501500084-008>
- Miranda, J. (2017). Contributos para o estudo sobre a feminização do jornalismo português. *Media & Jornalismo*, 17(30), 27–42. https://doi.org/10.14195/2183-5462_30_2
- Moi, T. (1991). Appropriating Bourdieu: Feminist Theory and Pierre Bourdieu’s Sociology of Culture. *New Literary History*, 22(4), 1017. <https://doi.org/10.2307/469077>
- Moretzsohn, S. (2000). “Profissionalismo” E “Objetividade”: o jornalismo na contramão da política. *Anais do IX Encontro Anual da Compós*, 20. Disponível em <http://www.bocc.ubi.pt/pag/moretzsohn-sylvia-profissionalismo-jornalismo.pdf>. Acesso em 15/09/2020.
- Muñoz-Torres, J. R. (2012). Truth and objectivity in journalism: Anatomy of an endless misunderstanding. *Journalism Studies*, 13(4), 566–582. <https://doi.org/10.1080/1461670X.2012.662401>
- Muzart, Z. L. (2003). Uma espiada na imprensa das mulheres no século XIX. *Revista Estudos Feministas*, 11(1), 225–233. <https://doi.org/10.1590/s0104-026x2003000100013>
- North, L. (2009). Gendered experiences of industry change and the effects of neoliberalism. *Journalism Studies*, 10(4), 506–521. <https://doi.org/10.1080/14616700902783911>
- Ornebring, H. (2018). Journalism and Change. In T. P. Vos (Org.), *Journalism* (p. 555–574). De Gruyter. <https://doi.org/10.1515/9781501500084-028>
- Pellanda, E., Pase, A., Nunes, A. C., Streck, M., Fontoura, M. C., Ramos De Souza,

- D., & Pereira, I. F. M. (2017). MOBILIDADE E JORNALISMO DIGITAL CONTEMPORÂNEO: FASES DO JORNALISMO MÓVEL UBÍQUO E SUAS CARACTERÍSTICAS. In J. Canavilhas & C. Rodrigues (Orgs.), *JORNALISMO MÓVEL: LINGUAGEM, GÊNEROS E MODELOS DE NEGÓCIO* (p. 197–218). LabCom.
- Pinto, I. L. F. (2013). Liberdade de expressão, Lei de Imprensa e discurso do ódio: da restrição como violação à limitação como proteção. *A&C – Revista de Direito Administrativo & Constitucional*, 13(53), 195–229. <http://dx.doi.org/10.21056/aec.v13i53.129>
- Pontes, F. S. (2017). Desigualdades estruturais de gênero no trabalho jornalístico: o perfil das jornalistas brasileiras. *E-Compós*, 20(1), 1–15. <https://doi.org/10.30962/ec.1310>
- Recuero, R. (2011, novembro). “Deu no Twitter, alguém confirma?” Funções do Jornalismo na Era das Redes Sociais. *9º Encontro Nacional de Pesquisadores em Jornalismo*. Disponível em <http://www.raquelrecuero.com/arquivos/sbpjorreacuero.pdf>. Acesso em 15/09/2020.
- Reginato, G. D. (2018). As finalidades do jornalismo: percepções de veículos, jornalistas e leitores. *Revista FAMECOS*, 25(3), 29349. <https://doi.org/10.15448/1980-3729.2018.3.29349>
- Roberts, M. L. (1997). Copie subversive : Le journalisme féministe en France à la fin du siècle dernier. *Clio*, 6. <https://doi.org/10.4000/clio.390>
- Rodembusch, R. S., & Fritsch, G. da S. (2017, setembro). Imprensa Feminista: O Feminismo nas Produções Jornalísticas da Revista Digital AzMina. *40º Congresso Brasileiro de Ciências da Comunicação*. Disponível em <https://portalintercom.org.br/anais/nacional2017/resumos/R12-2420-1.pdf>. Acesso em 15/09/2020.
- Ross, K. (2001). Women at Work: Journalism as en-gendered practice. *Journalism Studies*, 2(4), 531–544. <https://doi.org/10.1080/14616700120086404>
- Rossi, T. M., & Manente, M. E. P. (2019). Do Feminino ao Feminismo: Uma Análise de Reportagens na Revista AzMina. *24º Congresso de Ciências da Comunicação na Região Sudeste*. Disponível em <https://portalintercom.org.br/anais/sudeste2019/resumos/R68-0453-1.pdf>. Acesso em 15/09/2020.
- Ruoho, I., & Torkkola, S. (2018). Toward a Multidimensional Approach. *Nordicom Review*, 39, 67–79. <https://doi.org/10.2478/nor-2018-0002.67>
- Ryan, M. (2001). Journalistic Ethics, Objectivity, Existential Journalism, Standpoint Epistemology, and Public Journalism. *Journal of Mass Media Ethics*. https://doi.org/10.1207/s15327728jmme1601_2
- Schander, G. B., & Bertasso, D. (2019). Revista AzMina e o jornalismo como forma de conhecimento 1. *Pauta Geral - Estudos em Jornalismo*, 6(2), 35–52. <https://doi.org/10.5212/RevistaPautaGeral.v.6.i2.0003>

- Schudson, M. (2001). The objectivity norm in American journalism. *Journalism*. <https://doi.org/10.1177/146488490100200201>
- Schudson, M., & Anderson, C. (2009). Objectivity, professionalism, and truth seeking in journalism. In *The Handbook of Journalism Studies*. <https://doi.org/10.4324/9780203877685-15>
- Scott, J. (1995). Gênero: Uma Categoria Útil Para Análise Histórica. *Educação & Realidade*. <https://doi.org/10.1073/pnas.0703993104>
- Serrano, E. (2006). A dimensão política do jornalismo. *Comunicação & Cultura*, 2, 63–81. Disponível em http://comunicacaoecultura.com.pt/wp-content/uploads/2010/07/02_03_Estrela_Serrano.pdf. Acesso em 15/09/2020.
- Shor, E., van de Rijt, A., Miltsov, A., Kulkarni, V., & Skiena, S. (2015). A Paper Ceiling: Explaining the Persistent Underrepresentation of Women in Printed News. *American Sociological Review*, 80(5), 960–984. <https://doi.org/10.1177/0003122415596999>
- Silva, C. M. da. (2014). *A precarização da atividade jornalística e o avanço da pejetização* [Universidade de Brasília]. Disponível em <https://repositorio.unb.br/handle/10482/15710>. Acesso em 15/09/2020.
- Silva, G. (2009). De que campo do jornalismo estamos falando?. *MATRIZES*, 3(1), 197-212. <https://doi.org/10.11606/issn.1982-8160.v3i1p197-212>
- Silveira, L. L. da, & Souza, P. C. F. de. (2017). Experiências de Inovação no Jornalismo Digital : um estudo de caso do Jornal Nexo. *Parágrafo*, 5(1), 147–156.
- Silveira, S. A. da. (2017). Pós-verdade, neoliberalismo e cinismo institucional. *Revista Lusófona De Estudos Culturais*, 4(2), 85-95. <https://doi.org/10.21814/rlec.243>
- Silveirinha, M. J. (2012). As mulheres e a afirmação histórica da profissão jornalística: contributos para uma não-ossificação da História do jornalismo. *Comunicação e Sociedade*, 21, 165–182. [https://doi.org/10.17231/comsoc.21\(2012\).707](https://doi.org/10.17231/comsoc.21(2012).707)
- Silveirinha, M. J. (2016). Sensitive to others: emotions, care and gender in the construction of news. In C. Cerqueira, R. Cabecinhas, & S. I. Magalhães (Orgs.), *Gender in focus: (new) trends in media* (p. 125–140). CECS - Centro de Estudos de Comunicação e Sociedade.
- Silveirinha, M. J., & Ferreira, V. (2019). Harriet Martineau: socióloga radical e feminista avantlaettré. In J. L. Garcia & H. Martins (Orgs.), *Lições de sociologia clássica* (p. 65–107). Edições 70.
- Silveirinha, M. J., & Simões, R. B. de. (2016). As mulheres tentam compensar. O verbo «compensar» é terrível, não é? Gênero e jornalismo em tempos de mudança. *ex aequo - Revista da Associação Portuguesa de Estudos sobre as Mulheres*, 33, 31–47. <https://doi.org/10.22355/exaequo.2016.33.03>
- Silvino, A. M. D. (2007). Epistemologia positivista: qual a sua influência hoje?

- Psicologia: Ciência e Profissão*. <https://doi.org/10.1590/s1414-98932007000200009>
- Solano, E. (2018). Crise da Democracia e extremismos de direita. *Friedrich Ebert Stiftung*. <https://doi.org/10.1016/j.jct.2008.01.010>
- Sousa, J. P. (2008). Uma história breve do jornalismo no Ocidente. *Jornalismo: História, Teoria e Metodologia. Perspectivas Luso-Brasileiras*, 12–93. Disponível em <http://www.bocc.ubi.pt/pag/sousa-jorge-pedro-uma-historia-breve-do-jornalismo-no-ocidente.pdf>. Acesso em 15/09/2020.
- Sponholz, L. (2003). Objetividade em jornalismo: uma perspectiva da teoria do conhecimento. *Revista FAMECOS*, 21, 110–120. <https://doi.org/10.15448/1980-3729.2003.21.3219>
- Stearns, B.-M. (1930). The First English Periodical for Women. *Modern Philology*, 28(1), 45–59. Disponível em <http://www.jstor.org/stable/433233>. Acesso em 15/09/2020.
- Steiner, L. (2008). Feminist Media Ethics. In L. Wilkins & C. Christians (Orgs.), *The Routledge Handbook of Mass Media Ethics* (p. 433–452). Routledge.
- Steiner, L. (2009). Gender in the newsroom. In K. Wahl-Jorgensen & T. Hanitzsch (Orgs.), *The Handbook of Journalism Studies* (p. 116–129). Routledge.
- Steiner, L. (2012). Failed Theories: Explaining Gender Difference in Journalism. *Review of Communication*, 12(3), 201–223. <https://doi.org/10.1080/15358593.2012.666559>
- Steiner, L. (2017a). Gender and Journalism. In *Oxford Research Encyclopedia of Communication* (p. 1–25). <https://doi.org/10.1093/acrefore/9780190228613.013.91>
- Steiner, L. (2017b). Women war reporters' resistance and silence in the face of sexism and sexual violence. *Media & Journalism*, 17(30), 11–26. https://doi.org/10.14195/2183-5462_30_1
- Steiner, L. (2018). Solving Journalism's Post-Truth Crisis With Feminist Standpoint Epistemology. *Journalism Studies*, 19(13), 1854–1865. <https://doi.org/10.1080/1461670X.2018.1498749>
- Steiner, L. (2019). Feminist Journalism. In T. P. Vos & F. Hanusch (Orgs.), *The International Encyclopedia of Journalism Studies* (p. 1–9). Wiley. <https://doi.org/10.1002/9781118841570.iejs0130>
- Steiner, L., & Okrusch, C. (2006). Care As a Virtue for Journalists. *Journal of Mass Media Ethics*, 21(2), 102–122. https://doi.org/10.1207/s15327728jmme2102&3_2
- Teles, M. A. de A. (1993). *Breve história do feminismo no Brasil*. Brasiliense.
- Thomas, R. J. (2018). Advocacy Journalism. In T. P. Vos (Org.), *Journalism* (p. 391–414). De Gruyter. <https://doi.org/10.1515/9781501500084-020>

- Traquina, N. (2012). *Teorias do Jornalismo: Porque as notícias são como são*. Insular.
- Traquina, N. (2013). *Teorias do Jornalismo: A tribo jornalística - uma comunidade interpretativa transnacional*. Insular.
- Tuchman, G. (1972). Objectivity as Strategic Ritual: An Examination of Newsmen's Notions of Objectivity. *American Journal of Sociology*, 77(4), 660–679. <https://doi.org/10.4324/9781315189772-9>
- Tuchman, G. (2000). The Symbolic Annihilation of Women by the Mass Media. In L. Crothers & C. Lockhart (Orgs.), *Culture and Politics* (p. 150–174). Palgrave Macmillan US. https://doi.org/10.1007/978-1-349-62965-7_9
- van Zoonen, L. (1998). One of the girls? The changing gender of journalism. In C. Carter, G. Branston, & S. Allan (Orgs.), *News, Gender and Power* (p. 33–46). Routledge. <https://doi.org/10.4324/9780203010631-10>
- Vasconcelos, N. M., & Aliende, C. S. (2010, maio). *Nós Mulheres: reflexões sobre o jornalismo feminista malcomportado*. Disponível em <http://www.intercom.org.br/papers/regionais/sudeste2010/resumos/R19-0405-1.pdf>. Acesso em 15/09/2020.
- Volčić, Z. (2008). Media, Identity, and Gender: Tracking Feminist Media and Journalism Theories and Methodologies. *Medijska istraživanja : znanstveno-stručni časopis za novinarstvo i medije*, 14(1), 5–20. Disponível em <https://hrcak.srce.hr/26317>. Acesso em 15/09/2020.
- Vos, T. P. (2012). “Homo journalisticus”: Journalism education's role in articulating the objectivity norm. In *Journalism*. <https://doi.org/10.1177/1464884911431374>
- Waisbord, S. (2009). Advocacy journalism in a global context. In K. H. T. Wahl-Jorgensen (Org.), *The Handbook of Journalism Studies* (p. 371–385). Taylor and Francis. <https://doi.org/10.4324/9780203877685-37>
- Ward, S. J. A. (2006). The invention of journalism ethics: The path to objectivity and beyond. In *The Invention of Journalism Ethics: The Path to Objectivity and Beyond*. <https://doi.org/10.1177/0267323117718321>
- Ward, S. J. A. (2009). Journalism ethics. In K. H. T. Wahl-Jorgensen (Org.), *The Handbook of Journalism Studies* (p. 295–309). Taylor and Francis. <https://doi.org/10.4324/9780203877685-31>
- Ward, S. J. A. (2019). Journalism ethics. In K. H. T. Wahl-Jorgensen (Org.), *The Handbook of Journalism Studies* (p. 307–323). Taylor and Francis. <https://doi.org/10.4324/9781315167497-20>
- Wardle, C., & Derakhshan, H. (2017). Information Disorder: Toward an interdisciplinary framework for research and policy making. *Report to the Council of Europe*. Disponível em <https://rm.coe.int/information-disorder-toward-an-interdisciplinary-framework-for-research/168076277c>. Acesso em 15/09/2020.
- Wasserman, H. (2013). Journalism in a new democracy: The ethics of listening. *Communicatio*. <https://doi.org/10.1080/02500167.2013.772217>

- Westerståhl, J. (1983). Objective news reporting: General Premises. *Communication Research*. <https://doi.org/10.1177/009365083010003007>
- Whiteside, E., & Hardin, M. (2015). The Glass Ceiling and Beyond. In P. M. Pedersen (Org.), *Routledge Handbook of Sport Communication*. Routledge. <https://doi.org/10.4324/9780203123485.ch15>
- Wien, C. (2005). Defining Objectivity within Journalism: An Overview. *Nordicom Review*, 26(2), 3-15. doi: <https://doi.org/10.1515/nor-2017-0255>
- Wolf, M. (1987). *Teorias da comunicação*. Editorial Presença.
- World Economic Forum. (2020). *Global Gender Gap Report 2020: Insight Report*. Disponível em <https://doi.org/10.1002/9781119085621.wbefs350>. Acesso em 15/09/2020.